Diário de Lisboa

Dezembro 1978
Terça-feira
12

ANO 58.º
N.º 19 829
7$50

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director adjunto **Fernando Piteira Santos**

Mota Pinto e Mário Soares ontem nos «Paços Perdidos»: uma conversa longa e animada por um certo calor visível sobretudo por parte do secretário-geral do PS

COM OU SEM PS É PASSAGEM "CHUMBADA"

Governo medíocre para durar pouco

Ao fim de três horas, de reunião, que se previa agitada, o grupo parlamentar do PS ainda não tinha decidido esta manhã (pelo menos em termos públicos) qual o sentido do seu voto esta noite face ao programa de Mota Pinto. A duração da reunião, iniciada cerca das 10 e 30, e que prosseguia ao fecho da nossa edição, deixa antever que o debate se revestiu de alguma agitação, como aliás se previa dado que não era uniforme a posição dos dfeputados socialitas. Na linha, aliás, de inúmeras moções que grupos de militantes dirigiram a Mário Soares exigindo a reprovação deste Governo, também diversos deputados, ao longo dos debates parlamentares, não esconderam a sua hostilidade ao Executivo Mota Pinto. A posição favorável à abstenção encontrava-se incluída na estratégia atribuída a Mário Soares e a alguns membros do Secretariado Nacional.

Se os socialistas mantiverem a abstenção, o IV Governo será o mais minoritário de quantos se formaram depois de 1976, já que só o elevado número de abstenções (175 votos do PS e PSD) lhe permitirá governar, enquanto a moção de rejeição apresentada pelo PCP recolherá pelo menos 46 votos favoráveis (comunitas, independentes e deputado da UDP) e apenas 41 contra, na hipótese de Galvão de Melo votar com os centristas. A reprovação só não ocorrerá dado que a Constituição exige um mínimo de 132 votos para que a moção de rejeição comunista possa vingar. Daí a posição decisiva do PS.

Para além desta situação minoritária o IV Governo tem dado provas de declarada incompetência nos debates sobre o seu programa, marcados pela recusa dos ministros em responderem às questões colocadas pelo Hemiciclo, pela manipulação da realidade (destaque sobretudo para Vaz Portugal) e pelo desconhecimento dos problemas departamentais (um exemplo: Proença de Carvalho).

GOVERNO NA ASSEMBLEIA

Incompetência escondida com silêncio de fora?

- Linha de Crédito às PME "desapareceu" pela calada
- Freitas Cruz põe o hemiciclo a rir
- Vaz Portugal parece confundir estatísticas

Crónica de Ernesto Sampaio nas págs. 8 e 9

SÃO SETE OS DEMITIDOS DO GOVERNO ANGOLANO

Neto evoca "independência" e "luta contra a burocracia"

● Directores do "Jornal de Angola" e da TV também destituídos

O presidente Agostinho Neto, da República Popular de Angola, demitiu ontem por decreto sete ministros do Governo, soube-se oficialmente em Luanda.

Na lista dos demitidos encontram-se o primeiro-ministro Lopo do Nascimento, que o Comité Central do MPLA já destituíra no sábado, e os três vice-primeiros-ministros José Eduardo dos Santos, Pedro Van Dunem («Loy») e Carlos Rocha Dilowla, que também se encontra demissionário desde sábado.

Os três outros ministros demitidos são Paulo Pinto João, responsável pela pasta do Comércio Interno, Manuel Resende de Oliveira, (português, naturalizado angolano) ministro da Construção e Habitação, e Maria Mambo Café, vice-ministro do Comércio Interno.

O presidente Agostinho Neto insistiu no domingo em Luanda na necessidade da manutenção da luta no interior do partido e condenou as forças que o divi-

Continua na pág. 24

HOJE HÁ «EXCLUSIVO»

O Nordeste brasileiro e a crise libanesa são temas destacados do «Exclusivo» de hoje. Os amigos e inimigos de Angola e as futuras relações económicas entre o Japão e a China são igualmente assuntos daquele suplemento, que inclui ainda dois artigos sobre a estranha matança no chamado «Templo do Povo», na Guiana. Prosseguimos ainda a publicação do estudo do dólar e do petróleo, além de uma análise sobre a situação em Espanha.

A Redacção do «DL» depois do plenário desta manhã, em que aprovou a moção abaixo transcrita

EM LUTA POR UM NOVO CCT

Jornalistas pararam esta manhã nos vespertinos, TV e Rádio

«O plenário dos jornalistas do 'Diário de Lisboa', reunido em 12 de Dezembro de 1978 durante a hora de paralisação aprovada por unanimidade e aclamação na Assembleia Geral do Sindicato, considera que o bloqueamento imposto pelas entidades patronais ao CCT atinge gravemente direitos conquistados, alguns deles antes do 25 de Abril de 1974; aprofunda a degradação das condições de vida dos jornalistas, cuja tabela salarial data de há 24 meses; lesa as actuais condições de exercício da profissão e incide directamente sobre o direito a informar e a própria liberdade de expressão, conquista democrática dos trabalhadores da Informação e do povo português» – este o começo de uma moção sugerida pela Comissão Negociadora Sindical aprovada por unanimidade e aclamação pelo corpo redactorial do «DL».

Nessa moção se afirma que «é necessária a reestruturação da Comunicação Social, que tem de passar pela sempre adiadadefinição de uma política democrática da Informação. Mas os jornalistas não estão dispostos a ser peões do jogo de interesses entre os detentores dos órgãos de Informação e o Governo».

Acentua-se no documento que «a crise de gestão das empresas da Comunicação Social não é da responsabilidade dos seus trabalhadores, designadamente dos jornalistas. Os seus efeitos não podem, portanto, recair sobre os trabalhadores que

Continua na pág. 24

Comunicado do CA da Renascença Gráfica

A moção que os jornalistas hoje publicam, nesta mesma página, reflecte uma situação que ultrapassa a vontade do conselho de administração da Renascença Gráfica, empresa proprietária do «Diário de Lisboa», na medida em que este, reconhecendo muito embora as dificuldades em que se encontram os seus trabalhadores (e não apenas, nem prioritariamente, os jornalistas) não tem a possibilidade de por si só resolver o problema.

Trata-se, com efeito, e mais uma vez se repete, da ausência da aplicação das medidas de apoio à Imprensa ,e nomeadamente, da indefinição do futuro das empresas jornalísticas e do adiamento permanente da solução dos seus encargos financeiros.

Para a solução destes problemas, que só o Governo pode desbloquear, não são os trabalhadores utilizados como força de pressão: acontece apenas que os seus interesses, tal como outros factores da vida das empresas, se incluem naturalmente na área desta situação crítica e sofrem por isso o impacto do seu resultado negativo.

O conselho de administração da Renascença Gráfica, lamenta a decisão sindical, que considera precipitada por não estarem esgotadas ainda, na sua opinião, as possibilidades de diálogo, e espera que o bom senso até agora demonstrado prevaleça de forma a não se colocar em risco a existência, já crítica e frágil, dos postos de trabalho existentes.

O CASO DOS DÓLARES FALSOS

Lopes da Neta confessa tudo

Lopes da Neta, ex-chefe de Gabinete de Roque Lino, secretário de Estado da Comunicação Social do I Governo Constitucional, começou ontem à tarde a responder pelo crime de transacção de cerca de 25 mil dólares falsos, no 4.º Juízo Criminal da Boa Hora, presidido pelo dr. José António Carmona da Mota. No banco dos réus encontra-se ainda o empregado bancário Fernando Cabrita da Silva Rovasco, acusado de actuar como intermediário na venda daquela moeda. Lopes da Neta está detido há ano e meio e Fernando Rovasco, em liberdade provisória, continua ao serviço na agência bancária da Praça de Londres, onde desenvolveu a sua actividade delituosa.

A sessão começaria com a intervenção do dr. Carmona da Mota, que interrogaria Lopes da Neta nos seguintes termos: «O senhor vem acusado de, em Junho de 1976, ter adquirido em Lisboa, a Edmundo Fonseca, Vítor Manuel Santos Nogueira e Joaquim Vaz, cerca de 25 mil dólares americanos ao preço de treze escudos cada um, bem sabendo que todos esses dólares eram falsos e, por consequência, não os podia lançar no mercado, sendo ainda acusado de ter contactado o seu amigo e empregado bancário para os difundir em Portugal, angariando aqueles largos porventos económicos. É isto verdade?»

«É verdade, senhor doutor juiz!», responderia Lopes da Neta, de 41 anos, com residência na Parede, que se afirmou possuidor de «um curso superior de três anos» e 24 cadeiras sobre organização e gestão de empresas, para além de administrador de uma firma da família possuidora de seis táxis na praça de Lisboa, em que auferia o ordenado de trinta contos.

Lopes da Neta revelaria depois ter sido metido no negócio dos dólares falsos por uma tal Lurdes, por um cadastrado de apelido Aires, e por um motorista de táxi, que, disse, o «pensavam muito abonado» e por isso «quiseram extorquir-lhe dinheiro», no que ele acabaria por aceder, entrando inicialmente, com cem contos para a aquisição da maquinaria destinada às operações de falsificação.

Posteriormente estabeleceria contactos com várias pessoas, entre as quais se encontrava Fernando Rovasco, a quem diria serem os dólares propriedade da sua mãe. Comentário do juiz «Quer dizer, que era a sua mãe que, no meio de tudo isto, pagava as favas! Coitada da velhota!...»

O dr. Carmona Mota perguntaria depois a Lopes da Neta como é que ele havia aceitado «um lugar no Governo, já tendo cometido delitos tão graves e lesivos da própria economia nacional», e se não havia pensado «no prestígio, não só do secretário de Estado mas do próprio Governo, que, deste modo, ficavam sujeitos a chantagem política». Lopes da Neta não responderia directamente à pergunta, tendo antes afirmado que a sua colocação no gabinete de Roque Lino não se ficara a dever «a um favor político» mas sim «à sua capacidade de trabalho e a uma certa prática na análise económico-financeira».

Quanto a Fernando Rovasco fundamentaria a sua actuação no facto de só ganhar catorze contos mensais e de poder adquirir legalmente apenas dezoito contos para as mesmas, dinheiro que, na sua opinião «não chegava para ele, para a mulher e para os filhos». Segundo afirmou, nas primeiras transacções teria ganho catorze mil escudos, pormenor que serviria ao dr. Carmona da Mota para referir «que a generalidade das pessoas, para ganhar esse dinheiro, têm de trabalhar meses...»

Ao ser interrogado pelo juiz, Fernando Rovasco revelaria, em seguida, que as pessoas a quem tinha cambiado os dólares falsos se situavam sobretudo entre gente amiga, que pretendia, nas suas andanças ao estrangeiro levar uma soma de moedas superior ao estipulado pela legislação. Ao ser interrogado pelo juiz, se não estava na altura consciente de que estava a cometer uma transgressão, Fernando Rovasco referiria que «em qualquer parte do mundo essa lei não está em vigor, porque não afecta os direitos do homem». Observação do dr. Carmona da Mota: «Mas afecta os direitos do Estado». Registe-se que Fernando Rovasco comprava os dólares falsos a Lopes da Neta ao câmbio de 31$50 e vendia-os como podia, mas conforme frisou, «sempre abaixo da tabela do «mercado negro» que na altura rondava os quarenta escudos».

O julgamento prossegue esta tarde.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

CONSELHO DE IMPRENSA ADVERTE

Tom de Proença de Carvalho pode considerar-se "ameaça à liberdade de expressão"

O Conselho de Imprensa informou que os seus membros, na reunião semanal de ontem, entenderam que «o tom adoptado por Proença de Carvalho, ministro da Comunicação Social, relativamente a responsáveis da informação estatizada, pode interpretar-se como ameaça à liberdade de expressão de pensamento através dos meios de comunicação em geral».

O CI sublinhou ainda, não obstante as atitudes do ministro visarem dois órgãos da comunicação social que não estão enquadrados no Conselho de Imprensa (concretamente a Radiotelevisão e a Radiodifusão), que lhe competia «alertar desde já para a eventual ameaça à liberdade de expressão de pensamento pois, precisamente pelo tom utilizado, ela pode vir a recair sobre os órgãos da Imprensa escrita, nomeadamente os estatizados e intervencionados».

Estas considerações comunicadas ao público pelo conselho de imprensa partem de um órgão de certo modo mais à vontade para emiti-las, uma vez que o próprio Proença de Carvalho já foi seu membro e, quando da nomeação para o lugar de ministro da Comunicação Social, o próprio CI se apressou a saudá-lo.

Dentro da sua actividade ordinária, o CI iniciou o debate final sobre o parecer relativo à regulamentação na Imprensa de notícias que comportem imputações e referências a arguidos ainda não condenados, e que lhe fora pedido pelo provedor de Justiça.

Soube-se ainda, através do comunicado da reunião de ontem, que começou a ser processado o expediente para a liquidação das despesas de funcionamento do CI e que foram já adjudicados os fornecimentos de material de expediente indispensável ao normal funcionamento do Conselho.

CI PARA A RTP CONVOCADO PARA APRECIAR A QUESTÃO

Os representantes do Partido Socialista no conselho de informação para a Radiotelevisão Portuguesa convocaram para o dia 14, quinta-feira, às 15 horas, uma reunião extraordinária daquele conselho para apreciar o comportamento do ministro Proença de Carvalho, face à RTP e à cobertura feita da discussão do Programa do Governo, comportamento esse traduzido numa violenta carta pública do ministro contra os responsáveis da RTP.

Esta decisão dos socialistas radica, segundo nota do gabinete de imprensa do PS, «na apreensão registada pelos socialistas quanto à ingerência do Governo na RTP.

Diz o PS propor-se, assim «que o conselho de informação se debruce sobre o facto que esteve na origem da atitude governamental – ofício com exigência de pública explicação sobre critérios e condicionalismos de programação –, bem como sobre as eventuais consequências desta e doutras atitudes semelhantes por parte do Governo ou dos seus representantes».

Quatro deputados coordenarão Subcomissão de Informação

Arons de Carvalho, do PS, Nandim de Carvalho, do PSD, Ribeiro e Castro, do CDS, e Jorge Lemos, do PCP, são os deputados escolhidos para coordenarem as actividades da Subcomissão de Informação da Assembleia da República respectivamente para os próximos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril de 1979.

Por outro lado, segundo revelou à ANOP Nandim de Carvalho, a Subcomissão decidiu aguardar os resultados da reunião de uma delegação do Conselho de Imprensa com deputados do PCP antes de deliberar acerca do projecto 111/1, referente aos meios a serem concedidos ao Conselho de Imprensa, que não foi ainda objecto de votação devido a um pedido do PCP nesse sentido.

Ainda na Assembleia da República, e já na primeira reunião plenária posterior ao debate sobre o Programa do Governo, vão ser nomeados os quatro cidadãos que, nos termos da lei, deverão fazer parte do Conselho de Imprensa em representação da opinião pública.

Federação dos Sindicatos da Celulose solidariza-se com paralisação dos jornalistas

A Federação dos Sindicatos da Celulose, Papel, Gráfica e Cartonagem e a Comissão Negociadora Sindical do CCT Vertical para a Imprensa solidarizaram-se com a paralisação dos jornalistas, que decorreu esta manhã, durante uma hora, das 9 às 10.

Numa mensagem dirigida ao Sindicato dos Jornalistas, aquela Federação e a CNS «interpretando o sentir dos trabalhadores que representam, expressam ao SJ e à sua Comissão Negociadora Sindical a sua solidariedade militante pelas formas de luta desencadeadas para a rápida negociação do seu CCT».

A posição dos órgãos representativos dos Trabalhadores Gráficos e Administrativos da Imprensa, que actualmente também negoceiam a revisão do seu Contrato Colectivo de Trabalho Vertical, assinala que a luta dos jornalistas «se insere nos mesmos objectivos da dos trabalhadores em geral, na defesa dos direitos consagrados na Constituição, nomeadamente a liberdade de contratação e a liberdade de expressão».

Referindo também a sua própria contratação, a Federação e a CNS do CCTV para a Imprensa sublinham que «as mesmas entidades patronais tentam por diversos métodos que este processo (o CCTV) venha a ter a mesma situação em que o vosso (o dos jornalistas) neste momento se encontra, empurrando deliberadamente os trabalhadores para situações que estes não procuram», mas a que «saberão dar a resposta no momento oportuno».

"O Líder" — quinzenário portuense

Começará a publicar-se em 15 de Janeiro próximo, no Norte do País, um novo quinzenário, «O Líder», que se define como jornal independente, de informação geral, cultura, opinião, turismo e desporto.

O novo órgão de comunicação social, com sede em Paços de Brandão, Vila da Feira, será dirigido pelo jornalista portuense José Augusto Vasconcelos Vale, que nomeou Carlos Fontes para o cargo de chefe de Redacção.

"Notícias/Capital": 13.º mês em três prestações

O Conselho de Gerência da Empresa Pública Notícias e Capital (EPNC) comunicou à Comissão de Trabalhadores que não será pago o 13.º mês ao pessoal da empresa.

Contactado pela ANOP, o presidente do Conselho de Gerência da EPNC, tenente-coronel Pedroso Marques, afirmou que o facto se devia à falta de disponibilidade de Tesouraria, acrescentando que pensa que o pagamento se poderá processar em três prestações mensais, ao longo do primeiro trimestre do próximo ano, sem recurso a meios estranhos à própria capacidade da empresa.

A EPNC, proprietária dos jornais «Diário de Notícias», «A Capital» e «Mundo Desportivo», da revista «Vida Rural» e do complexo gráfico «Anuário Comercial», emprega mil e oitocentos trabalhadores.

O pagamento do 13.º mês parece, no entanto, assegurado em todas as outras empresas do sector estatizado da Comunicação Social que se encontram em funcionamento normal. Não é este o caso dos jornais «Século» e «Jornal do Comércio», que deixaram de publicar-se há tempos e cujos trabalhadores têm recebido os salários com irregularidade e grandes atrasos.

CABEDAL e ANTÍLOPE
CONFEPELE
APRESENTA MODELOS BASEADOS NA NOVA LINHA DA MODA

ODOS OS TAMANHOS
COMPRE NA FÁBRICA
PREÇOS DA FÁBRICA

RUA DO OURO
ENTRADA PELA RUA DA ASSUNÇÃO, 99

SOCIEDADE COOPERATIVA PIEDENSE

COVA DA PIEDADE

Assembleia Geral Ordinária 2.ª Convocatória

Se à hora marcada não comparecer numero legal de Associados, reunirá a mesma Assembleia em segunda convocação, uma hora depois, com qualquer numero.

Cova da Piedade, 5 de Dezembro de 1978

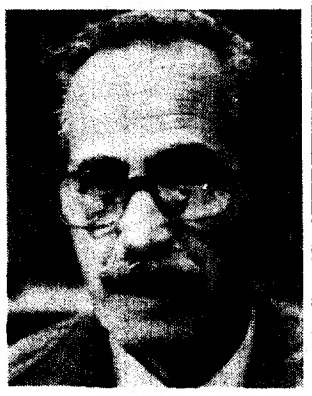
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Mário José de Araujo

Nos termos do parágrafo 1.º do Art.º 16.º do Capitulo IV dos nossos Estatutos, convoco os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinaria no dia 19 do corrente mês, pelas 20.30 horas, na nossa Sede Social, Rua da Liberdade, 94 — Cova da Piedade, com a seguinte

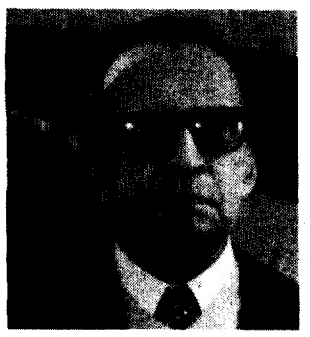
ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos corpos gerentes e comissões de gerência de serviços para o exercicio de mil novecentos e setenta e nove.

ponto a ponto



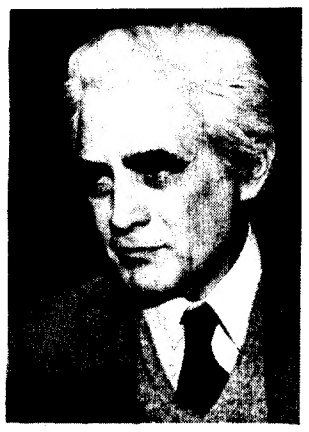
O Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, estará no próximo fim-de-semana em visita oficial à Guarda e a Almeida, a convite dos respectivos municípios.



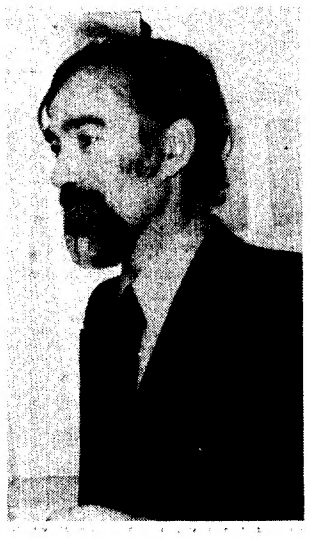
No Salão Nobre da Faculdade de Economia do Porto tem lugar esta noite, a partir das 21 e 30, uma mesa-redonda sobre o 30.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Entre os presentes destacam-se os nomes de Óscar Lopes, Ruy Luis Gomes, José Augusto Seabra, Carlos Candal, Polónio Sampaio, Armando de Castro e Rui Osório.

O embaixador de Cabo Verde em Portugal, dr. Corsino Fortes, foi ontem recebido em audiência, no Palácio de Belém, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. Noutra audiência esteve ainda com o Chefe do Estado, o embaixador português em Moçambique, dr. Vaz Pereira.

O ex-membro do I e II Governos Constitucionais no sector das Finanças, dr.ª Manuela Morgado, participa, quinta-feira à noite, na Sedes, num debate sobre a «função da actividade seguradora na sociedade portuguesa e a recente reestruturação das Companhias de Seguros nacionalizadas». Outros participantes: Luís Barbosa e Rui de Carvalho.



Álvaro Cunhal participa desde hoje, em Sófia, capital da Bulgária, numa conferência internacional sobre «a construção do socialismo e do comunismo e o desenvolvimento mundial». O secretário-geral do PCP seguiu ontem para a capital búlgara, devendo regressar no próximo domingo a Lisboa.



O conselheiro da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves, foi designado, oficialmente, presidente da Comissão Organizadora do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro, para o próxim ano. O despacho de Belém que nomeia Vítor Alves vem hoje publicado no «Diário da República».

DEMOCRACIA CULTURAL E CLASSE POLÍTICA

Cecília de Matos Barreira
Luís Coelho

A mesa de jogo.
A mesa de negociações.
A mesa de jantar da nossa Casa.

A comunhão dos olhos nos olhos, da satisfação, da recusa e da verdade, autenticamente assumida, dos interesses próprios defendidos por cada um, cada um de cada classe: Amor (combate) simples do Eu e dos Outros.

Na mesa, as relações do Poder Político – Democracia Cultural após 25 de Abril (Democracia cultural / Revolução Cultural – Cultura democrática / Cultura Revolucionária, **...e outros tantos mundos!,** Almada Negreiros, A Cena do Ódio) que são pedras de jogo, cartas, diplomas **de diplomatas e talheres, de** prata, inoxidáveis ou de plástico, e pão e vinho (de liturgia do Ocidente), resumo duma cultura – A Cultura. Tema: Poder Político – Democracia Cultural. Em ponto zero, a ambiguidade de qualqer linguagem que o aborde, ao tema, sem o acordo prévio sobre a definição rigorosa dos conceitos (e a-conceitos) em semiótica de circunstância, como todas, aliás.

1. Pós 25 de Abril (numa primeira fase) para os políticos, para quem 'mandava', «fazer cultura» seria tentar preencher um suposto atraso de tomada de consciência de Classe das classes dominadas em relação à consciência de classe que deveriam ter tido de acordo com as normas definidas pelos esquemas teóricos elaborados anteriormente pelos indivíduos ou grupos intelectuais (1).

Seria talvez de articular esta questão com as ideologias dominantes no sector primário, a grande parte da população, isto é, no sector virado para a actividade agrícola. As ideologias dominantes até ao 25 de Abril, e forçosamente continuando-se para além dele, encontram-se profundamente imbuídas de magicismo, clericalismo, paterno-centrismo, conjugados com uma mentalidade económica baseada na poupança familiar, não bancária portanto, e sofrendo a desarticulação progressiva do património familiar (no sentido gentílico) dos bens da pequena propriedade por acção de factores múltiplos. Daqui resultou que as mentalidades, com predomínio geográfico e demográfico, arrebanhadas que foram pela ideologia do salazarismo, que lhes conferiu uma certa homogeneidade de contextura baseadas em princípios aparentemente inabaláveis, longe de se apagarem ao alvorecer do 25 de Abril, pesam ainda hoje nas consciências das pessoas, alimentando-lhes o voto possível na direita (ou, ainda, o indiferentismo bem incentivado pelo fascismo através da abstenção). Assim tivemos, desde logo, a ideologia de certos membros da «classe política», mais avançados e progressivos, colocada, **a priori,** na posição de não dominante, minoritária porque desfasada de um conservadorismo secular, ferozmente incentivado pela «classe política» que Salazar encabeçava. Se as fronteiras entre Cultura e Ideologia não forem tão nítidas, como à primeira vista pode deixar transparecer, então talvez a questão duma Cultura como **suporte** e **instrumento** duma **politização** das classes dominadas não deva ser colocada de uma maneira tão simplista. Que cultura? A cultura ostentada pelos governos não é mais que aspectos da ideologia de facções da «classe política» que muito ou pouco, ou nada, podem ter a ver com a Cultura, no sentido mais lato, neste caso, quer da cultura já elaborada (património histórico, artístico, popular ou erudito / documental), quer de uma acção cultural em permanente intervençao (a música que se pratica, o cinema, o teatro, o bailado, etc, etc, a história, o ensino). Há que não confundir uma **prática ideológica** dum determinado governo, ou governos, e a **prática cultural.** Se a «classe política», não em bloco mas obedecendo a todas as «pluri-heterogeneidades» possíveis, **imagina, imaginou,** ou poderá vir a **imaginar** a função da cultura com vistas a um maior **rendimento** (qual o significado do termo **rendimento**?) (2) isso já fará parte dum plano estratégico-eleitoral, que não forçosamente eleiçoeiro (?), de atingir o Poder, de o conservar e de o pôr a reproduzir as condições de manutenção de poder.

Que é um projecto de 'democracia cultural' imposto por um governo, isto é, pelo poder político, remando contra a maré do indiferentismo das massas? Como obviar ao indiferentismo das massas? Através de uma 'revitalização dos valores do quotidiano'? Esclarece-nos Eduardo Prado Coelho: «não se trata pois de propor uma cultura para um público médio, mas de criar as condições para o desenvolvimento de uma pluralidade de práticas culturais comunicantes entre si» (3).

A democracia cultural situar-se-á entre a democracia formal e a democracia real. Quem deteria o poder de manipulação que pusesse em prática tal 'democracia cultural', fase intermédia (rumo) duma democracia real? Não certamente a «classe política» que pugna pelas desigualdades culturais a fim de perdurar, e se perpetuar, enquanto «classe política». Não certamente a «classe política» que «se poderá caracterizar pelo manobreirismo verbal, a contradição permanente, tacticismo oportunista e o espírito sectário» (4). Uma nova «classe política» ou uma classe que estivesse **acima** da «classe política» no Portugal-hoje-Outono, (fins de 78) ? Só «po(n)derosas cabeças» é que poderiam liderar um 'grupo' que, pela sua capacidade técnica e sabedoria indiscutíveis, e pelo seu não-sectarismo político, viesse a viabilizar o projecto, tão ambicionado como «esquerdizóide»/esquizóide, da 'democracia cultural'. Dentro da esquerda há quem queira fazer-nos acreditar que as fórmulas PC/projecto de sociedade socialista soviética e PS/ «pendor para a facilidade» e «irresponsabilidade volúvel» estão esgotadas. Quer a UEDS quer o MDP/CDE, como formações intermédias, poderiam desempenhar um papel de movimento de reflexão duma esquerda em crise, alheando-se, por conseguinte, do Poder? E só? Restam, nos parâmetros dos 'pensadores' que reflectem sobre os problemas culturais do nosso povo, os que, como Eduardo Lourenço pretendem 'um reencontro do País com a sua imagem real'. (Oh, e seriam esses 'pensadores' os novos líderes do projecto da 'democracia cultural'?!).

2. A «Classe política». Está na moda reflectir-se e falar-se da «classe política» como quem fala dum conjunto heterogéneo de políticos/«politiqueiros» que mais não fazem que enganar o povo e manobrá-lo à sua vontade. Apresentam-se os partidos como os fomentadores mais directos da existência e abuso da «classe política» e, como tal, «todos os mesmos», isto é, «uns oportunistas». Esta imagem dos partidos e da «classe política», encarada no seu conjunto depreciativamente, é mais velha que qualquer um de nós, portugueses de hoje. Já durante a Primeira República, se deu deste milho aos patos e pardais de opinião emprestada, o que serviu de argumento (e trampolim) às forças mais abertamente reaccionárias para tomarem o poder político pela força, e justificá-lo. Ora o conceito de «classe política», como conceito obrigado a conteúdo, não se pode desligar dos interesses específicos de classe dos grupos que o promovem, defendem e mantêm. Meter no mesmo saco, por fora com o rótulo de «classe política», o PC, o PS, o PPD e o CDS não só é perigoso como também não é **inocente.** Daqui que, aparentemente, o presidencialismo surja como a grande e sempre esperada alternativa/ solução de todos os males. Os **mass-media** bombardeiam constantemente o público com os sintomas alarmantes duma doença nacional, económica, moral, física de que os partidos são os 'culpados' (in)directos. Como se houvesse que sobresalientar os 'valores' que permitiram o 28 de Maio. E assim a ordem, a estabilidade, o progresso, como conceitos (mas muito mais como simples palavras do discurso político) constituem-se ingredientes imprescindíveis para que se crie um clima propício, junto da pequena e média burguesia, para a aceitação fácil de soluções antiparlamentares, antieleitorais. Depois os 'salvadores da pátria' voltam periodicamente, quer enroupados como individualidades mais ou menos íntegras, apartidarizadas, compreensivas e impecáveis, quer subtis como Grupos-Não-Ciosos-de-Poder que reflectem pelo Povo já que são grandes estudiosos e críticos da 'amargurada' História de Portugal.

Ora o presidencialismo apresenta várias formas no sistema de Eduardo Prado Coelho: **1.ª** um presidencialismo mal designado, o de Eduardo Lourenço e dele próprio; **2.ª** um presidencialismo em termos de reajustamentos de mecanismos eleitorais e de articulação de órgãos de poder, podendo coincidir com a **1.ª; 3.ª** um presidencialismo em torno de Eanes; **4.ª** um presidencialismo fascista em termos de União Nacional (5). A segunda forma, que articula o poder político com a democracia cultural, em que se aproxima ou afasta dos presidencialismos definidos em **3.ª e 4.ª?** Se, **a priori,** o presidencialismo resolvesse a questão da «classe política», apresentada como «mãe» das maleitas nacionais, com a sua marginalização inevitável, então que classe, que bloco ou grupos sociais se representariam no grupo («classe política») que deteria o poder? Um grupo suprapartidário? E que perigos mais poderia oferecer a Democracia Portuguesa, dando já de barato os constantes ataques à Reforma Agrária e às Conquistas mais importantes dos trabalhadores, com a instalação/ instauração dum sistema presidencialista (ou supostamente presidencialista) com base num grupo único, muito técnico e muito desinfectado, liderando o poder? E depois a Democracia Portuguesa iria caminhando para quê? Para um peronismo renovado e apropriado à(s) mentalidade(s) do nosso Povo? Que grupo para comandar essa marcha? Que **intelligentzia** para a recomentar?

Veja-se a articulação de **cultura** e **política cultural** com a detenção/manutenção do **poder político.** Para uns, a Cultura deverá ser imposta de cima para baixo, isto é, da **intelligentzia** para o Povo, neste caso, todos os que não são **intelligentzia.** A cultura no sentido **estético libidinal,** « como alteração radical das estruturas da subjectividade e invenção colectiva que a sociedade vai fazendo de si mesma», proposta por Eduardo Prado Coelho (6), é realmente bem (cons)soante e extremamente difícil de entender pelo leitor comum, (princípio de elitismo cultural a que parece que necessariamente conduzirá tal projecto posto em prática), mas que já por si só, no seu enunciado, revela todo o desprezo que contém relativamente às culturas diversas do nosso Povo (ilhas, tantas vezes, isoladas por esse País fora, ainda que com ligações de submissão/recusa à cultura oficializante/oficializável, à cultura dos Outros), às 'ingenuidades' artísticas dos criadores 'menores'. Uma política cultural instrumentalizada por um grupo bastante 'iluminado' e 'esclarecido' sem uma política coerente e proporcionável com uma transformação qualitativa dos sectores da economia na passagem de uma sociedade anárquica de pendor privado para uma sociedade planificada, talvez possa servir os interesses de uma grande burguesia **maxi-consciencializada** mas com irreprimíveis, mesmo que confessáveis, tendências para o comportamento ditactorial e também, quiçá, por vezes com involuntária coloração 'fascista'.

Será que o sistema parlamentar, baseado na partidarização das opiniões (sistematizadas em programas mais ou menos viáveis que os partidos elaboram para captar o eleitorado possível e passível), é a última das respostas encontrada pelo mundo ocidental, a mais equitativa, justa e humana? E aí não temos de contar com factores (que se combinam) como a alienação colectiva operada pelos meios de comunicação, pela propaganda, pelo 'pânico colectivo' cimentado pelo grupo, ou grupos, que detêm o poder? A aparente liberdade de que goza o indivíduo numa sociedade social-democrata constitui também uma forma de exploração não consciencializada pelo próprio indivíduo (objecto de opressão) que atenta sobretudo a conter-lhe o desejo: – castra-o. Mas quantas vezes o Portugal dominado por um fascimo, trucidador de qualquer embrião de mentalidade progressiva, quantas vezes, esse Portugal não ansiou e lutou pela conquista das liberdades fundamentais que os trabalhadores já tinham alcançado. à custa de muitas derrotas e muito combate, nas sociedades de capitalismo adiantado?

Há que preservar o que de muito se conseguiu com o 25 de Abril. E preservar esse **muito,** mesmo o m(u)ito, que se não volva, de modo algum, por dar pretextos à Direita que lhe abram portas para esmagar a totalidade das Conquistas Democráticas. O presidencialismo tal como ele se apresenta, àparte algumas boas intenções de alguns dos seus ideólogos, serve à Direita-Direita para os seus fins golpistas e reaccionários, de reposição da ordem política, económica e social do 'antigamente'.

No Portugal de hoje, qualquer (re)solução que ponha de parte os partidos na sua legítima participação na vida política nacional, constitui uma ameaça perigosa para os valores da democracia real que Abril prometeu, além de ser eticamente dum despudor cívico inqualificável.

Sobre o acima referido 'conceito' de «classe política» voltaremos.

Notas:
(1) **v.g.,** Eduardo Prado Coelho, Poder Político e Democracia Cultural, in **o jornal,** 10.11.78
(2) **id., ibid.**
(3) **id., ibid.**
(4) Eduardo Prado Coelho, As Opções também (in)adiáveis da Esquerda Portuguesa, in **o jornal,** 17.11.78
(5) **id., ibid.**
(6) V not. 1 e ss.

RELAÇÕES COM MOÇAMBIQUE

Delegação do PCP regressou a Lisboa

● Visita de Melo Antunes ainda em estudo

Comunistas portugueses manifestaram aos dirigentes da Frelimo «a sua solidariedade activa para com a luta que o povo moçambicano trava contra as agressões do imperialismo e pela reconstrução nacional, pelo progresso social e pelo socialismo» – destaca uma nota da SIP do PCP sobre a recente visita efectuada à República Popular de Moçambique por uma delegação daquele partido composta por Carlos Costa e Carlos Carvalhas.

A referida nota salienta a audiência havida com o presidente da RPM e da Frelimo, Samora Moisés Machel, acompanhado por dois destacados dirigentes moçambicanos, Joaquim Chissano e Óscar Monteiro. A delegação do PCP teve ainda conversações com Marcelino dos Santos, na qualidade de secretário da Frelimo para as questões de política económica, e novamente com Joaquim Chissano, como secretário para as Relações Exteriores.

Carlos Costa e Carlos Carvalhas, do CC do PCP, deslocaram-se também à província moçambicana de Gaza onde tiveram contactos com quadros locais da Frelimo.

A nota do PCP termina dizendo que «esta visita contribuiu para o reforço das relações entre os dois partidos e para o fortalecimento dos laços de amizade entre o povo português e o povo moçambicano».

EANES RECEBE EMBAIXADOR

No campo das relações entre Portugal e Moçambique registe-se que continua por concretizar a anunciada visita de Melo Antunes a Maputo. Segundo fonte oficial, o atraso dever-se-á ao acerto de pontos de vista que está ainda a ser feito entre as duas capitais. Questões de carácter político, aliadas a problemas económicos por resolver, estariam na origem do adiamento. Destaque-se, contudo, que a missão de Melo Antunes não tem qualquer relação com as que Jorge Sampaio vem desenvolvendo, situando-se estas últimas apenas na tentativa de resolução de aspectos do contencioso económico.

No âmbito das «démarches» em curso, como preliminares da deslocação de Melo Antunes, o Presidente da República Ramalho Eanes recebeu ontem em audiência o embaixador de Portugal em Moçambique, Vaz Pereira, que lhe terá feito o ponto das relações entre os dois países.

"Baixa" volta a fechar parcialmente ao trânsito

A Câmara Municipal de Lisboa decidiu ontem manter para o corrente mês de Dezembro e durante toda a quadra do Natal o condicionamento de trânsito já adoptado no ano transacto, pelo qual certas artérias da Baixa citadina são reservadas exclusivamente a peões.

À reunião compareceram doze vereadores e o presidente Aquilino Ribeiro. A situação do estádio do Restelo e a sua definição jurídica (pertença da Câmara ou da colectividade que o utiliza. o Clube de Futebol Belenenses) estiveram também em apreciação, tendo a respectiva deliberação sido adiada para uma próxima reunião camarária.

Foram aprovados o terceiro orçamento suplementar para 1978 e o orçamento ordinário para o ano económico de 1979.

Antes da ordem do dia os edis lisboetas debruçaram-se sobre duas propostas respeitantes a cooperativas de habitação económica e operações SAAL, ficando-se a aguardar relatório para breve.

Restabelecido o abastecimento de água a Lisboa

Encontram-se restabelecidos os mecanismos de abastecimento de água à cidade de Lisboa, depois de uma avaria eléctrica registada na madrugada de ontem ter sido praticamente reparada pelos serviços da EDP – informou uma nota da EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa).

Segundo a EPAL, «uma avaria na rede da EDP que faz a alimentação da energia eléctrica às principais captações de água em Valada do Ribatejo, Ota e Alenquer originou nas instalações da EPAL uma interrupção de serviço no dia 11, a partir das 3 horas da madrugada».

Macau exporta mais têxteis para o Canadá

Macau assinou um acordo têxtil com o Canadá que permitirá um incremento nas exportações locais para aquele país. Nos oito primeiros meses deste ano aquelas exportações atingiram os 118 mil contos.

O acordo, com uma duração de três anos a partir de Janeiro de 1979, estabelece quotas para sete produtos têxteis e ainda um aumento percentual de seis por cento anual em relação aos mesmos valores.

O acordo foi discutido entre uma delegação do Canadá chefiada pelo director-geral do Ministério do Comércio Interno daquele país e pelo responsável pelos Serviços de Economia de Macau.

O Canadá decidiu enviar uma missão comercial ao Sudoeste Asiático com a finalidade de estabelecer acordos com os países da zona, uma vez que as suas exportações excessivas estavam a causar problemas aos mercados internos canadianos.

Em 1977, Macau exportou para o Canadá 35 mil contos de produtos têxteis, numa altura em que ainda não haviam sido estabelecidas quotas.

UNIAGRI—DIVOR—MIRA

Governo declara cooperativas em "situação económica difícil"

A União das Cooperativas do Noroeste Português para a Preparação e Fomento de Rações, SCRL (Uniagri) e as Cooperativas Agrícolas do Divor e do Mira, nestas duas localidades (Divor e Mira) foram declaradas «em situação económica difícil» por resoluções separadas do Conselho de Ministros na reunião de 15 do mês passado.

As referidas resoluções vêm hoje insertas na folha oficial e, sobre a primeira, sublinha a medida que a Uniagri não ficará sujeita até 31 de Outubro à aplicação de novos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que durante esse período porventura se publiquem.

Durante esse prazo, e a fim de evitar despedimentos colectivos, é autorizada a suspensão dos contratos individuais dos trabalhadores que, em termos de obtenção da produtividade indispensável à viabilização da cooperativa, sejam considerados excedentários.

Estas decisões são extensas, nas duas outras resoluções simultaneamente tomadas, às Cooperativas de Divor e de Mira, que ficam nas mesmas condições que a Uniagri, que também deverá providenciar, conforme assinalam os despachos, no sentido da absorção progressiva do pessoal excedentário.

PREVIDÊNCIA, SEDES DOS S.M.S., POSTOS CLÍNICOS E CASAS DO POVO

GREVE DIAS 12 E 13 DE DEZEMBRO 78 TODO O DIA

Não tendo havido qualquer resposta por parte dos Órgãos do Poder, nomeadamente do MAS, as Organizações Sindicais mantêm a Greve anunciada para os dias acima referidos.

INSTRUÇÕES PARA A GREVE

1 — Assegurar todas as urgências que a não serem satisfeitas ponham em perigo a vida e a saúde do doente;
2 — Comparecer nos serviços e realizar, se possível, plenários para aprovação de MOÇÕES;
3 — Não picar ou assinar o ponto, a fim de ficarem efectivamente desvinculados dos deveres de subordinação e assiduidade;
4 — Velar para que os trabalhadores em greve NÃO sejam substituídos.

OS TRABALHADORES QUE SOFRAM COAÇÕES DEVEM COMUNICÁ—LAS IMEDIATAMENTE AO SEU SINDICATO, A FIM DE SEREM ADOPTADAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS

NOTA: A CSN encontrar-se-á nos seguintes locais:
Lisboa — Av. Duque de Loulé, 83 — 3.º — 59993 — 545712
Porto — R. do Almada, 152 — 4.º — 25688

Os Delegados Sindicais e as Comissões de Trabalhadores devem comunicar logo que possível, aos respectivos Sindicatos o número de trabalhadores que estão a trabalhar, salvo os abrangidos pelos Sindicatos dos Enfermeiros e Quadros Técnicos do Estado e os filiados na Federação dos Quadros.

O Pré-aviso de Greve foi entregue no MAS e no MT em 23.11.78.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1978.

PELA COMISSÃO SINDICAL NEGOCIADORA

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

Serviço de Aquisições

(ANÚNCIO)

Concurso n.º 3-2706/78-P

Incubadoras para o Serviço 1, sala 3 e Maternidade Magalhães Coutinho do Hospital de D. Estefânia.

Recebem-se propostas até às 15 horas do dia 28 de Dezembro próximo, para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições (Campo dos Mártires da Pátria, 91) todos os dias úteis das 9 às 11.30 horas e das 14 às 16 e aos sábados das 9 às 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa em 28 de Novembro de 1978.

Pel'O Chefe do Serviço
a) Júlio José Mendes

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AVISO

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral informa, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, que se encontrarão expostas na sede do Sindicato, entre os dias 18/12/78 e 6/1/79, as listagens dos sócios com direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária de 18/1/79, com o seguinte horário:

2as. a 6as. feiras — das 9 às 23 horas
Sábados — das 9 às 12 horas

A Mesa da Assembleia Geral informa ainda que as reclamações contra as listagens expostas terão lugar até ao dia 6/1/79 às 12 horas.

Lisboa, 7/12/78

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

RENATO ANDRÉ DOS SANTOS FERRO

Sindicato dos Ferroviários do Sul

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 32.º e para os efeitos da alínea c) do artigo 31.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral, a reunir em sessão ordinária na sede sindical, sita na Rua Almirante Reis, 68 — Barreiro, no dia 19 de Dezembro pelas 18 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Discussão e votação do Orçamento Geral para o ano de 1978.

Barreiro, 6 de Dezembro de 1978

Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ARTUR CANDEIAS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 33.º alínea b) dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato a reunir em sessão extraordinária na sede sindical, sita na Rua Almirante Reis, 68 — Barreiro, no dia 19 de Dezembro, pelas 19 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição dos delegados à Conferência Nacional dos Sindicatos dos Ferroviários.
2 — Informações.

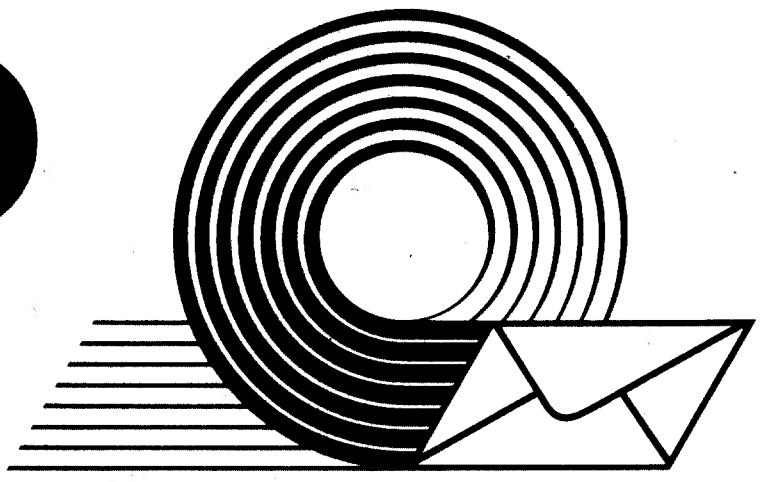
Barreiro, 6 de Dezembro de 1978

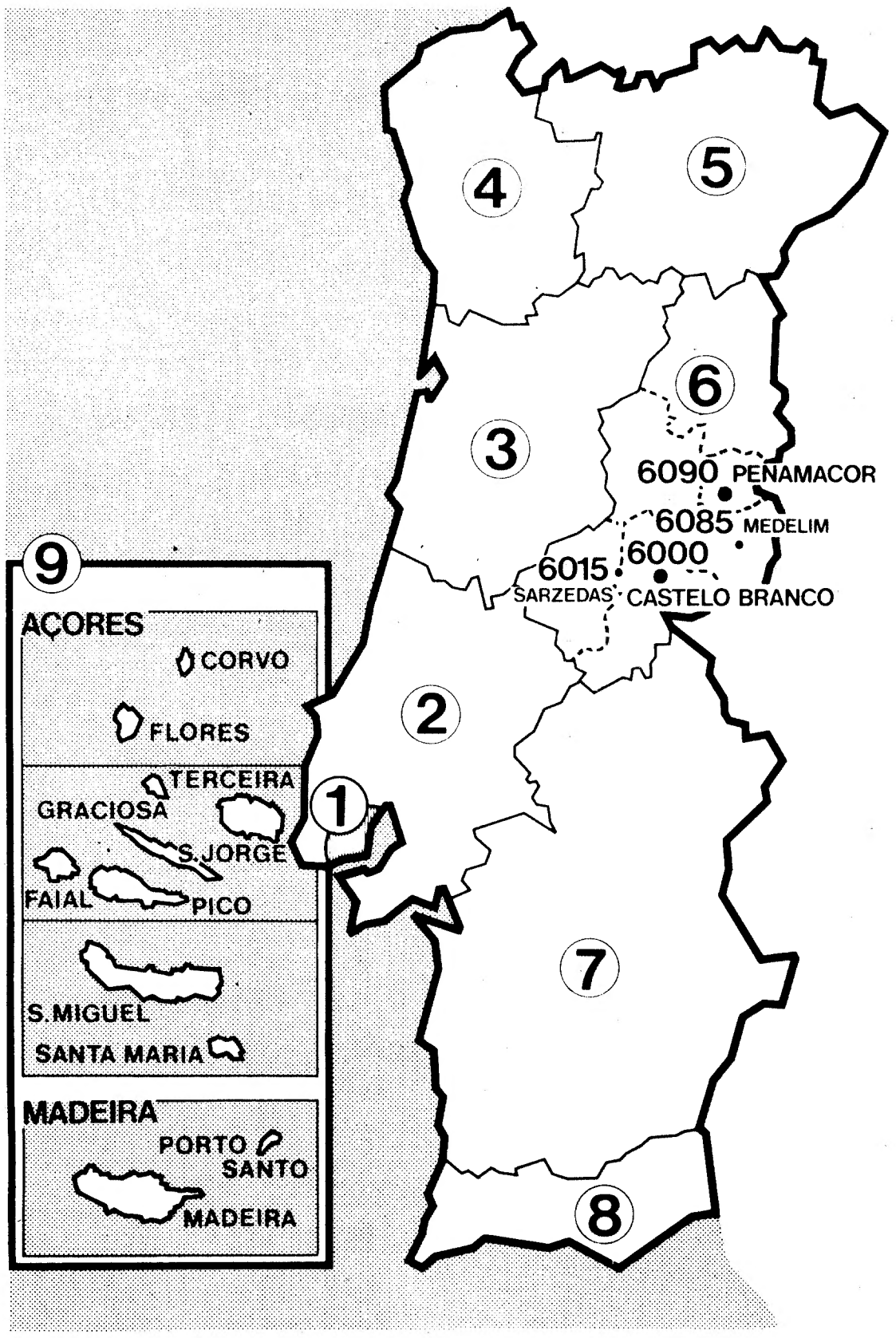
Pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ARTUR CANDEIAS

CÓDIGO POSTAL

meio caminho andado





Os CTT modernizam-se. Para tornar mais eficaz o manuseamento da correspondência. Para servirem melhor o público.

À semelhança do que acontece em muitos outros países, os CTT criaram um Código Postal — **quatro algarismos seguidos do nome de uma localidade.**

De acordo com as necessidades de distribuição postal, o país foi dividido em **grandes áreas postais, às quais foi dado um número** — o primeiro algarismo do CÓDIGO POSTAL.

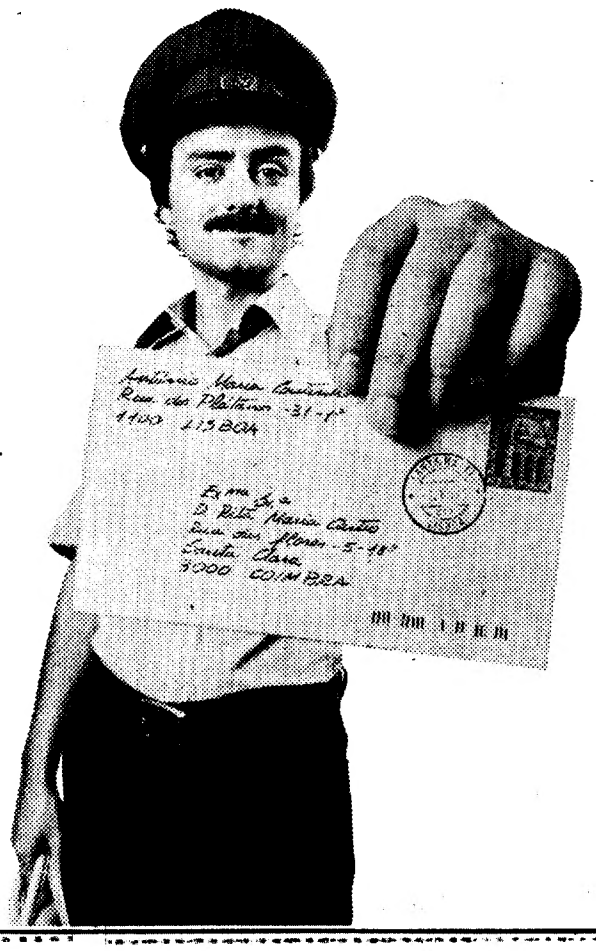
Dentro de cada área foram depois definidas zonas de distribuição postal e os respectivos **Centros de Distribuição Postal, aos quais foi dado um número de três algarismos** — os três últimos algarismos do CÓDIGO POSTAL.

O Código Postal fica completo, juntando ao número formado por estes quatro algarismos — o primeiro indicando a área e os outros três o Centro de Distribuição Postal — o **nome da localidade onde se situa o Centro de Distribuição Postal** que serve a morada indicada na correspondência.

Este é o Código Postal. Logo que saiba o seu, **passe a indicá-lo no remetente.** Para que as pessoas a quem escreve fiquem a saber o seu Código postal e o **indiquem no endereço, quando lhe escreverem.**

Porque o **Código postal faz parte da sua direcção.** E vai permitir aos CTT automatizar a divisão da correspondência. Vai permitir um melhor serviço do público.

Lembre-se: quatro algarismos e o nome de uma localidade — o **Código Postal.**



LATINA

CTT/TLP

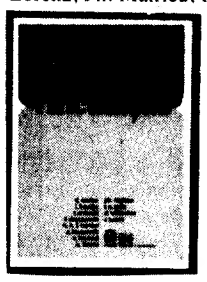
Sobre o Colonialismo, I, II
Karl Marx e Friedrich Engels
Colecção Teoria, n.º 42 e 43
Preço I vol. — 155$00
Preço II vol. — 175$00

EDITORIAL ESTAMPA
R. Escola do Exército, n.º 9 r/c Dt.º Tel. 555663

HISTÓRIA DO MUNDO
A. Manfred
4 volumes
À venda nas Livrarias
Um bom presente de NATAL
Edições Sociais

OPINIÃO
LIVRARIA-DISCOTECA
EXPOSIÇÃO-VENDA DE NATAL
R. Nova Trindade, 24 – LISBOA

A vinculação COLEÇÃO EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO
Autores: D. Anzieu, J. Bow Lby, R. Chauuin, F. Duyckaerts, H. H. F. Harlow, C. Koupernik, S. Lebouici, K. Lorenz, Ph. Malrieu, R. A. Spitz, D. Widiocher, R. Zazzo.



Preço — 250$00

SOCICULTUR
LISBOA - R. Portugal Durão, 3-A, 7-B
Tel. 775593

NO NATAL OFEREÇA LIVROS
FAÇA AS SUAS COMPRAS NUMA DAS
POPULARES LIVRARIAS
CDL

quem ouve e lê vale por três

PODER LOCAL

Seixal: quando um Município se desfaz em (boas) notícias...

A Assembleia Municipal do Seixal aprovou por unanimidade o Plano de Actividades para o ano de 1979, bem como o Orçamento Municipal para o mesmo ano. Também por unanimidade, foram aprovados os novos quadros do pessoal camarário, a nova tabela de taxas e licenças e as normas de funcionamento do Parque Desportivo da Verdizela.

Seixal, vila quieta na Outra Banda? Melhor será dizer que sempre atenta aos problemas da população

Algumas pequenas notícias do concelho:

Os Estaleiros Navais de Arrentela foram adquiridos pela Empresa Pública Sacamar, que está a estudar a possibilidade de nova localização para os ditos Estaleiros e Serviços Administrativos. «Tudo indica que o novo local se continua a situar no concelho do Seixal.»

Foi solicitado orçamento à EDP para a colocação de dois candeeiros de três braços cada nas duas placas centrais dos dois cruzamentos do Fogueteiro.

Procedeu-se à adjudicação do fornecimento e montagem do grupo de bombagem para os esgotos domésticos do Bairro do Pinhal das Areias, em construção.

Aprovou também a Câmara o projecto do pavilhão gimnodesportivo do Seixal Futebol Clube, tendo a colectividade sido isenta do pagamento de taxas e licenças para a construção da obra.

Foi concedida prioridade à Câmara para tratar os espaços livres sitos na entrada da vila, em simultâneo com o arranjo e alargamento da estrada marginal 378.

Encontra-se bem encaminhada a obra de construção do Centro de Convívio das Paivas, iniciativa que tem mobilizado a Comissão de Moradores local.

Ah, é verdade! E muito importante! Só isto: foi, com o atraso de um ano, adjudicado o reinício da construção da Escola Secundária do Seixal (Amora), situada na Quinta das Inglesinhas... Adjudicada por 41 mil contos, a obra deve estar concluída dentro de dez meses.

Para reforço do abastecimento de água à Cruz de Pau, Amora, Paivas e áreas limítrofes, concluiu-se a montagem de uma conduta distribuidora de elevado diâmetro. Vão decorrer obras nos próximos quatro meses. No próximo Verão, a situação (tão precária em 78!) estará regularizada.

E outras coisas mais...

Direito Canónico opõe-se (em Vila Real) à construção de fogos

A Igreja Católica, pela voz do bispo da diocese de Vila Real, opõe-se à expropriação da Quinta Araucária, naquela cidade, expropriação decidida pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH).

Esta oposição – explicou à ANOP o vigário-geral da diocese – deve-se ao facto de se tratar de uma quinta, da qual um dos proprietários é um sacerdote da diocese de Vila Real.

Segundo aquele informador, de acordo com as leis da Igreja, expressas no Número 979 do Direito Canónico, quando um padre é privado do seu património, o bispo é responsável pela sua sobrevivência, pelo que a Igreja tem obrigação de zelar pelas propriedades dos seus sacerdotes.

A quinta em questão, situada na periferia da cidade, tem cerca de vinte mil metros quadrados e a expropriação destina-se à construção de um bairro de 160 casas pelo FFH, que completa assim um projecto habitacional de perto de meio milhar de moradias naquela zona.

Freguesia da Guarda sem verbas para obras

O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Abílio Aleixo Curto, revelou que algumas juntas de freguesia deste concelho se debatem actualmente com dificuldades financeiras, que as impedem de concluir as obras que têm em curso.

Esta afirmação foi feita no decorrer de um encontro com responsáveis de freguesia em Fernão Joanes, nas proximidades daquela cidade.

Abílio Curto disse que as juntas de freguesia de Benespera, Gonçalo e Fernão Joanes, «iniciaram já há bastante tempo as obras contando com o controverso subsídio da Secretaria de Estado da População e Emprego (SEPE) do Segundo Governo Constitucional».

Estas obras – acrescentou – encontram-se já em fase de acabamento, debatendo-se, porém, as freguesias com os encargos contraídos na expectativa dos subsídios.

O presidente do município guardense explicou que em Fernão se encontram praticamente concluídas as obras de construção de um salão de convívio e da sede da junta de freguesia, mas que «as verbas não aparecem, pondo assim em causa as obras realizadas pelos autarcas locais».

Segundo Abílio Curto, a SEPE atribuiu às freguesias de Benespera, Gonçalo e Fernão Joanes cerca de oito mil contos. As obras foram feitas por administração directa das juntas de freguesia, o que proporcionou trabalho a algumas dezenas de desempregados.

Olhão: 880 habitações no Plano de Actividades

No seu Plano de Actividades para 1979, a Câmara Municipal de Olhão considera que pode vir a ter interferência em programas habitacionais, que envolvem cerca de 880 habitações.

As casas serão implantadas, quer por iniciativa do Fundo de Fomento da Habitação, quer de associações de moradores e de cooperativas de habitação, entidades a que o município pretende conceder todo o apoio, como forma de «minimização do grave problema habitacional».

Interessada num vasto plano de obras de fomento, a câmara pretende ver concluídos levantamentos e executados projectos de electrificação, em grande parte da área rural do concelho, mas considera-se condicionada por graves carências económicas que a obrigam «a recorrer, sistematicamente, a subsídios estatais, não só para financiar as despesas de investimento, mas, até, para as próprias despesas correntes».

Aliás, o plano de actividades para 1979 abre com uma referência em que a câmara anuncia que, para execução das obras de 1978, orçadas em 163 milhões de escudos, foi dotada com apenas 37 milhões, o que a leva a proclamar que «o município não alcançou, ainda, a sua autonomia técnica, administrativa, jurídica e financeira, autonomia perceituada na Constituição».

"Manif" em Benfica contra o custo de vida

Os moradores do Chafariz de Benfica manifestam-se hoje, a partir das 18 horas, contra o aumento do custo de vida.

Como oportunamente foi noticiado, a manifestação foi há dias proibida pelas autoridades.

A manifestação, como então, é promovida pelo MDM, comissões de moradores, reformados e delegados sindicais.

PERDEU-SE CARTEIRA

Dia 9, esquecida num táxi que fez o percurso via rápida Estádio da Luz.

Agradece-se do motorista de táxi que a encontrou o favor de entrar em contacto pelo telef. 2680474 ou R. Egas Moniz, n.º 11 - r/c esq.º Lisboa.

ESQUENTADORES
5 LITROS 2490$
10 LITROS 5290$
RÁDIO PRIMAVERA
Rua Gomes Freire, 43
Lisboa

TRIBUNAL DE POLÍCIA

Subchefe Sanches recusa perdão ao absurdo...

O auto de notícia (subscrito pelo queixoso) referia que o subchefe Sanches da 26.ª esquadra da PSP fora agredido (ferimento numa vista) pelo cidadão cabo-verdiano João Manuel, marítimo, de 26 anos. Antecedentes: o subchefe Sanches preparava-se para apanhar um táxi no Campo Grande (eram 21 e 30) e João Manuel, acompanhado de um camarada da mesma nacionalidade (estudante de Agronomia), ter-se-ia tentado interpor, usurpando-lhe «a vez».

Subchefe: «Tentaram apanhar-me o táxi, no momento em que eu já estava a abrir a porta do carro. E o réu meteu a mão na algibeira como a pretender intimidar-me». Juiz: «O senhor subchefe estava em serviço?». Subchefe: «Não senhor doutor... estava à paisana, mas identifiquei-me. Mesmo assim o réu atingindo-me na vista...». Juiz: «Mas senhor subchefe... o médico não lhe detectou qualquer ferimento». Subchefe: «Mas atingiu-me senhor doutor... e foi então que eu dando um passo à retaguarda tirei a pistola para me defender... dando-lhe depois ordem de prisão».

José Manuel: «Esse senhor mente... tudo se passou de forma totalmente diferente... o táxi pertencia-nos, já estávamos ali há bastante tempo... e esse senhor chegou e quis passar-nos à frente». Juiz: «Mas o senhor agrediu o queixoso?». José Manuel: «Não é verdade senhor doutor... eu é que fui agredido na esquadra (e fazendo um gesto para despir a camisola)... se o senhor doutor quiser eu posso mostrar-lhe...».

Juiz: «Bem... não é preciso...».

O estudante de Agronomia: «O senhor subchefe tentou identificar-se sem apresentar qualquer documento... e como não abdicassemos do táxi, que nos pertencia por direito, puxou da pistola, ao mesmo tempo que nos ameaçava: «Vamos para a esquadra antes que lhes dê dois tiros na cabeça». E já na esquadra foi ele próprio quem nos revistou». Juiz: «Que revista?». Estudante: «As revistas da praxe, senhor doutor. E em seguida agrediu-nos. A mim deu-me uma estalada, fazendo-me cair os óculos no chão». E tirando os óculos de um dos bolsos das calças: «Como o senhor doutor pode ver os aros ficaram desnivelados, facto que me tem impedido de estudar».

O motorista de táxi: «O senhor subchefe estava à frente e esses dois senhores tentaram apanhar-lhe a vez... e um deles atingiu o senhor subchefe com um soco na vista...». Juiz: «Mas o médico não deu conta de nenhum ferimento». Taxista: «Bem... a mim pareceu-me...».

Juiz, dirigindo-se ao subchefe Sanches (nas proximidades do qual o taxista se sentara, não sem antes ambos travarem entre eles olhares inequivocamente amistosos): «Como o senhor estava à paisana... não estava no exercício das suas funções... talvez pudesse perdoar». Subchefe (silencioso). José Manuel: «Mas senhor doutor, não pode ser assim... eu fui agredido... fui levado a pontapés para a esquadra». Juiz (como se não tivesse ouvido), dirigindo-se de novo ao subchefe: «Se o senhor quer simplificar. Se achar... se o senhor aceitar. Era um ponto de partida, perdoar. Fica sempre bem. Não tem nada a perder». José Manuel: «Não está certo... fui agredido». Subchefe: «Não quero perdoar!». Juiz: «Bem, nesse caso tenho de remeter o caso para a Polícia Judiciária... o senhor não estava em serviço... não é um caso para decidir neste tribunal...». E para o réu e seu companheiro: «Agora aguardam que a Polícia Judiciária vos chame».

Em suma: um cidadão (o facto de ser polícia como se viu e o próprio juiz o reconheceu está excluído), discute uma simples questão de táxi (mil vezes repetida em cada dia na grande metrópole) e resolve-o de pistola em punho. Diz-se agredido (e o médico judicial não o reconheceu). É agressor (as provas existem). E afinal é ele o captor. É ele o autor do auto de acusação. É ele o queixoso. É ele a quem o meritíssimo perguntou: «Se o senhor quisesse perdoar?». Mas perdoar de quê: de ter empunhado uma pistola, de ter agredido, de, em última instância, ter falseado os autos (pelo menos na parte em que afirma ter sido agredido), sob pena de ter sido o médico quem mentiu. De novo, portanto, o reino de Kafka a espraiar-se pelas malhas do absurdo, ali para as bandas do Parque Eduardo (Sétimo).

MANUEL GERALDO

JULGAMENTO DE VASCO GONÇALVES

Acusações de Luís Arouca consideradas sem fundamento

Ao contrário do que alguns observadores esperavam, não foi ainda lida a sentença relativa ao julgamento da acção intentada contra o general Vasco Gonçalves pelo antigo dirigente do PDC e director do semanário «Liberdade», Luís Arouca. Durante a sessão de ontem o juiz-presidente do 14.º Tribunal Cível de Lisboa tornou pública a matéria dos quesitos dada como provada, devendo o acordão ser conhecido na segunda quinzena de Janeiro próximo.

De acordo com os quesitos, o Tribunal deu como provados os seguintes pontos: que o general Vasco Gonçalves desconhecia o teor do ofício que Luís Arouca considera ofensivo ao seu «prestígio nacional e internacional»; que o documento, concebido através de informações dadas pelo adido de Imprensa do Gabinete do então Primeiro-Ministro, o jornalista David Lopes Ramos, pelo departamento competente, não abalou o prestígio do ex-director do semanário «Liberdade»; e que não foi por causa do ofício que o contrato de Luís Arouca com o Instituto Superior de Economia não foi renovado.

Recorde-se que através deste processo, que já teve uma primeira decisão favorável a Vasco Gonçalves no Tribunal de Relação de Lisboa, Luís Arouca (detido na sequência dos acontecimentos do 11 de Março de 1975), exige daquele general uma indemnização de duzentos contos.

JUIZ BARATA "CRIA" NOVO PROCESSO

Alferes Nobre Ferreira absolvido

Reconhecendo que aquele militar «não agiu com a intenção de se apropriar da arma», mas como alguém que executou uma ordem norteado apenas pela ideia de a consumar», o 2.º Tribunal Militar Territorial absolveu, ontem à tarde, o ex-alferes miliciano Nobre Ferreira, acusado do «furto» de uma caçadeira apreendida ao duque de Palmela, D. Luís de Sousa Holstein, no momento da sua detenção por presumível envolvimento nos acontecimentos do 11 de Março de 1975.

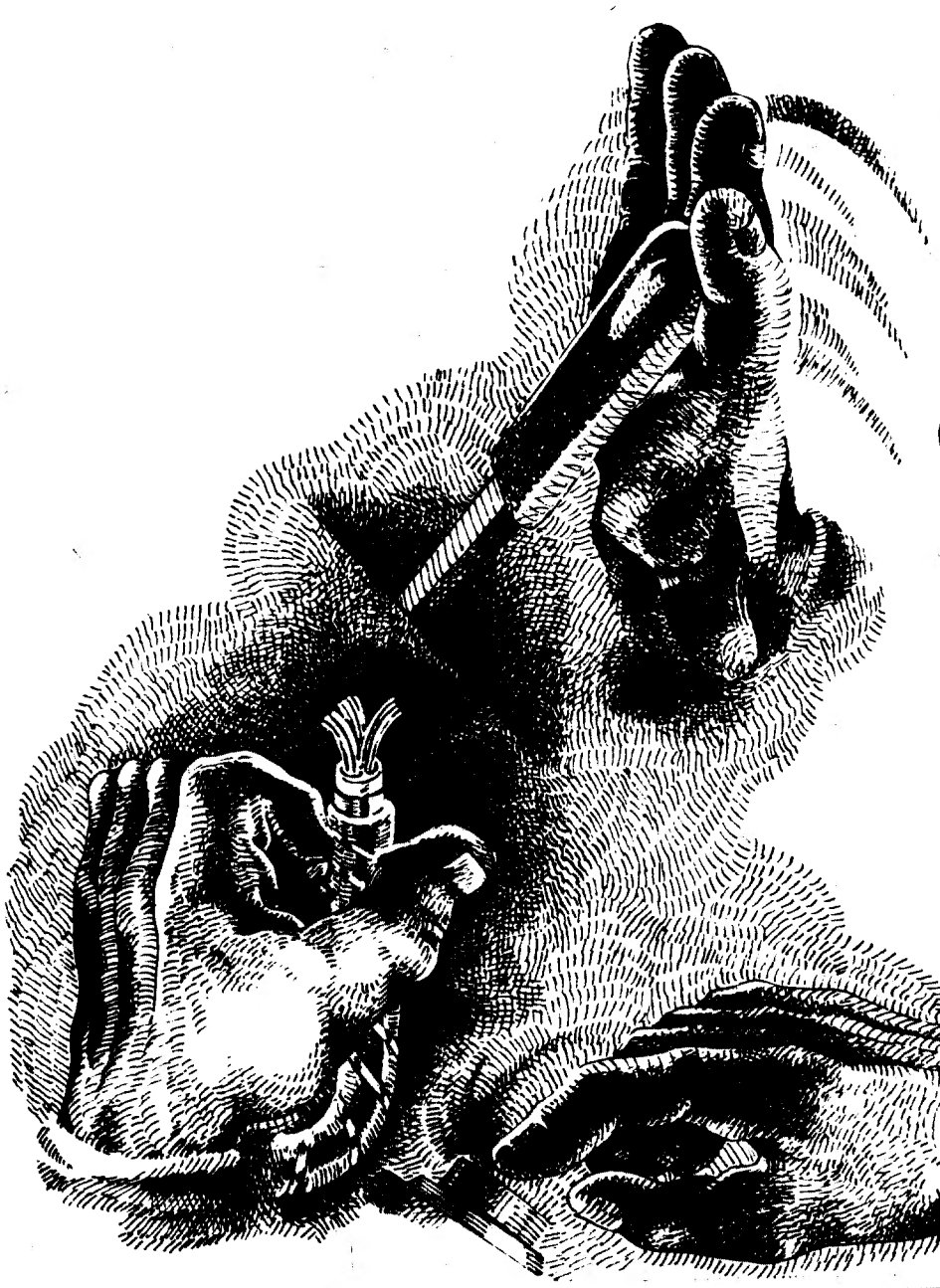
No entanto o tribunal, pela voz do seu juiz-auditor, dr. Hugo Barata, responsável pela detençao durante seis meses do ex-alferes Nobre Ferreira no presídio da Trafaria, afirmou pretender elaborar «uma certidão, para ser remetida ao serviço da Polícia Judiciária Militar, a fim de ser instaurado (novo) processo criminal contra o réu de agora», por abuso de autoridade (ordem de busca domiciliária sem o respectivo mandato de captura em contravenção da Lei).

Recorde-se que o Supremo Tribunal Militar ordenara, na passada quinta-feira, a libertação provisória daquele antigo militar do RALIS, por recurso do seu advogado, dr. Lopes de Almeida, reconhecendo «não se verificarem os fundamentos legais» para a prisão preventiva decretada pelo juiz Barata.

A vítima defendeu-se à navalhada

Com uma navalhada na barriga, encontra-se internado no Hospital de S. José, em Lisboa, um indivíduo de nome Custódio Soares. Segundo a PSP este e mais dois assaltaram na noite do último sábado, na Rua do Forno do Tijolo, o cidadão Sidónio Augusto Paiva, de 57 anos, maquinista naval.

Na circunstância, apareceu a Polícia que conseguiu capturar um dos elementos do grupo, Marcos da Silva, de 24 anos, desempregado. Entretanto, a vítima, que se vira sem 15 contos em dinheiro e um fio de ouro, disse que se defendera à navalhada e, portanto, pelo menos um dos agressores em fuga devia estar ferido. Uma diligência feita junto do Banco do Hospital confirmou o facto: Custódio Soares, a barriga perfurada pela lâmina de uma navalha.



energia é vida!

A electricidade é o fulcro da vida actual:
da comodidade à segurança, da rapidez à eficiência.
Desde o simples acender de uma lâmpada,
ao mais sofisticado aparelho, a energia eléctrica
faz parte do dia a dia da nossa vida.
A CEL CAT especializou-se há mais de 30 anos,
na condução de electricidade.
Somos o maior fabricante de cabos eléctricos,
a nossa capacidade e eficiência,
são comprovadas em milhares de obras
no País e no estrangeiro.

SOMOS CEL CAT.
FABRICAMOS CONDUTORES ELÉCTRICOS
DAMOS QUALIDADE EM SEGURANÇA.

CEL CAT

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ASSEMBLEIA DA R

Governo confessa

Subscrita pelos deputados Carlos Brito, Veiga de Oliveira, Alda Nogueira e Vital Moreira, o grupo parlamentar do Partido Comunista Português propôs ontem à Assembleia da República, na continuação dos debates sobre o programa do Governo, a sua anunciada moção de rejeição, cujo texto é do seguinte teor:

«Considerando que tanto pela sua fórmula e composição, como pelas posições programáticas e previsível actuação prática, o Governo do professor Mota Pinto não só não pode resolver qualquer dos grandes problemas nacionais como inevitavelmente os agravará a todos, a Assembleia da República, ao abrigo e para o efeito do disposto nos artigos 195.° e 198.° da Constituição, delibera rejeitar o programa do Governo do Primeiro-Ministro Mota Pinto».

Segundo o Regimento do Parlamento, a moção de rejeição, para surtir efeito, terá de ser aprovada pela maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções. Nestes termos, e conhecida a posição do PSD, que deliberou abster-se, a menos que o Governo esteja disposto a inflectir ainda mais à direita alguns pontos do seu programa, é aguardada com grande expectativa a votação de hoje, que poderá conduzir, caso sociais-democratas e socialistas se abstenham, a este inédito e curioso resultado: a moção de rejeição contar com maioria de votos (PCP, UDP e 5 independentes a favor, CDS contra), mas o Governo passar.

O IV Governo constitucional, segundo de inspiração presidencial e de «independentes», nomeado à margem da câmara legislativa e com um programa e uma composição à revelia das forças maioritárias aí colocadas pelo voto do povo, vê assim aprovada, se a abstenção do PS e do PSD vierem efectivamente a colocá-lo em minoria, mas em condições de passar exclusivamente apoiado nos votos do CDS, a sua anomalia congénita e irremediável, que representará – ela sim – um perigoso factor de desestabilização da democracia e das instituições democráticas, com a definitiva subalternização do orgão de soberania Assembleia da República.

O PAÍS JULGARÁ A ACTUAÇÃO DO MAP

Vaz Portugal, responsável pelo MAP, produziu uma intervenção em que se limitou a repetir com lacunas o que vem expresso, a propósito do sector de Agricultura e Pescas, no programa do Governo, aliás na linha frouxa e inconsequente que tem caracterizado quase todas as achegas dos seus colegas de Gabinete a este debate.

Disse o sr. Vaz Portugal que é preciso desenvolver a capacidade da empresa agrícola, «tratada igualitariamente seja qual for o seu tipo», e para isso o controlo do crédito constitui mecanismo indispensável e deverá ser facultado a «quem o sabe empregar».

Sobre esse tema, o deputado socialista António Campos pediu-lhe que explicasse à câmara quem utilizou os 83 milhões de contos que a banca forneceu para empréstimos a longo, médio e a curto prazo ao sector de agricultura e pescas. O sr. ministro não explicou, mas explicou Vítor Louro: «À sombra da linha de crédito destinada a pequenas explorações, o ministro Vaz Portugal autorizou um empréstimo de 50 mil contos à conhecida fábrica de salsicharia «Aveirense Ld.ª», sem mesmo sequer existir o estudo económico financeiro do respectivo empreendimento. Mas a «Aveirense» não se conformou e o estudo económico foi «revisto». Em consequência, Vaz Portugal acaba de autorizar um empréstimo de 172 mil contos, à taxa de 8 por cento e a prazo de 17 anos! Tudo isto decidido em apenas dois meses, apesar das fundamentadas dúvidas dos serviços técnicos do MAP».

Esta revelação de Vítor Louro à Câmara exigia, só por si, que se averiguassem as verdadeiras razões de tal procedimento do MAP de Vaz Portugal, mas quer este, quer o Primeiro-Ministro mais uma vez ficaram calados.

Antes de abandonar a bancada do Governo e de ir rir-se destas coisas para uma tribuna, o ministro Vaz Portugal ainda teve tempo de garantir que, em matéria de Reforma Agrária, o MAP não quer destruir nada: quer «ensinar a andar» as cooperativas e «salvar» a economia nacional.

«O senhor parte as pernas às cooperativas e agora quer ministrar-lhes muletas?» – inquiriu o deputado independente Brás Pinto, que referiu, a propósito das cooperativas corticeiras, a estranha forma de distribuição do crédito perfilhada pela equipa mapista: 1.° – o crédito é concedido às cooperativas e UCP's; 2.° – as cooperativas e UCP's vendem o seu produto ao Estado, que não lhes paga; 3.° – como o Estado não lhes paga, as cooperativas e UCP's não podem, por sua vez, pagar ao Estado; 4.° – como não podem pagar o crédito, porque o Governo não lhes paga, não lhes dão mais crédito. Sobre isto, o ministro não disse nada, assim como também nada disse acerca de uma intervenção de António Campos (PS), qualificada pela sr.ª D. Helena Roseta (PSD) de «ordinária»: «Se V. Ex.ª respeita a letra e o espírito da Lei de Bases da Reforma Agrária, nomeadamente no que se refere aos que exploram directamente a terra e que são os únicos a poderem beneficiar de reservas, como explica, por exemplo, este caso concreto: entrega de uma reserva ao sr. António Joaquim Patinhas Gomes da Silva, do concelho de Évora, outra ao filho, outra à irmã, outra à mãe e, desculpe sr. ministro, não sei se também já entregaram alguma ao filho da mãe».

Logo depois do discurso de Vaz Portugal, o deputado comunista Lino Lima levantou-se e proferiu as seguintes palavras:

«Na intervenção que aqui fiz, na última reunião, acusei o MAP de entregar reservas que não foram requeridas em tempo e pela forma legal; de não fundamentar os despachos que profere; de não notificar esses despachos aos interessados; de não apresentar ao Supremo Tribunal Administrativo os processos de concessão de reservas, quando a Lei lho impõe; de extraviar processos; de haver despachos fabricados e documentos também fabricados; de haver portarias revogatórias de portarias de expropriações, publicadas após o prazo legal de um ano; de haver entregas de reservas a rendeiros que nunca o foram».

«A câmara e o País – prosseguiu Lino Lima – compreenderam que estas acusações eram e são muito graves. E porque as fiz, porque as documentei e porque não quis que ficassem dúvidas sobre elas, acabei por pedir um inquérito à actuação do MAP e por sugerir, desde logo, ao sr. Primeiro-Ministro, nomeado uma investigação sobre aquilo que se estava a passar no âmbito do MAP.»

«Devo acrescentar que não fizemos esta intervenção hoje e sim na quinta-feira propositadamente. Quisemos, com isso, dar ao MAP os dias de sexta, sábado e domingo para se poder preparar a fim de dar uma resposta que a opinião pública exige, o que não sucederia, se os tivessemos surpreendido com a mesma intervenção feita hoje.»

«Todos os factos e actos que referiu implicam questões que põem em causa a legalidade democrática. Como já disse, para defender essa legalidade democrática propusemos um inquérito. Com surpresa nossa, o sr. ministro da Agricultura e Pescas acaba a sua intervenção sem se referir, de forma alguma, às acusações que foram feitas ao seu ministério.»

«Queria simplesmente – concluiu Lino Lima – chamar a atenção da Câmara e do País para esta actuação que reputo de muito grave e de que, estou certo, o País julgará.»

Obrigado a falar para não ficar calado, o sr. ministro Vaz Portugal limitou-se a responder que

PROMO NOX

no bom caminho
para as suas compras
em Cascais
RIYADH
CENTRO COMERCIAL
ONDE PODE COMPRAR MELHOR TUDO O QUE PRECISA

CENTRO COMERCIAL RIYADH
AVENIDA GASPAR CORTE REAL, LOTE 11 · BAIRRO DO ROSÁRIO · CASCAIS

Part-time — 16.800$00 — 3 vagas

Empresa internacional admite, apenas em part-time, 3 pessoas, com mais de 18 anos e Curso Complementar dos Liceus, como mínimo, para conclusão dos nossos quadros de trabalho. Os candidatos/as devem dirigir-se apenas amanhã (quarta-feira) à Rua Duque de Palmela n.º 30-5.º-Letra B, somente às 11 horas.

movestar Móveis e Decorações, Lda.

NOSSA GAMA LINHA/79, A PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO
ATÉ FINS DE DEZEMBRO

GARANTIMOS NOSSA QUALIDADE DO MOBILIÁRIO
E DAMOS FACILIDADES DE PAGAMENTO

Quarto de casal electrificado .... 1[illegible] 850$00
Quarto de jovem electrificado .... 11 900$00
Móvel para sala electrificado .... 13 500$00
Mesa extensível com cadeiras .... 6 900$00
Sofá cama 2 maples .... 5 100$00
Sofá cama 2 maples com garantia, em veludo de Dralon .... [illegible]5 000$00
Sofá 3 elementos com garantia, em veludo Dralon .... [illegible] 000$00

ELECTRODOMÉSTICOS ● ALCATIFAS ● CANDEEIROS

FAZEMOS ENTREGAS IMEDIATAS EM QUALQUER PONTO DO PAÍS
AVENIDA DUQUE DE LOULÉ, [illegible] 122
TELEFONES Secção de Vendas 5 96 08 5 Escritórios 5 96 12 Fábrica 92 39 88

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas
do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes
e Moagens do Centro e Sul

Campo dos Mártires da Pátria, 50, 1.° e 2.° (Sede) — Telefs. 58934/5-58630 — LISBOA-1

AOS DELEGADOS SINDICAIS
DA INDUSTRIA QUÍMICA

CONVOCATÓRIA

Camaradas,

O Patronato continua a boicotar a revisão do CCT/V. Sabotou o início das negociações directas, invocando falsos pretextos. Depois de conseguir os objectivos invocados, vem sistematicamente boicotando os trabalhos da Comissão Técnica, para a elaboração de uma PRT.

O Ministério do Trabalho tem por dever de tomar uma posição definitiva sobre a rápida revisão do CCT/V.

Tendo em conta isto, convocamos-te para um Plenário Geral dos Delegados, a realizar no dia 13 de Dezembro de 1978 (quarta-feira) pelas 16 horas, no Sindicato dos Rodoviários — Avenida Visconde Valmor, n.º 34, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Análise da PRT/Comissão Técnica
2.º — Medidas a tomar

— NÃO FALTES! PARTICIPA!
— CONTRA O BOICOTE PATRONAL!
— PELA RÁPIDA REVISÃO DO CCTV
— UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 6 de Dezembro de 1978

PÚBLICA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ASSEMBLEIA

se pelo silêncio

«se houve realmente atitudes tomadas pelo Governo que tombam debaixo do poder judicial, é através do poder judicial que compete prová-las».

Lino Lima voltou à carga sobre esta pretensa resposta:

«Pode concluir-se sem dificuldade que o Governo continua a recusar-se a responder: o Governo é relapso. O problema posto na minha intervenção é uma questão política, e acho muito estranho que nem o sr. ministro, nem o Governo compreendam isto: é uma questão de fiscalização dos actos do Governo por parte desta Assembleia. Das suas palavras pode-se concluir o que o MAP entende por legalidade democrática e por respeito da Constituição».

A questão dos barulhos e dos silêncios do MAP, ambos deslocados e inoportunos, não terminaria aqui. O deputado Vital Moreira deu-lhe, salvo seja, a estocada final: «Na passada quinta-feira o meu camarada Lino Lima fez ao MAP um conjunto de graves acusações que, para qualquer Governo responsável, levariam à suspensão imediata do ministro e a um inquérito à sua actividade. Mas o MAP e o Primeiro-Ministro não responderam uma palavra.

«Aguardávamos que hoje o fizessem. Pura ilusão. O Governo fugiu a dar qualquer resposta aquelas acusações, como se tornou claro pela atrapalhada intervenção do ministro Vaz Portugal».

«Mas eis que hoje à noite na RTP, à hora de maior audiência – continuou Vital Moreira – o MAP faz ler uma longa nota oficiosa em que, a pretexto de contestar as estatísticas apuradas na III Conferência da Reforma Agrária realizada há mais de uma semana, lança uma gigantesca campanha ideológica contra a RA, contra as cooperativas e UCP's e contra os trabalhadores, recheada de falsidades ridículas e várias vezes desmentidas, inclusive aqui, hoje, como esse de contestar os números e as estatísticas da Reforma Agrária, relativos a cooperativas e UCP's, com os números e as estatísticas referentes a toda a zona de intervenção. Quer dizer: incapaz de responder às acusações que, aqui, na Assembleia da República, lançámos ao Governo, este permite-se lançar uma inqualificável e intolerável manobra de diversão, fora da AR, perante as câmaras mudas da RTP, liberto do incómodo direito de contradita e de resposta. O Governo não responde ao PCP; o Governo fugiu da AR (de facto, à hora a que Vital Moreira proferia estas declarações, só se encontravam cinco membros do Governo na respectiva bancada; o sr. Primeiro-Ministro não voltou a aparecer depois de jantar); o Governo utilizou deslealmente 10 minutos de tempo de antena,

Vaz Portugal atrapalhado

e ridículo a discussão do seu programa; o Governo deu um exemplo flagrante de manipulação da opinião pública e de desrespeito por esta Assembleia».

Entretanto, Vítor Louro deu novas achegas a definição do perfil desta equipa do MAP: «A equipa surge-nos reforçada à direita com mais um «independente», conhecido militante do PPD/PSD, o eng. Barreira da Ponte» – informou o deputado comunista. «O PPD/PSD – insistiu – vê assim reforçadas as suas importantes posições no MAP, que vão desde a chefia do Gabinete do próprio ministro até à direcção do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária e ao responsável dos pareceres sobre atribuição de reservas».

Desta vez, não foi só o ministro que ficou calado. O PSD também...

UMA DIPLOMACIA DESAJEITADA

Freitas Cruz, ministro dos Negócios Estrangeiros, é conhecido como um dos amigos de Jardim e Smith. Aliás, foi um diplomata acreditado na Rodésia nos tempos da outra senhora, e é lícito interrogarmo-nos sobre a conta em que Mota Pinto, ao escolhê-lo, teve as relações entre Portugal e Moçambique.

Ontem, o ministro Freitas Cruz, numa intervenção cheia de lapsos e omissões, provocou a hilaridade do hemiciclo, como quando, em resposta a uma pergunta do deputado comunista Aboim Inglês, se saiu com esta: «o que lhe posso dizer é que estamos dispostos a assegurar no Conselho de Segurança da ONU os interesses portugueses». Cabe perguntar se o sr. ministro sabe o que é o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Sobre as relações com as antigas colónias portuguesas, Freitas Cruz anunciou que «vão-se efectivamente efectuar sem utilizar terceiros países nem terceiros interesses. Vamos procurar seguir o interesse nacional».

Depois destes «esclarecimentos», o ministro ainda «esclareceu» que não tem posição quanto ao problema da Namíbia.

O ministro adjunto do Primeiro-Ministro, Álvaro Monjardino (Vital Moreira: «Compreenderá certamente que não lhe dê as boas-vindas no seu regresso a esta casa após uma ausência de quatro anos») disse por seu turno ao Parlamento que «aqui não viemos para nos sobrepormos» e que era racional que o Governo procurasse, caso a caso, «uma cobertura mínima desta Assembleia».

Enquanto ministro, disse também nada ter a ver, no exercício das suas funções, com as regiões autónomas (Álvaro Monjardino era presidente da Assembleia Regional dos Açores).

MARATONA DE NOVE HORAS

No resto da maratona de nove horas, distribuídas em duas sessões, à tarde e à noite, o deputado socialista, António Reis falou da cultura, tendo referido, a propósito, o «período negro da nossa história», anterior ao 25 de Abril, e feito notar o carácter pouco «descentralizante» do capítulo cultural do programa do Governo.

José Júlio Ribeiro (PSD) criticou a «política de divisionismo» entre os camponeses do Norte e Centro e os assalariados rurais do Sul e estranhou ter o Governo esquecido «este grave dualismo».

Ao longo da tarde de ontem seria saliente o tom crítico tanto em intervenções como em pedidos de esclarecimento em relação ao IV Governo dos deputados do PSD.

O deputado socialista António Guterres focou as dificuldades por que passa a economia, tendo referido, no entanto, que a existência da dívida externa «não é incompatível com o desenvolvimento futuro».

Guterres disse não ser realista apontar em 1979 para uma taxa de inflação inferior a 20 por cento e falou em defender de maior deterioração o poder de compra dos trabalhadores.

Ângelo Correia (PSD), falando da adesão de Portugal à CEE, disse que «não é possível defender-se um modelo para o exterior e outro para o interior» e que «é impossível aderirmos a uma comunidade com um conjunto de regras e normas de organização, sem as perfilharmos e vivermos».

Correia criticou o Governo pelo facto de o seu programa não referir a concessão de meios à Comissão de Integração Europeia e por não ser, no mesmo, «suficientemente tratada» a ligação das regiões autónomas ao processo de adesão.

Rui Pena, novo líder parlamentar do CDS, disse que «o poder hoje em Portugal não é apetecível como era em 1974», mas que «alguém tem de governar» e que esta conclusão, «chocante», é um «aviso de reflexão».

Pena verberou as «alianças flutuantes» (olha quem!) e defendeu a formação de um movimento de entendimento entre todos os «partidos democráticos» que permita ao Governo «dar execução às medidas do seu programa».

Zita Seabra (PCP) disse por seu turno que «o Serviço Nacional de Saúde é um imperativo constitucional, mas é também uma das mais vivas reivindicações das classes trabalhadoras».

Zita Seabra defendeu ainda a comparticipação do Governo no financiamento da segurança social e referiu «a ameaça, contida no programa do Governo, de revisão da Lei dos Despedimentos».

Sá Machado (CDS) opinou que o programa do Governo «embora dizendo o essencial quando aos pressupostos do posicionamento externo, dizia pouco».

Sá Machado congratulou-se no entanto com o empenhamento manifestado pelo IV Governo em reforçar o perfil europeu de Portugal e em reafirmar a adesão à política «atlântica e ocidental».

Finalmente, Aires Rodrigues (independente) e Acácio Barreiros (UDP) criticaram duramente o IV Governo, tendo o primeiro destes deputados feito um apelo aos socialistas no sentido de rejeitarem o programa em discussão.

A votação da moção de rejeição apresentada pelo PCP está prevista para as 22 horas de hoje, sendo necessários os votos da maioria absoluta (127) dos deputados em efectividade de funções para que seja aprovada.

E.S.

PUB

A REPRESSÃO NOS CABOS ÁVILA

O ESTADO DE DIREITO...

... E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

NA FÁBRICA

DE CONDUTORES ELÉCTRICOS

DIOGO D'ÁVILA

Desde há muito que a Administração da Diogo dÁvila, violando quaisquer normas legais, vem cometendo as maiores arbitrariedades e prepotências contra os trabalhadores ao seu serviço.

Assim, dessas anómalas decisões da Administração sobressaiem processos disciplinares arbitrariamente postos a trabalhadores — alguns, já, com sentenças judiciais de reintegração imediata, e restrições à actividade sindical na empresa como forma prepotente de criar um clima de insegurança durante as negociações das tabelas salariais do ACT.

Em consequência, destas e outras tropelias ilegais da Administração que a par dessas prepotências contra os trabalhadores — muitos deles Delegados Sindicais ou membros da Comissão de Trabalhadores — sempre se furtou a negociar de boa fé. As tabelas salariais, por obrigação legal, são por fim publicadas em PRT e onde se consagram muitas das razões dos trabalhadores.

A PRT foi publicada e a Administração retoma com mais afinco as suas arbitrariedades e prepotências...

Neste momento, a par do não cumprimento sistemático do ACT em vigor nalgumas cláusulas e da ameaça de aplicar outra contratação colectiva, a administração sem quaisquer razões de trabalho aparentes decide colocar 57 trabalhadores numa sala, onde não se trabalha, com a designação de «disponível», enquanto admitiu novos trabalhadores como eventuais, e unilateralmente altera o regime de turnos em vigor, fixando horários em manifesta contravenção do ACT e desrespeito para com os interesses e direitos dos trabalhadores, causando-lhes imensas dificuldades sociais na medida em a sua vida lhes é alterada profundamente.

Dos 57 trabalhadores visados com a designação de «disponível», muitos há que trabalham há 10, 20 e 30 anos na empresa com qualificação profissional comprovada e de comportamento disciplinar exemplar, encontram-se de novo activistas sindicais e membros da Comissão Negociadora Sindical do ACT.

Nestas circunstâncias e dado o avolumar constante das arbitrariedades e prepotências da Administração dos Cabos Ávila, as ORT's e os Sindicatos, ao mesmo tempo que denunciam e repudiam a forma selectiva dessas acções ilegais da Administração, apelam aos Órgãos Governamentais — Ministério do Trabalho — para que realizem um apurado inquérito e as façam cessar duma vez para sempre accionando para tal os competentes mecanismos legais ao seu dispôr.

Pois, a situação em que estes 57 trabalhadores se encontram, em que lhes é alterada a sua categoria profissional, mudado o seu posto de trabalho sem qualquer acordo prévio, violando-se frontalmente, o clausulado correspondente do ACT e demais legislação em vigor é fruto da prepotente actuação da Administração da Cabos Ávila, visando obter situações profissionalmente degradantes onde, num futuro próximo, consiga fins certamente próximos do despedimento colectivo.

Por último, as ORT's e Sindicatos chamam à atenção do Governo da República para estas situações que não concorrem para o fortalecimento da estabilidade tanto económica como social do País e são, por fim, atentados às leis em vigor neste Estado de Direito que se quer construir.

CONTRA AS PREPOTÊNCIAS E IRREGULARIDADES!
PELA MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO!

Lisboa, 11-12-78

As ORT's dos Cabos Ávila
Sindicato das Indústrias, Eléctricas do Sul e Ilhas
Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa
Sindicato dos Trab. Ind. Químicas do Centro
Sindicato dos Trab. Ind.. Hoteleira

REACÇÕES AO "GOLPE" DE SÁ CARNEIRO:

Carlos Brito: "Não ilude natureza do IV Governo" Jaime Gama: "Distanciamento" face a Eanes

O PSD «está determinado em bloquear toda e qualquer solução que não se conjugue com os seus interesses partidários exclusivos» considerou o deputado do PS Jaime Gama, em comentário a um matutino acerca das posições aprovadas pelo Conselho Nacional do PSD, domingo passado, quanto ao voto sobre o programa do Governo Mota Pinto.

«O volta-face do presidente do PSD – disse Jaime Gama – em relação ao IV Governo, em clamorosa contradição com anteriores decarações suas (e que não pode deixar de ser interpretado também como um distanciamento em relação ao Presidente da República) surge, aliás, na sequência da instabilidade de posições a que nos habituaram as direcções do PSD. Mas os problemasportugueses não se resolverão com manobras de última hora».

Desafiando o PSD a admitir publicamente que o «seu objectivo táctico a todo o preço é a antecipação de eleições legislativas» o dirigente do PS considera também que é objectivo daquele partido «afrontar o PS antes da realização do Congresso» dos socialistas, bem como «impedir a recomposição do CDS e a afirmação autónoma e não satelitizada do movimento reformador e, ainda, aglutinar o voto útil da direita e condicionar o conteúdo da campanha e da escolha do futuro candidato a eleições presidenciais que não desejaria ver precederem as legislativas».

Aparentemente preocupado também com os efeitos da posição do PSD sobre o Governo Mota Pinto, o deputado do PS entende, finalmente, que a manobra de Sá Carneiro significará o «substancial enfraquecimento político do IV Governo e do próprio papel desempenhado pelo Presidente da República na sua formação».

CARLOS BRITO: «PSD DEMARCA-SE DO GOVERNO»

Para Carlos Brito, líder parlamentar do PCP, «é bom que este golpe de teatro não iluda algumas conclusões que se tornaram certeza acerca da natureza do Governo Mota Pinto». Sublinhando que «este é um Governo abertamente de direita e da área política do PPD e do CDS e onde, tudo indica, o PPD desfruta de larga margem de influência e de comando», o dirigente comunista acrescenta que um tal executivo está, no entanto, «destinado a fracassar» pois «não vai resolver problemas» antes «vai agravar situações, agudizar conflitos e tensões».

Ainda sobre o «golpe» Sá Carneiro, ele destina-se também, segundo Carlos Brito, a uma «demarcação desde já do rotundo fracasso que vai ser a política deste Governo, se passarna Assembleia da República».

Quanto ao CDS, até agora, apenas silêncio!...

CIP ALINHA COM O PSD

Na sequência da reviravolta operada pelo PSD em relação ao IV Governo, a confederação do grande patronato, a CIP, saiu hoje com um comunicado em que considera que o programa de Mota Pinto «não resolve, pela adopção de medidas indispensáveis, as graves contradições do nosso sistema económico».

O comunicado da CIP faz três exigências ao IV Governo, pressionando no sentido de uma ainda mais clara demarcação em relação às conquistas do 25 de Abril. Exige a CIP nomeadamente: que deixam de estar vedados à iniciativa privada sectores da economia que lhe são próprios, como a banca e os seguros; que seja radicalmente alterada a lei das indemnizações, que consagra o confisco; que seja revista a legislação laboral que impede o correcto funcionamento das empresas, designadamente as leis sobre a greve, despedimentos, férias, feriados e faltas.

Estes pontos focados nas exigências do grande patronato alinham com as reivindicações do PSD, fazendo parte de um vasto processo tendente a aproveitar a abertura à direita (e mesmo à extrema direita) já feita no programa de Mota Pinto para obter maiores concessões e liquidar o que de fundamental existe nas alterações produzidas pela Revolução de Abril.

Ramalho Eanes com o ministro das Relações Exteriores de Marrocos, M'Hamad Bucetta, ontem recebido no Palácio de Belé Belém

ASSINADOS ACORDOS COM MARROCOS

Abolidos os vistos entre os dois países

Na sequência dos acordos assinados ontem com o nosso país pelo ministro das Relações Externas de Marrocos, Mohamed Bucetta os vistos para a entrada de cidadãos portugueses em Marrocos e de cidadãos marroquinos em Portugal são abolidos a partir de 11 de Janeiro próximo. O acordo inclui também um convénio cultural e de investigação científica.

No âmbito deste acordo os cidadãos dos dois países podem pertencer livremente três meses sem necessidade de visto. Por outro lado, os marítimos de ambos os países possuidores da respectiva cédula marítima poderão, sem visto, deslocar-se a terra e permanecer no concelho onde está localizado o porto de escala enquanto o navio a que pertencem se encontrar ancorado.

Um acordo cultural e de investigação científica também assinado prevê a abertura de centros culturais dos dois países em Rabat e Lisboa e, ainda, o encorajamento e desenvolvimento da cooperação no plano cultural, científico, educativo, técnico, artístico, literário, assim como no domínio do artesanato, imprensa, radiodifusão, televisão, cinema, desporto e turismo.

Estabelecido por períodos de cinco anos renováveis, o convénio possibilitará o intercâmbio de delegações artísticas, folclóricas, desportivas e a organização de visitas recíprocas de professores universitários, conferencistas e investigadores e a concessão de bolsas de estudo.

RELAÇÕES COMERCIAIS EQUILIBRADAS

As relações comerciais entre Portugal e Marrocos são as mais equilibradas da balança comercial portuguesa com os países árabes do Norte de Africa e do Médio Oriente, apenas sendo superado o comércio luso-marroquino pelo intercâmbio de mercadorias com a Arábia Saudita e o Iraque, devido fundamentalmente aos fornecimentos de petróleo destes países a Portugal.

Falando num jantar que ofereceu ontem em honra do seu homólogo marroquino, Freitas Cruz, ministro português dos Negócios Estrangeiros, referiu-se à «maneira harmoniosa» como têm decorrido as relações entre os dois países nos últimos anos e a título de exemplo das potencialidades de cooperação luso-marroquina mencionou a possibilidade de uma participação mais activa da tecnologia portuguesa em importantes empreendimentos marroquinos» em domínios como a construção naval e a pesca e a construção civil.

No seguimento das conversações já havidas, Mohamed Bucetta terá esta tarde um novo encontro com o seu homólogo português.

Motocicletas de 125 cm3 (ou cilindrada superior) passam a ter preço livre

A venda de motocicletas de cilindrada igual ou superior a 125 cm3 fica sujeita a partir de hoje ao regime de preços livres. A decisão, objecto de uma portaria do Ministério do Comércio e Turismo, com data de 17 do mês passado, vem publicada no «Diário da República» e entra imediatamente em vigor.

Entretanto, de há anos a esta parte que as motocicletas com cilindrada de 175 cm3 e 200 cm3 não são importadas por qualquer das firmas concessionárias e agentes portugueses. A «Honda-Iba», por exemplo, apenas dispõe neste momento de 250 cm3, cujo preço (fixo) é de 142.600 escudos. Esse tipo de motocicleta passa, de acordo com a aludida portaria, a ter preço livre a partir de hoje.

Conselho da Arma de Artilharia

Terminado o escrutínio da segunda volta das eleições para o Conselho da Arma de Artilharia, órgão de consulta e apoio do respectivo director, foram os seguintes os oficiais mais votados: coronel Belo Salavessa, major Moreira Maia, capitão Santos Silva, capitão Martins Reis e capitão Ferreira Carapeta.

Educação de adultos

Começou um seminário de formação para actividades de educação de adultos, organizado pela Direcção-Geral da Educação Permanente.

Os trabalhos prolongar-se-ão até ao dia 14 e serão desenvolvidos por professores dos vários distritos do País os quais abordarão os seguintes temas: «A educação de adultos numa perspectiva de educação permanente», a cargo da dr.ª Ana Benavente; «Educação de adultos e desenvolvimento», pela dr.ª Maria Teresa Ambrósio»; «Introdução à psicopedagogia de adultos», pelos drs. Johan Norbeck. José dos Reis Bento e Artur Parreira; «Educação de adultos e planeamento regional», a cargo da dr.ª Maria Monteiro e «Abordagem das comunidades e motivação das populações», a cargo da dr.ª Helena Coimbra e prof. José Mariano Gago.

PCB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA METALÚRGIA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE SETUBAL

AOS FILIADOS QUE TRABALHAM EM EMPRESAS DO SECTOR DA INDUSTRIA QUÍMICA

Camaradas,

No seguimento das reuniões de esclarecimento já realizadas, convocam-se todos os nossos filiados que trabalham em Empresas do sector da Indústria Química para a Assembleia de Voto, no próximo dia 14 de Dezembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Deliberação, por voto directo e secreto, da integração dos nossos filiados a laborarem em Empresas do sector da Indústria Química, no SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO SUL.

Para o efeito, funcionam mesas de voto nos seguintes locais:

CIBOREL	das 9 às 16 horas	Na Fábrica
EXPLOSIVOS TRAFARIA	das 14 às 17 horas	No Refeitório
FIDRO	das 14 às 17 horas	Na Fábrica
FIRESTONE	das 14 às 18 horas	Na Sala dos Delegados
FISIPE	das 14 às 18 horas	Na Sala dos Metalúrgicos
IBERAGAR	das 14 às 17 horas	No Refeitório
QUIMIGAL (Barreiro)	das 7 às 19 horas	No Refeitório 3
QUIMIGAL (ex-CUF) LAVRADIO (Zona azotados)	das 8 às 18 horas	Na Oficina
SAPEC	das 9 às 17 horas	Na Oficina
SEREIA	das 14 às 17 horas	No Refeitório
SOC. CORT. CONCORCO	das 14 às 17 horas	Na Oficina
SOC. PORT. EXPLOSIVOS	das 14 às 18 horas	Na Sala dos Delegados
TAGOL	das 14 às 17 horas	No Refeitório

E ainda na:

– Largo Quinta Grande n.º 11 Barreiro
Das 15 às 20 horas

Deleg. Sind. Metal. em Sines (R. Escolas Lote B)	Das 15 às 20 horas
Deleg. Sind. Metal. em Almada (R. de Moçambique 6-A)	Das 15 às 20 horas
Deleg. Sind. Metal. no Seixal (R. Paiva Coelho 119)	Das 15 às 20 horas
Deleg. Sind. Metal. em Setúbal (Av. 5 de Outubro 11)	Das 15 às 20 horas
Deleg. Sind. Metal. no Montijo (Pr. 1.º de Maio, 20)	Das 18 às 20 horas

PELO REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES!
– NUMA EMPRESA, UM SÓ SINDICATO!

A DIRECÇÃO

NOTA:

1. Se apesar das reuniões efectuadas, entenderes conveniente a realização de mais alguma reunião, antes da votação, contacta o teu Delegado Sindical ou, se não existir, a Direcção.
2. **No próximo dia 14/12 (data da votação) não esqueças o cartão de filiado, para facilitar a identificação na altura da votação.**

ARMANDINA FERNANDES VILAS

Exumação e transladação dos seus restos mortais

MISSA DE SUFRÁGIO

José Fernandes Vilas Diogo, participa que amanhã dia 13 pelas 9 horas, no cemitério de Benfica se procederá à exumação dos restos mortais da sua saudosa mãe, seguindo-se a transladação dos mesmos, para o cemitério do Alto de São João.

Igualmente, participa que no mesmo dia pelas 19.15 horas será celebrada Missa pelo eterno descanso da sua alma, agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignarem assitir a estes piedosos actos.

AGÊNCIA DAS PEDRAS NEGRAS
Telfs. 869184-873429

CONFLITOS LABORAIS

Previdência desencadeia greve de 48 horas

Com uma percentagem de adesão bastante significativa (superior a 60 por cento, segundo se julga), os serviços médico-sociais e da Previdência entraram hoje em greve por um período de 48 horas, exigindo participar na elaboração da portaria que fixará as condições de trabalho e remuneração do sector.

Entretanto, o Ministério dos Assuntos Sociais, ultrapassando o prazo que inicialmente marcara, anuncia que o projecto de portaria será divulgado «até ao fim da presente semana» para discussão entre os trabalhadores e suas organizações. Sucede no entanto – segundo um informador sindical – que tal facto a concretizar-se, não esgota as pretensões dos sindicatos, que desejam não só tomar parte activa na elaboração da PRT, mas ainda obter a suspensão de um diploma recente que afecta direitos adquiridos.

TOJAL CONSTRÓI «LOCK-OUT»

Os trabalhadores da Tojal Constrói depararam, ontem, ao chegar às instalações da empresa, com o seu encerramento, ordenado pelos patrões respectivos. Por se tratar de um «lock-out», ou por considerará-lo como tal, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa iniciou imediatas diligências para encontrar uma solução.

Um dos patrões da empresa informou o representante sindical que tinham adoptado aquela «solução» a conselho do advogado da firma e por entretanto ter sido requerida a falência da firma. Contudo, após demonstração da ilegalidade da situação, conseguir-se-ia, sucessivamente, a entrada no escritório e nas secções diversas, após nomeação de responsáveis diversos pelas chaves de cada uma delas.

A situação dos trabalhadores da Tojal Constrói é verdadeiramente dramática, uma vez que desde há sete meses não recebem salários na consequência de um processo que provavelmente não difere de tantos outros, em tantas outras empresas.

As dívidas, segundo palavras de um representante do patronato, ascendem a 55 mil contos no que respeita à Previdência, 150 mil à banca e muitos milhares, evidentemente, aos trabalhadores da empresa.

O total dos trabalhadores da empresa que se encontram abrangidos pelo processo é de 300 ou 400, sendo que muitos deles pediram entretanto licença na tentativa de procurar solucionar os seus problemas noutras empresas.

Mas a caracterização da situação não dispensa que se diga que há 200 mil contos de obras, muitos dos quais se referem a projectos por terminar. Só que a banca, como acontece frequentemente, não tem avançado com o contrato de viabilização pretendido pelo patronato.

«Tojal Constrói»: um «lock-out» de antecipação à falência

No entanto, os trabalhaores também têm algumas dúvidas, nomeadamente no que respeita a um financiamento de 25 mil contos que terá sido obtido, não há muito tempo, junto da banca e que rapidamente se «escoou» para destino desconhecido.

No fundo, é mais um caso de uma empresa em que são os trabalhadores as primeiras vítimas de situação por que não são responsáveis, nomeadamente porque nunca abandonaram as empresas, ao contrário do que acontece com a parte contrária, em diversíssimos casos.

SIDERURGIA: DATA MARCADA

As anunciadas paralisações de trabalho na Siderurgia Nacional já têm data marcada. De acordo com o pré-aviso entregue à comissão de gestão daquela empresa pública pelas estruturas sindicais, a greve efectua-se na quinta e sexta-feira próximas, entre as 18 e as 20 e as 2 e 4 horas, respectivamente.

Os trabalhadores, conforme já noticiámos, pretendem desbloquear as negociações do acordo colectivo (ACT) para a empresa, que se arrastam há sete meses.

LEÃO D'OURO: AS LEIS SÃO PARA CUMPRIR

Os trabalhadores do Restaurante Leão d'Ouro (Lisboa) decidiram entrar em greve amanhã e depois, nos períodos que vão das 12 às 14 horas e das 19 às 21 horas, para forçar a entidade patronal ao cumprimento da lei, que está a ser desrespeitada.

A informação chega-nos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira do Sul, que refere a suspensão arbitrária e ilegal de dois trabalhadores daquela empresa. De facto, a entidade patronal, «três meses após ter admitido dois trabalhadores quis que eles assinassem um contrato a prazo, numa manobra ilegal, contrária às leis em vigor, que apenas visa a possibilidade de despedir assim que a oportunidade surja».

Como os trabalhadores em questão se recusaram a assinar, foi-lhes comunicado terem sido suspensos. A medida não se concretizou, mercê da solidariedade dos restantes colegas, mas nem por isso a entidade patronal anulou a «suspensão», deixando de pagar os vencimentos a partir da data do «castigo».

Daí a decisão unânime de ir para a greve, que os trabalhadores apesar de tudo pretendem evitar, procurando no diálogo um acordo que leve ao efectivo cumprimento da lei.

MÓVEIS PADRÃO: NÃO À REPRESSÃO

Os trabalhadores da empresa Móveis Padrão, de Lordelo, poderão agudizar as suas formas de luta se não for imediatamente arquivado o processo disciplinar que a administração mandou instaurar a um delegado sindical.

A decisão foi tomada em plenário, ontem, no Sindicato das Madeiras, tendo os trabalhadores aprovado uma moção em que exigem que o processo seja imediatamente arquivado.

«Perseguição política por parte do patronato», assim foi classificado o caso do delegado sindical cuja suspensão partiu do facto de ter enviado aos trabalhadores da empresa, em seu nome, uma carta do grupo parlamentar do PCP, acusando a recepção de uma moção de apoio à Reforma Agrária, assinado pelo Sindicato a que pertence.

NOTARIADO PORTUGUÊS

Cartório Notarial de Mafra
A Cargo da Licenciada em Direito
Maria Jose Pimentel
Piqueira e Silva

Certifico para efeitos de publicação que no dia 28 de Novembro corrente, de fls. 51 a fls. 52, do Livro A-121, para «escrituras diversas», deste Cartório, foi lavrada uma escritura de Justificação Notarial, na qual Gil dos Santos Oliveira e mulher Francelina Ferreira Casa Oliveira, casados no regime da comunhão geral de bens, naturais respectivamente da freguesia da Azueira, deste concelho e freguesia de São Mamede, concelho de Lisboa, residentes em Cacilhas, na Rua Trindade Coelho, número 12, 1.º andar direito, justificaram que, com exclusão de outrém, são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel: — Prédio urbano composto de casa com um pavimento em mau estado de conservação, com uma só divisão destinada a arrecadação, com a área coberta de 107m2 e logradouro, com a área de 126m2, sito na indicada freguesia da Azueira, que confronta do norte com Estrada, do sul com Francisco Assis Esteves Oliveira, do nascente com José Ferreira dos Santos e do poente com Francisco Assis Esteves Oliveira e outro; inscrito, na respectiva matriz urbana, sob o Artigo 1.309, com o rendimento colectável de 1.404$00, de que resulta o valor matricial de 28.080$00, ao qual atribuem o valor de 29.000$00. — Que o referido prédio encontra-se omisso, na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto, não haja documento que permita fazer a prova do direito de propriedade, nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que os outorgantes Gil dos Santos Oliveira e mulher possuem o referido imóvel, há mais de 30 anos, com exclusão de outrém e de boa fé, pelo que o adquiriram por usucapião. — É CERTIDÃO NARRATIVA PARCIAL, que fiz extrair, a qual vai conforme o original quanto à parte transcrita, e, certifico que na parte omitida da referida escritura, nada há em contrário ou além do que fiz transcrever. — Mafra, 28 de Novembro de 1978.

O AJUDANTE,

(Maria Manuela Beirão Clímaco Delgado)

EVA, LDA

CABELEIREIRO
EM
PLENA ACTIVIDADE

MARQUÊS DE POMBAL, 1
R. C. CASTELO BRANCO, 23

Atenção moradores da Cruz de Pau, Barreiro e arredores

ESTEJAM ALERTA!

Não hesite, venha já visitar-nos, oferecemos bons preços, boa assistência e boa qualidade de compra do seu mobiliário, sinta o prazer de ser bem servido.
Visite a nossa sensacional campanha de preços em mobiliário, agora da fábrica directamente ao público.

PREÇOS DE SENSAÇÃO

	ERA	É
Quarto casal moderno	~~24 000$00~~	11 950$00
Quarto criança moderno	~~15 000$00~~	8 500$00
Jogos de maples (desde)	~~7 000$00~~	4 500$00
Quartos Século XVII — Mogno	~~29 000$00~~	20 850$00
Salas Século XVII — Mogno...	~~38 000$00~~	27 500$00
Mesas de refeição tampo vidro	~~8 000$00~~	4 950$00
Cadeiras cromadas.....	~~2 200$00~~	1 580$00

GARANTIMOS TOTAL ASSISTÊNCIA

SOCIEDADE REVENDEDORA DE MÓVEIS, LDA.
MÓVEIS M.I.
Telefones: 86 19 65 - 87 40 07 - 87 33 60
Rua das Beiras, N.º 8-B — Cruz de Pau
Rua Professor João Prates, N.º 1-B — Barreiro
Apresente este anúncio e receberá a oferta surpresa
ABERTO ATÉ ÀS 21 HORAS E NA HORA DO ALMOÇO
E SÁBADOS ATÉ ÀS 19 HORAS

Ganhe mais...
...sabendo mais!
APRENDA LÍNGUAS

Fazer um curso de línguas na Berlitz é um investimento duplamente rentável:
Promove-se profissionalmente
Amplia os seus conhecimentos
Inglês, Francês, Alemão ou qualquer outra língua, com professores da nacionalidade e pelo eficiente método Berlitz.

100 BERLITZ® years
Desde 1878
Escadinhas da Barroca, 2 - LISBOA
(ao Largo de S. Domingos - Rossio)
Telefone 87 46 56

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
GABINETE DAS RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS

NOTA INFORMATIVA
BOLSAS DE ESTUDO
PARA A JUGOSLÁVIA

A Secretaria de Estado da Cultura faz saber que está aberto concurso para atribuição de 30 mensalidades para bolsas de estudo, oferecidas pelo Governo jugoslavo, para o ano lectivo de «1979/80», e destinadas a licenciados ou estudantes universitários finalistas (à data do concurso), em todos os domínios, incluindo Música e Belas-Artes.

O prazo de entrega da documentação exigida, constante do «Edital» a solicitar ao Gabinete das Relações Culturais Internacionais, termina no dia «12 de Janeiro de 1979», impreterivelmente.

Todos os esclarecimentos serão prestados naquele Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura, Av. da República, 16-7.º andar — sala E, em Lisboa-1.

LEL IGESA
parque residencial de VIALONGA
A sua casa própria em espaço e preço
Ao abrigo dos contratos de Desenvolvimento de Habitação
Visite o andar modelo no local – Telef. 259 1511
Vendas: Av. da República, 14 - 6.º - Telefs. 560 791/560 021

MOÇAMBIQUE

- um país que constrói o soci

A opinião pública portuguesa tem uma imagem denegrida de Moçambique. Discordâncias políticas, ressentimentos, desconhecimento, distância, levam ao empolamento das deficiências e das falhas, e de certos aspectos da vida moçambicana que são consequência lógica da firme orientação política posta em execução pela FRELIMO e pelo Governo. Como os problemas levantados dizem respeito a aspectos vitais do processo em que está empenhado o povo moçambicano, importa referi-los numa tentativa de esclarecimento.

1. PRODUÇÃO – PALAVRA DE ORDEM

«A independência total da África passa pela libertação económica» – declarou há dias Julius Nyerere. E a libertação económica exige aumento de produção, que reverta em proveito dos países africanos libertando-os do domínio neocolonialista do imperialismo. Esta frase não se deve entender como um mero chavão político, mas como uma realidade que se sente na vida quotidiana de qualquer nação de África recém-independente.

É no sentido de conseguir essa libertação que em Moçambique se tem dinamizado a população com palavras de ordem como: «Reforcemos a ofensiva política e organizacional na frente de produção». No contexto actual do Moçambique, de construção de socialismo, **produção** não significa apenas produtividade com aumento de rendimento do trabalho e aumento consequente do nivel de vida, mas com manutenção de um sitema político de divisão em classes. Aqui, produção significa o empenhamento de toda a população nas tarefas comuns, a ligação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, a aquisição, por parte de cada trabalhador, da consciência da sua integração no ciclo que vai desde a exploração da terra até ao consumo dos produtos. Neste conceito radica a criação do partido da aliança operário-camponesa, e a esse mesmo conceito se reportam os mecanismos em que se procura corresponsabilizar o trabalhador, aumentar o rendimento do trabalho, ligar a escola à empresa e à fábrica, congregar o esforço produtivo das populações dispersas e desenvolver as cooperativas de consumo.

Para a concretização desta orientação geral podem citar-se alguns exemplos, uns que se aplicam sistematicamente, outros que respondem a problemas pontuais. Entre os primeiros pode citar-se a criação, em todas as empresas moçambicanas estatais ou privadas, de conselhos de produção formados por trabalhadores, órgãos eleitos a funcionar junto da direcção administrativa a quem compete controlar o nivel quantitativo e a qualidade da produção da empresa.

A ligação entre a escola e a produção tem-se tentado por vários meios, quer constantes quer esporádicos. Na Universidade, a todos os estudantes e professores é atribuída, durante o mês de Julho, uma tarefa integrada nas actividades agrícolas ou industriais, ou ligada ao campo intelectual, mas realizada fora da escola. No ensino secundário faz-se uma distribuição dos alunos das escolas pelas fábricas ou actividades agrícolas da região. Embora se não verifique a concretização desta orientação em muitos casos, na escola de Khanguene, por exemplo, (zona industrial de Maputo), os alunos trabalham na fábrica durante um período de quatro dias por mês, integrados por pessoal competente, e sobre a sua actividade é enviado à escola um relatorio que é tomado em consideração na avaliação. Na mesma escola (e em muitas outras) os alunos cultivam a «machamba», que é uma pequena exploração agrícola individual ou colectiva, constróem capoeiras e, inclusivamente, fabricam blocos de cimento para pequenas edificações. Acções como estas são tentativas de atingir o objectivo ideológico de ligação entre o trabalho intelectual e o manual, e têm a justificá-las razões de ordem pedagógica e económica, na procura de conseguir uma auto-suficiência para o maior número possível de escolas.

Finalmente, vale a pena referir o esforço colectivo desenvolvido em Junho de 78, para solucionar o problema da falta de mão-de-obra na colheita de arroz no Chokwe, província de Gaza, quando 40.000 pessoas foram mobilizadas para realizar a safra, depois de um discurso dinamizador do presidente Samora Machel, que, juntamente com outros membros do Governo, iniciou a ceifa ao lado de todos os trabalhadores.

Evidentemente muitos problemas subsistem, nos quais se destacam a não concretização frequente das orientações do Governo e o choque que se verifica por vezes entre uma perspectiva técnica e o que se interpreta como necessidades sociais e imperativos políticos, e ainda o problema, não resolvido até agora, da deterioração dos produtos provocada pelo desfasamento entre o nível atingido pela produção em certas regiões e a deficiente planificação dos transportes, em que pesa sobretudo a falta de estradas e de meios de condução. Este desfasamento é causa da maior parte das falhas de abastecimento nos grandes e pequenos centros populacionais.

2. AS NACIONALIZAÇÕES

Para a classe burguesa, as nacionalizações sempre foram motivo de pânico. Em Moçambique, depois da independência nacionalizou-se a habitação, o ensino e a justiça, a terra e, o serviço de saúde, a banca. O terror causado pela perda dos bens privados entre a antiga classe dominante foi tal que, em certa altura, correu o boato de que até as crianças e as mulheres seriam nacionalizadas; e muitos se foram embora com medo de que as pessoas passassem a pertencer ao Estado, sem compreenderem que o Estado existe para a população, e não è a população que existe para o Estado.

As consequências das nacionalizações foram benéficas, embora naturalmente não sejam sentidas dessa maneira pelos que perderam privilégios. Citam-se dois exemplos: a habitação e o serviço de saúde.

A nacionalização da habitação terminou com a especulação das casas – e das palhotas – e com a concentração de grande número de imóveis na mão de alguns proprietários. Segundo a Constituição, actualmente, todo o indivíduo pode possuir uma casa na cidade outra no campo ou praia, que apenas pode transmitir a um familiar. As rendas das casas alugadas são proporcionais ao rendimento do agregado familiar, e o Estado é o único proprietário.

A nacionalização da clínica privada seguida da socialização da medicina deu a todo o cidadão possibilidade de consultar um médico, ser hospitalizado ou submetido a intervenção cirúrgica pagando apenas 7$50, depois de determinada a sua necessidade específica pelo serviço de triagem do posto médico do seu bairro. Para alguns serviços há as inevitáveis bichas, mas os doentes, são atendidos na maioria dos casos com o prazo máximo de uma semana de espera, e por vezes no próprio dia em que o requerem. O nascimento de um filho custa igualmente 7$50 qualquer que seja o salário dos país, com direito a internamento e a toda a assistência necessária. Em vários hospitais pediátricos de Maputo está em curso a experiência de conservar as mães junto dos filhos doentes para os enquadrar afectivamente, facilitando os tratamentos e resolvendo problemas de insuficiência de pessoal, além de se tentar por este meio uma formação das mulheres no campo da nutrição e da educação sanitária. Até agora já se verificou diminuição no tempo de internamento, e no número de acidentes provocados por falta de assistência, e uma recuperação mais rápida. A tentativa implica, naturalmente, uma dispensa do trabalho exterior para a mãe que é internada com o filho, dispensa que se está a procurar obter sempre que o filho adoece, mesmo que permaneça em casa.

3. AS ALDEIAS COMUNAIS

Sendo um dos projectos mais importantes para Moçambique na construção da nova sociedade, as **Aldeias Comunais** representam uma aposta na capacidade da população para desenvolver uma vida colectiva que abranja todas as actividades do indivíduo. Distribuídas por algumas das dez províncias do país, as aldeias comunais, que hoje já são mais de 500, concentram-se sobretudo na parte norte. Acima de tudo, as Aldeias Comunais mantêm o espírito com que foram criados, no tempo da luta armada, nas zonas libertadas de Cabo Delgado e Niassa, locais de vida comunitária para formação de um corpo unido que pudesse fazer frente ao inimigo. Nesses locais se construíram então escolas e postos médicos, centros de formação político-militar e zonas habitacionais, em que todos os objectos necessários à vida quotidiana e o material exigido pela luta de guerrilha eram fabricados pela população com utilização dos meios mais elementares. Esta demonstração exemplar de espírito criativo e de vontade determinada de vencer está patente nos testemunhos fotográficos e objectuais expostos no Museu da Revolução. Através deles se pode compreender a razão pela qual uma organização de guerrilheiros, que lutou durante dez anos no meio das maiores dificuldades, pode vencer o exército colonial que tinha ao seu dispor armas sofisticadas e um elevado número de combatentes. É essa força colectiva que se procura guardar e desenvolver nas Aldeias Comunais até à completa libertação do povo moçambicano.

No momento actual, essa libertação passa, inquestionavelmente, por uma libertação económica, e as Aldeias Comunais respondem também à necessidade de desenvolver a produção, ao reunirem no mesmo local centenas de famílias que se encontravam dispersas e que, no novo contexto, passam a trabalhar na machamba comum, quer conservando os meios tradicionais de cultivo da terra, quer utilizando tecnologia avançada de exploração agrícola. A par da machamba colectiva existe, em cada Aldeia Comunal, um espaço limitado nó qual se podem cultivar machambas individuais pertencentes a uma única família.

Uma Aldeia Comunal completa integra um centro de saúde, uma escola e centros de alfabetização, uma cooperativa de consumo e locais para actividades políticas e culturais, e possui infra-estruturas para distribuição de água e electricidade. Todas as edificações assim como as casas de habitação são construídas colectivamente, reforçando-se assim o espírito de trabalho comum. Os quadros técnicos que dirigem e mantêm a vida da aldeia em todos os domínios são escolhidos pela população, e formados em cursos de especialização subsidiados pelos restantes membros da comunidade.

A criação das Aldeias Comunais veio igualmente resolver o problema decorrente da quebra dos circuitos comerciais existentes no tempo do colonialismo, que permitiam aos núcleos familiares isolados subsistir por meio da troca dos produtos provenientes do cultivo da machamba individual, (nomeadamente do algodão e do caju) por géneros de primeira necessidade. Essa troca, vital para o negro mas que lhe era altamente desfavorável, realizava-se em centros comerciais dominados pelos «cantineiros» e mantinha o produtor na dependência económica e constituindo mais uma forma de exploração da população moçambicana. Quebrado esse circuito comercial pela fuga dos intermediários, as Aldeias Comunais representam uma solução que permite à população subsistir integrada no processo geral de construção nacional.

Finalmente, a construção das Aldeias Comunais consitui ainda o meio de resolver problemas imediatos com os resultantes das cheias dos rios Limpopo, Zambeze e Incomati que deixaram muitas famílias sem casa e sem terra para cultivar, ou como o regresso de moçambicanos que se encontravam em campos de refugiados fora do país.

A instalação das AC tem encontrado dificuldades de vária ordem, provenientes quer da necessidade de movimentação das populações, que nem sempre compreendem a vantagem de se transferirem para novos locais, quer da não rendibilidade imediata da machamba colectiva, que exige tempo para se tornar produtiva e uma efectiva preparação das populações para utilização de meios de exploração agrícola não tradicionais. E preciso reconhecer que até agora, neste aspecto, vários erros se têm cometido pela falta de um planeamento físico do país e de um esclarecimento gradual das populações.

Para resolver o problema da exploração da terra, o Governo tem apoiado o projecto de criação de téncicas de base para aproveitamento dos recursos naturais. Também aqui surge o perigo de fabricar meios técnicos que não sejam adequados às diferentes regiões, ou inclusivamente de importar técnicas já prontas que poderão passar a constituir mercado de exportação para países desenvolvidos, transformando-se assim num meio de neocolonialismo. Esse facto desvirtuaria o verdadeiro objectivo que é o de provocar a criação local de técnicas que mantenham uma relação estreita com as necessidades locais, inserindo-se efectivamente no 'habitat' da população. O desenvolvimento das técnicas de base integra-se numa ampla perspectiva de apoio à produção familiar, que o partido e o Governo consideram como um dos factores preferenciais para a construção do socialismo em Moçambique.

4. FORMAÇÃO DE QUADROS

Com a saída maciça dos quadros técnicos que preenchiam a maioria dos lugares-chave na administração, no ensino, na indústria, e no comércio, e em consequência de uma política colonialista que, por razões óbvias, impedia a formação de quadros moçambicanos, o país viu-se em face de uma situação gravíssima com que ainda hoje se defronta: a falta de pessoal habilitado para manter o funcionamento da vida nacional em todos os sectores. A solução do problema está a procurar-se por três vias: formação interna de quadros, envio de jovens para o exterior e colaboração de cooperantes técnicos estrangeiros.

No primeiro caso, e depois de definidas como áreas prioritárias o ensino, a agricultura e a veterinária, procede-se à especialização de grande número de estudantes que terminam a nona classe numa destas três áreas, tendo em conta tanto quanto possível os seus interesses pessoais. A consciência de estarem a colaborar no processo geral de desenvolvimento nacional permite a muitos jovens ultrapassarem a sensação de limitação na escolha da profissão, tanto mais que, no que respeita ao ensino, se trata de resolver um problema imediato que durará até à formação de novos professores.

A saída para o exterior tem-se processado para diversos países socialistas, nomeadamente para Cuba, sendo de destacar o notável espírito de solidariedade dos cubanos que permitiu que cerca de 2000 estudantes moçambicanos estejam, actualmente, a frequentar escolas especialmente criadas para eles, em regiões agrícolas, onde adquirem uma formação geral e, em alguns casos, uma formação técnica profissionalizante.

A entrada em Moçambique de milhares de cooperantes vindos de todos as partes de mundo, embora indispensável nesta etapa do processo, levanta naturalmente alguns problemas que provêm da diversidade de formação política e científica e de uma dificuldade real de integra-

MARIA HELENA MIRA MATEUS

ção social. Embora os cooperantes sejam recrutados pelo Governo nos países socialistas e nas organizações progressistas dos países capitalistas, e a selecção feita assente na sua qualidade de militantes internacionalistas que ofereçam um mínimo de confiança política e se apresentem com competência profissional, nem sempre é possível conseguir uma relação óptima entre os princípios teóricos e a prática da realidade moçambicana. Este facto tem provocado, embora numa minoria de casos, rescisões de contratos quando se revela interferência na orientação política definida pelo Governo, ou quando se não consegue uma efectiva inserção na vida social do país. É de esperar no entanto que a formação de quadros nacionais permita, num futuro próximo, um melhor enquadramento dos técnicos estrangeiros, sem a colaboração dos quais, neste momento, o processo moçambicano não poderia avançar. Os membros do Governo aliás, frequentemente aludem à necessidade da referida integração, e disso é exemplo o louvor prestado por Samora Machel, no discurso de abertura do ano lectivo de 78, ao bom serviço dos professores portugueses que não abandonaram

alismo

os seus postos num momento em que o ensino, mais do que nunca, carece de pessoal habilitado.

5. 1978 – ANO DE ESTRUTURAÇÃO DO PARTIDO

«A Assembleia Popular é o órgão supremo do Estado na República Popular de Moçambique» (art.° 37.° da Constituição).

A eleição dos deputados à Assembleia Popular é um dos exemplos mais significativos da aplicação do princípio do centralismo democrático e da participação efectiva da população no governo do país através dos seus representantes. Estes são eleitos entre os deputados das Assembleias provinciais, os quais por seu turno provêm de eleições ao nível distrital e local. Nas localidades, os deputados são eleitos por toda a população, que aprecia publicamente o comportamento social, familiar, profissional e político de cada um dos candidatos propostos pela respectiva estrutura política, podendo essa apreciação levar à exclusão de alguns dos indivíduos (homens e mulheres) se se considerar que não são dignos representantes do povo. Nas Assembleias distritais e províncias funciona o mesmo processo, o que permite detectar, em qualquer desses níveis, impedimentos à elegibilidade dos candidatos.

Esta forma de eleição verifica-se em todas as estruturas políticas existentes nos organismos estatais e privados. Os grupos dinamizadores nomeados pelas estruturas superiores que, numa primeira fase, funcionaram nas empresas, fábricas, estabelecimentos de ensino etc., estão a ser substituídos durante o corrente ano por células do partido e por comissões de moradores; os candidatos propõem-se voluntariamente em reuniões preparatórias e o seu comportamento é posteriormente julgado em sessão pública.

O exercício do poder popular manifesta-se ainda nos tribunais populares, órgãos que permitem a participação da população na administração da justiça. Nestes tribunais, os membros da comunidade, orientados pelos órgãos do partido e por pessoal competente, discutem os crimes e a sanção a ser aplicada aos indivíduos apresentados como réus.

Em todos os níveis da estruturação política, desde as reuniões do Comité Central (ao qual pertencem por natureza os membros do Governo) até às comissões de moradores e às células do partido, se põe efectivamente em prática, em Moçambique, o princípio da crítica e autocrítica. Por esse processo são continuamente julgadas os membros eleitos do partido incluindo o próprios membros d Governo, que poderão ser destituídos do cargo que ocupam se se verificar, depois de seriamente ponderado o seu comportamento, que se afastaram do cumprimento da função que lhes fora atribuída ou tiveram actuações consideradas corruptas.

A demissão dos funcionários é seguida de diferentes tipo de sanções, que vão désde a sua integração em outro local de trabalho (fábrica, empresa, Aldeia Comunal, etc.) até ao seu envio para campos de reeducação, quando se verifiquem crimes de roubo, violações, tráfico de droga ou outros considerados igualmente graves. O sistema de campos de reeducação está em aperfeiçoamento, e ultimamente vários indivíduos foram libertados ao fim de alguns meses de permanência para serem integrados em serviços vários, onde terminaram o seu tempo de detenção.

Integra-se, ainda na orientação política da FRELIMO o combate ao obscurantismo e ao tribalismo, e essa é uma das principais finalidades da acção de organizações de massas como a OMM (Organização da Mulher Moçambicana) que luta pela emancipação da mulher. A discussão que se tem levado a efeito em diversos contextos e através dos meios de comunicação sobre o «lobolo» (pagamento que o noivo faz aos pais da noiva por ocasião do casamento, obrigatoriamente reembolsável pela mulher se esta quiser quebrar o vínculo conjugal) é exemplo da tentativa de esclarecimento da população sobre este tipo de problemas. Trata-se de questões delicadas, com profundas raízes na mentalidade colectiva, que exigem tempo para serem perspectivadas de forma a erradicar os aspectos negativos, perservando aqueles que se devem entender como verdadeiros valores culturais do povo moçambicano.

Por último é preciso referir que a necessidade de defender a revolução com o apoio das massas populares levou à criação das FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique) milícias e grupos de vigilância popular que substituem a polícia política existente em outros países.

No que respeita à política externa, interessa referir dois aspectos: a independência económica que Moçambique procura manter frente aos países imperialistas e socialistas e o apoio dado aos povos qe lutam pela sua libertação.

Embora receba ajudas substanciais dos países socialistas, nomeadamente da RDA, da União Soviética e de Cuba e da China, e tenha firmado acordos preferenciais com os respectivos governos, Moçambique tem conseguido uma efectiva independência em relação a qualquer destes países. Como exemplo dessa atitude pode entender-se a escolha do itinerário de Samora Machel, quando da sua visita à China, Hungria, Mongólia e Coreia, e ainda o facto de os chineses não terem feito qualquer alusão à política da URSS durante banquete que lhe foi oferecido em Pequim, o que se pode interpretar como prova de consideração pelo presidente da FRELIMO.

A medicina preventiva é sector prioritário na política de saúde moçambicana

De acordo com o art.° 21.° da Constituição que diz «A República Popular de Moçambique apoia e é solidária com a luta dos povos pela sua libertação nacional», o Governo tem possibilitado a actividade de grupos como o ANC (movimento de libertação dos povos da África do Sul) e tem dado oficialmente apoio à Frente Patriótica do povo do Zimbabwe. O espírito internacionalista de Moçambqiue e a sua firme manutenção entre os povos que constituem a Linha da Frente (na qual a Zâmbia abriu recentemente uma brecha) tem tido como consequência constantes ataques das forças rodesianas com destruição de aldeias e morte de civis, agressões a campos de refugiados, prejuízos avultados na economia do país. Moçambique é assim não só uma nação que se constrói internamente como sociedade nova, mas também um povo que auxilia outros povos em luta, protegendo a manutenção da sua própria liberdade.

CONSTRUÇÕES AMADEU GAUDÊNCIO RESPONDEM AO "DL"

Circuitos burocráticos do Estado prejudicam compradores e construtora

Da firma Sociedade de Construções Amadeu Gaudêncio recebemos a seguinte carta, relativa ao artigo que publicámos na edição de 5 de Dezembro corrente, sob o título «Habitação social não existe? – Dezenas de pessoas prejudicadas por uma firma construtora».

Considera aquela firma construtora que a culpa das anomalias verificadas se deve a exigências das entidades oficiais, que se verificaram incomportáveis para a empresa sem a correspondente contrapartida por parte dos promitentes compradores. É o seguinte o texto da Soc. Amadeu Gaudêncio:

«As Construções Amadeu Gaudêncio vão buscar a sua origem ao fundador da firma, então em nome individual, cuja actividade se iniciou em 1915.

«Com a designação de Sociedade de Construções, e o estatuto de sociedade por quotas começou a sua actividade em 1935, transformando-se em sociedade anónima em 1975, com participação dos seus trabalhadores no capital da sociedade.

A actividade principal da sociedade havia sempre sido a de trabalhos por encomenda de outrem, uma vez que a empresa nunca se dedicou à especulação quer de terrenos quer de construções.

Esporadicamente, para assegurar regularidade de trabalho, concorria a uma ou outra obra pública do seu ramo. Dessa forma se viu como construtora e responsável pelo maior edifício até hoje realizado no País – o Hospital Escolar de Lisboa, hoje Hospital de Santa Maria.

Com a revolução do 25 de Abril, as encomendas privadas cessaram totalmente no que respeita à construção de edifícios de habitação. Por outro lado, a impossibilidade de, face às disposições legais, regular a massa laboral de acordo com o trabalho a realizar, obrigou a manter em inactividade, ou em actividade negativa, cerca de 400 homens dos seus cerca de 1000 então em actividade.

O resultado foi a empresa começar a funcionar como autêntico Fundo de Desemprego, com a agravante de a bolsa de trabalho não absorver tal necessidade de mão-de-obra, tanto a curto como a médio prazo.

É nesta conjuntura que aparecem os contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) a cuja execução a empresa aderiu desde o seu início, pois parecia viabilizar uma actividade que se revelava duvidosa, o que nos levou a angariar terrenos de pessoas a quem, em associação, prometíamos efectuar o pagamento daqueles na ocasião da venda da construção, dentro das bases legalmente estabelecidas.

Como mais relevante desses contratos temos o da Quinta dos Condes de Carnide em que a 1.ª fase está em vias de conclusão e que, conjuntamente com a 2.ª fase perfaz 700 fogos.

É a iniciativa do género mais importante de uma empresa de actividade privada, na região de Lisboa, em colaboração com o sector público (Fundo de Fomento de Habitação, FFH).

Porque o CDH correspondia a uma forma que parecia prática de dinamização de actividade do nosso ramo, estamos comprometidos com outras realizações análogas em:

Santo António dos Cavaleiros (Loures), 472 fogos; Castanheira do Ribatejo, 500 fogos; Palmela, 245 fogos; Montijo, 200 fogos.

Todavia, a forma processual do CDH deverá ser revista por forma a coordenar com eficiência a necessidade de aumentar o número de construções a efectuar conjugado com uma participação atempada de financiamento dos mesmos, o que pode ser realizado com plena e justa salvaguarda dos interesses dos sectores intervenientes (Estado-privado).

Deixar cair num vazio de actuação todos os trâmites já demasiados complicados **ab initio**, e permitir que a instituição de crédito cobre juros a quem não provoca os atrasos é uma situação altamente lesiva da justiça, da moral e, em resumo, da própria comunidade.

Mas porque nos interessa esclarecer, principalmente, o problema em análise, é conveniente fazer um pouco de história do CDH de Carnide.

Em 1975 apresentou a SCAG no FFH uma proposta para a construção de 440 fogos numa urbanização situada em Carnide, que constituiria uma 1.ª fase de um conjunto de 700 fogos.

Por despacho conjunto de 22.12.75 de S. Ex.as os ministros das Finanças e do Equipamento Social, tal proposta foi aprovada.

Em 1 de Fevereiro de 1976 iniciaram-se os trabalhos preliminares do empreendimento, financiados intercaladamente, com o aval do Estado, uma vez que a regulamentação então existente sobre CDH não permitia ao Fundo de Fomento a entidade financiadora Crédito Predial Português proceder à elaboração do contrato.

Em 15 de Junho de 1976 (nossa carta n.º 100 096 – doct.º A) iniciou a SCAG as pressões junto do FFH no sentido de se assinar o referido contrato, pois tinha a empresa o máximo interesse em fazer substituir o mecanismo do aval do Estado pela garantia hipotecária inerente ao contrato, uma vez que os terrenos sempre estiveram desde a proposta inicial livres de ónus ou encargos.

Em 28 de Junho de 1976 (nossa carta n.º 200 735 – doct.º B) por carta dirigida ao FFH voltou a empresa construtora a solicitar a assinatura do contrato, pois a pesada burocracia de que enfermava o financiamento intercalar dificultava o andamento normal dos trabalhos.

Em 30 de Junho seguinte, conforme comunicação ao FFH, a empresa esteve na iminência de quase rotura de tesouraria, em consequência das referidas dificuldades dos circuitos burocráticos (nossa carta n.º 200 750 – doct.º C).

Deve notar-se que, apesar da não assinatura do CDH a empresa efectuou todos os sacrifícios para manter o desenvolvimento normal dos trabalhos e, por iniciativa do FFH iniciou-se então a renegociação da minuta do CDH tendo, em Outubro de 1977 o FFH passado a conceder finanças em substituição do aval do Estado que até aí vigorava, uma vez que só a assinatura do contrato permitia o esquema normal de financiamento por garantia hipotecária.

Em 25 de Janeiro de 1978 (nossa carta n.º 5 000 092 – doct.º D) comunicou a empresa que estando em acabamento os primeiros blocos, aliás, de acordo com o programa de trabalhos, e sem o CDH assinado tornava-se premente desbloquear a situação (em Fevereiro os blocos 1, 2 e 3 estariam concluídos) pela resolução dos problemas levantados pelo custo anormal da construção (nossa carta n.º 2 000 242 – doct.º E) sendo então sugerido pelo FFH a assinatura de um protocolo de comercialização em que participariam as três entidades intervenientes (Crédito Predial Português (CPP), FFH e SCAG) o que se veio a concretizar somente em 15 de Junho de 1978, isto é, 3 meses depois da conclusão dos primeiros fogos (doct.º J).

Sem o contrato assinado e sem perspectivas para a sua assinatura a curto prazo e uma vez que as vendas decorriam de acordo com o Protocolo de Comercialização com preços estabelecidos pelo FFH, propôs a empresa ao FFH e CPP uma simplificação na formalização do CDH que dispensasse a efectivação do registo de hipoteca a favor do CPP.

A justificação é de clareza linear.

Apesar de legislativamente consignada a insenção emolumentar as Conservatórias do Registo Predial recusam a operação de registo sem cobrar o respectivo emolumento.

Ora. ao fectuar o registo da hipoteca para garantia do financiamento de um empreendimento já em parte vendido a promitentes compradores que junto do CPP solicitaram financiamento para aquisição de habitação própria, natural seria que se registasse unicamente hipoteca a favor do CPP para garantia do pedido de financiamento do promitente comprador, já que o CPP se reembolsava directamente no acto de formalização da escritura de compra e venda de cada andar.

Mas não,–, CPP e FFH – impuseram por meras razões formais que se registasse a hipoteca para garantia do financiamento do CDH já findo e não assinado, se obrigasse a empresa a distrate parcial dessa hipoteca cada vez que fizesse venda de andar, obrigando os promitentes compradores a registar nova hipoteca cobrando quer à empresa quer aos promitentes compradores os respectivos emolumentos.

Enquanto os blocos se iam concluíndo e as vendas processando de acordo com o protocolo de comercialização assinado em 15 de Junho com o FFH, tomámos conhecimento em 4 de Setembro (carta n.º 201 190 – doct.º F) que o CPP solicitava do FFH algumas rectificações à minuta que se encontrava aprovada – rectificações a que a empresa imediatamente deu o seu acordo, no sentido de não atrasar a aprovação dos primeiros pedidos de empréstimo que os promitentes compradores haviam apresentado ao CPP em Julho de 1978.

Merece a pena ler a carta de 25.10.78 n.º 201 455 – doct.º H em que se refere mais uma vez a lamentável situação quer dos promitentes compradores quer da empresa pela não saída das autorizações dos empréstimos.

Como se pode verificar, tem esta empresa desde que efectuou a proposta ao FFH a solicitar a assinatura do CDH.

Comercializou através de

ALGARVE

Apartamento, moradias e lotes de terreno
vendemos em Lagos (junto à praia) e Portimão
Resolva o seu problema de férias
com um investimento seguro.

R Pascoal de Melo, 7 — 2º Esq.
T. 577162 — Lisboa.

COMPRE AGORA...
...E PAGUE ATÉ 12 MESES
TELEVISORES, FRIGORIFICOS, ARCAS CONGELADORAS, MAQUINAS DE LAVAR ROUPA E LOIÇA, FOGÕES, MAPLES, MOBILIAS, ALCATIFAS, ETC.
RÁDIO PRIMAVERA Rua Gomes Freire, 9-B Lisboa - T. 549406 574062

contrato de promessa de compra e venda outorgando algumas escrituras nos primeiros blocos concluídos, amortizando regular e controladamente o financiamento, diminuindo assim as responsabilidades do CPP e do FFH.

É evidente que, quando em Outubro passado **finalmente** o CDH se encontrava proto para assinatura, não poderia a empresa dar como garantia os 13 blocos do empreendimento uma vez que já tinha outorgado escrituras, protificando-se, no entanto, a hipotecar os 7 blocos finais, incluíndo zonas comerciais, que estão fora do CDH, cujo valor ultrapassa largamente o financiamento concedido.

Depois de hesitações quer do FFH quer do CPP, só em 7 de Dezembro p.p.° recebeu a empresa carta do CPP dando o seu acordo à solução de hipoteca parcial.

Em resumo, e para que fique bem claro as responsabilidades da empresa construtora e os graves prejuízos que tem sofrido, deve afirmar-se o seguinte:

1.° Os promitentes compradores têm toda a razão ao reclamarem a saída das autorizações do financiamento, sobretudo as que dizem respeito aos blocos 1 a 6, já com licença de habitação passada pela CML.

2.° Também tem razão a empresa pois se houvesse assinado o Contrato de Desenvolvimento em 1976, conforme solicitara, naõ ficariam onerados com os pesados juros dos financiamentos os fogos concluídos, uma vez que poderia ter então efectuado as escrituras de venda dos mesmo.

Tal atraso em nada dependeu da empresa construtora, nem dos promitentes compradores, não sendo portanto justo que eles supor tem encargos que resultaram de circunstâncias a que são estranhos.

3.° Com conhecimento, quer do FFH quer do CPP, a empresa exigiu 30% de entrada aos promitentes compradores, com a finalidade de amortizar rapidamente ao CPP o empréstimo concedido, pois que os CDH não asseguram cobertura para tais encargos, então imprevisíveis.

4.° A empresa tem procurado atender os casos de força maior relativos à entrega das chaves, muito embora nenhuma das entidades oficiais intervenientes se tenha responsabilizado pela eventualidade de algum dos promitentes compradores vir a ficar impossibilitado de liquidar a totalidade do preço, caso os empréstimos não venham a ser concedidos, em conformidade com o solicitado.

5.° A empresa tem mesmo devolvido aos promitentes compradores que se lhe têm dirigido por terem desistido da aquisição a que se haviam comprometido.

6.° Embora entenda que não é da sua responsabilidade, a empresa continua a suportar elevados encargos financeiros, cobrados regularmente pela entidade financiadora, sem ter por outro lado autorização para os fazer repercutir directamente nos preços fixados pelo FFH, face ao contrato ainda não assinado.

7.° A injustiça é manifesta pois os encargos financeiros são resultantes de financiamentos à construção já concluída desde Fevereiro de 1978!

QUEM BENEFICIA COM ESTA SITUAÇÃO?

Não são os promitentes compradores, que pretendem ocupar as suas casas já prontas a habitar.

Não é certamente a empresa que, pretendendo entregá-las, o não pode fazer apesar de estar a suportar pesados encargos financeiros, aliás ilegítimos, por emperramento burocrático.

Será razoável que a empresa que se lançou sem reservas na colaboração com o Estado, no âmbito da Habitação Social, sempre elogiada pelas entidades oficiais quanto ao seu comportamento, seja penalizada tão duramente, devido a um conjunto de circunstâncias a que é absolutamente estranha??»

CNA contra Junta das Frutas

A Confederação Nacional da Agricultura condenou ontem a Junta Nacional das Frutas por esta se recusar a importar batata de semente, contrariamente ao que havia sido prometido, dizendo nomeadamente que, em virtude dessa recusa, «as cooperativas agrícolas ficarão abandonadas nas mãos dos intermediários importadores».

Uma nota distribuída pela CNA afirma que «a continuação dos aumentos dos preços contra a lavoura será a ruína dos agricultores e da economia nacional», e reclama também que a Junta Nacional do Vinho não distribua vinho importado pelos armazenistas sem prévia discussão com os agricultores, adegas cooperativas e outras organizações da lavoura, para que «sejam acautelados os interesses dos agricultores portugueses».

A CNA reclama ainda a diminuição ou bonificação das taxas de juro, a desburocratização do crédito e a entrada em funcionamento do Seguro Nacional Agro-pecuário.

Propõe finalmente que o Governo inicie de imediato discussão com a CNA e as organizações da lavoura sobre os novos preços dos produtos agrícolas a pagar à produção na próxima campanha.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

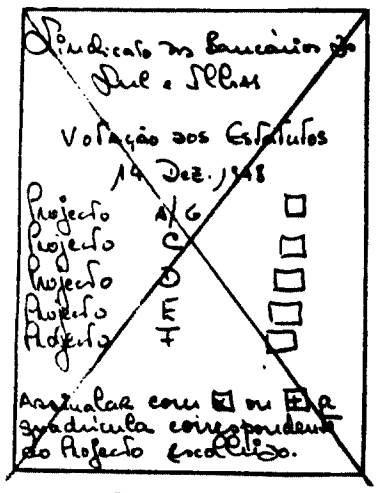
AVISO

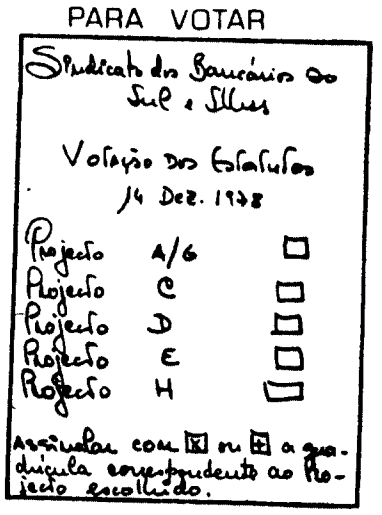
VOTAÇÃO DOS ESTATUTOS 14.DEZ.1978

CHAMA-SE A ATENÇÃO DE TODOS OS BANCÁRIOS — EM ESPECIAL OS QUE VOTAREM POR CORRESPONDÊNCIA — DE QUE APENAS SÃO VÁLIDOS OS BOLETINS IMPRESSOS A CASTANHO ONDE CONSTA O PROJECTO «H»

BOLETIM VÁLIDO

PARA VOTAR





Lisboa, 7/12/78

O 1º. Secretário da Mesa da Assembleia Geral

João Manuel Alves Nunes do Vale

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

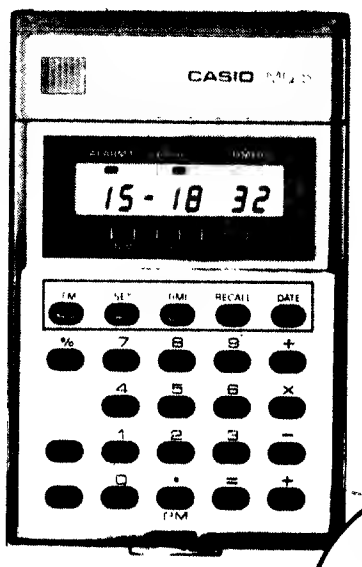
no Natal ofereça prendas úteis

FAÇA AS SUAS COMPRAS NOS

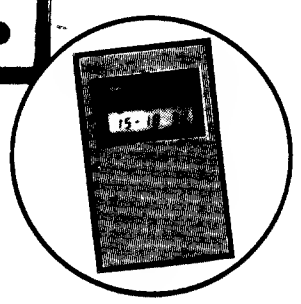
centro comercial sopal
CENTRO COMERCIAL IMAVIZ
centro comercial da marina de vilamoura

Antonio Carloto
TECIDOS, ESTOFOS E DECORAÇÕES
MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS
CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS
Rua Serpa Pinto, 43 e 45 Tel 2072448
Rua Miguel Bombarda, 1 e 222/222-A
BARREIRO

Até descobrir a enxada, o homem cavava com as mãos



Venha à MULTIBIT ou escreva-nos a pedir mais informações.



CASIO MQ-5

5.930$00

MULTIBIT
Comércio e Representações, Lda.
Av. de Madrid, 31-A
Lisboa Portugal

junte o útil ao agradável

AFRICA

ACÇÃO DOS GUERRILHEIROS?

Depósito de combustíveis incendiado em Salisbúria

Um enorme incêndio, visível a 25 quilómetros de distância, envolveu um depósito de combustível na capital rodesiana durante a noite e fontes disseram que peritos da Polícia e do Exército estavam convencidos de que o sinistro foi provocado por guerrilheiros nacionalistas negros.

A Polícia recebera informações de que haviam sido disparadas balas tracejantes para um tanque de combustível que explodiu em seguida, provocando uma reacção em cadeia de explosões e chamas em outros tanques no depósito a três quilómetros do centro da cidade, declararam informadores.

Uma enorme nuvem de fumo elevava-se no complexo de combustíveis, operado pelas companhias «Shell», British Petroleum», «Mobil» e «Caltex», mas a Polícia declarou esta manhã que o fogo estava sob controlo. Não foram anunciados feridos graves.

As chamas consumiram milhões de litros de gasolina e diesel enviados para a Rodésia em desafio a sanções de comércio internacional.

As companhias petroleiras, que ficaram sob o controlo rodesiano depois de o país se rebelar contra a Grã-Bretanha em 1965, recusaram comentar hoje sobre a quantidade exacta de combustível armazenada no complexo. Endereçaram todas as perguntas para o Departamento de Comércio do Governo, que se absteve de comentar.

Se o sinistro, que começou ao fim da noite, foi causado por guerrilheiros da Frente Patriótica, será um dos golpes mais devastadores contra o Governo de Salisbúria em seis anos de guerra.

O chefe do Departamento de Incêndios da cidade, Vin Lowrie, classificou o sinistro como o pior ocorrido em Salisbúria.

Centenas de brancos colocaram os filhos em automóveis e partiram dos suburbios para observar o incêndio – «É terrível, terrível», dizia uma mulher branca. «Vejam as chamas... O céu está a arder.»

Testemunhas disseram que pelo menos sete tanques de combustível explodiram.

Um trabalhador de uma companhia petroleira declarou que alguns empregados ouviram um matraquear e o seu companheiro disse: «Penso que vi faiscas dirigindo-se para um dos tanques...»

Mas outras testemunhas disseram não ter escutado nada parecido com tiros ou uma explosão no início do incêndio.

AMÉRICA LATINA

Morreu Raul Lastiri chefe peronista

O chefe de fila do peronismo na Argentina, Raul Lastiri 63 anos, morreu vítima de um cancro na segunda feira à noite numa clínica de Buenos Aires, para onde tinha sido transportado no sábado passado, soube-se na capital argentina.

Preso ao mesmo tempo que outros dirigentes e sindicalistas peronistas, depois do golpe de estado que levou os militares ao poder em Março de 1976, Raul Lastiri encontrava-se desde há muito em residência vigiada.

Presidente da Câmara dos Deputados sob o último governo peronista, Raul Lastiri, tinha sido presidente da República em 1973 entre os mandatos dos presidentes Hector Campora e Juan Peron.

Segundo familiares de Raul Lastiri, a sua doença era conhecida desde algum tempo e considerada irreversível pelos seus médicos.

ATENTADO CONTRA MASSERA

O antigo comandante chefe da Marinha e antigo membro da Junta Militar do Governo argentino, o Almirante Emilio Eduardo Massera, escapou a um atentado na noite de segunda para terça-feira em Buenos Aires.

Segundo um comunicado do gabinete de Imprensa da Marinha rajadas de metralhadora foram disparadas contra o gabinete do Almirante Massera a partir de um prédio vizinho no centro de Buenos Aires. Os guardas ripostaram imediatamente.

Não há outros prejuízos a não ser os impactos das balas contra as janelas do gabinete do Almirante, precisou o gabinete de Imprensa.

Eleitores da Zâmbia entre a Águia e o Coelho

O presidente Kenneth Kaunda da Zambia procura hoje obter o seu quatro mandado em eleições perante um panorama de crise económica e de considerável preocupação acerca do curso da guerra na vizinha Rodésia.

Kaunda, presidente desde que a Grã-Bretanha concedeu a independência ao país, em 1964, é o único candidato sob um sistema de Partido Unico que introduziu há seis anos.

Os dois milhões de eleitores registados podem escolher o simbolo de uma Águia para indicar o Sim a Kaunda, ou o de um coelho para o Não – ou podem manter-se ausentes da s estações de voto.

Elegerão também um novo parlamento escolhendo um de um máximo de três candidatos que cocorreh em cada um dos 125 circulos eleitorais do país.

O Partido Unido da Independência Nacional (UNIP), no poder, escolheu todos os parlamentares potenciais – e exclusiu 28 dos candidatos inicialmente escolhidos a nivel local –mas permite um certo espaço para pontos de vista individuais.

A questão mais importante não é saber se Kaunda obterá os necessários 51 por cento dos votos depositados – presum-ese de modo geral que o fará – mas se a afluência será inferior aos 39 por cento registados na última eleição presidencial.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

MÉDIO ORIENTE

Golda Meir é hoje sepultada

A vida política suspende-se hoje em Israel para que os hebreus possam prestar uma derradeira homenagem a um dos fundadores do Estado judaico – Golda Meir.

O antigo primeiro-ministro israelita será sepultado ao lado de outros dirigentes de Israel e do movimento sionista mundial no topo do Monte Herzl, onde se encontram os restos mortais do fundador do sionismo político, Theodor Herzl. As cerimónias oficiais realizam-se no Parlamento, na presença do governo israelita e representantes estrangeiros. Diga-se, a propósito, que nenhum representante egípcio estará presente nas cerimónias, que serão transmitidas pela Rádio e pela TV. Calcula-se que cerca de cinco mil pessoas desfilaram por hora junto da urna de Golda Meir, que, durante 14 horas, esteve em exposição.

Espera-se que o cortejo fúnebre constitua uma maciça manifestação de pesar, apesar da chuva e do vento que hoje fustigam Israel. Não haverá discursos nem durante a cerimónia nem junto da sepultura, cumprindo-se o desejo que Golda exprimiu no seu testamento: «Não quero ser recordada por palavras».

Progressos nas conversações Cyrus Vance-Sadat

O secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, que hoje se desloca a Israel para participar no funeral da ex-primeiro-ministro Golda Meir e para conferenciar com os dirigentes judaicos, declarou ontem no Cairo após uma série de negociações com o presidente egípcio que se tinham obtido alguns progressos.

Segundo ele, a sua tentativa de superar divergências entre egípcios e israelitas tinha sido parcialmente bem sucedida e esperava obter um tratado de paz até ao fim desta semana.

HUSSEIN EM PARIS

O rei Hussein da Jordânia iniciou em Paris uma visita à Europa destinada a defender as suas teses sobre a solução do conflito no Médio Oriente.

«Homem-chave» de uma eventual ampliação dos acordos de Camp David entre Israel e o Egipto, Hussein escolheu Paris como primeira etapa devido à similitude entre a sua concepção e a do governo francês sobre um acordo «global» do conflito, sublinham os observadores parisienses.

A Jordânia não se considera comprometida pelos resultados da cimeira tripartidária de Camp David, mas o rei Hussein nunca rejeitou formalmente as negociações com Israel.

Hussein não fechou a porta a um alargamento das negociações, mas exige que a retirada de Israel dos territórios ocupados de 1967 seja «total» e que se reconheçam os direitos dos palestinianos à autodeterminação.

A França afirmou em Setembro que só um acordo de conjunto, com participação de todas as partes interessadas, incluídos os palestinianos, permitiria obter a paz no Médio Oriente.

No momento em que o rei Hussein partia para território francês, Ibrahim Souss, representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP) indicava numa entrevista à Rádio Nacional Francesa que as relações da sua organização com o rei Hussein «tinham melhorado», mas que faltavam ainda alguns passos para chegar a um entendimento entre ambas as partes.

ÁSIA

Violentos incidentes em Ispahan

Ocorreram hoje de manhã violentos incidentes na cidade iraniana de Ispahan, no centro do país, segundo informa a oposição.

O exército abriu fogo na cidade, segundo informa a mesma fonte. Os confrontos entre a população e os soldados começaram ontem à noite durante a manifestação que reuniu mais de 600.000 pessoas. A oposição afirma que três manifestantes foram mortos ontem quando a multidão atacou a séde da Polícia Política (SAVAK).

Não se sabe se os incidentes de hoje causaram vítimas.

Nas outras cidades e em Teerão a calma parece ter voltado não havendo manifestações. O aeroporto de Teerão reabriu.

Ontem em Teerão mais de um milhão e meio de iranianos desceram à rua pela segunda vez consecutiva para gritar a sua hostilidade ao regime do xá. A gigantesca manifestação desenrolou-se sem incidentes na ausência das Forças Armadas, mas foi nitidamente mais politizada do que na véspera.

Entre os «slogans» mais frequentes oviu-se: «Morte ao xá», «Khomeiny é o nosso chefe» «Liberdade e Independência» «US go Home» e «Basta de Torturas». Na província , houve também manifestações maciças com as mesmas palavras de ordem. No total considera-se que houve ontem cinco milhões de manifestantes activos. Em Ispahan onde os manifestantes atingiram cerca de 700.000.

Houve grupos de militantes que derrubaram várias estátuas do xá e atacaram a séde da Polícia política – SAVAK.

A intervenção das forças da ordem causou três mortos nesta cidade segundo informam diferentes fontes. Segundo a Frente Nacional, principal partido da oposição laica, os militares abriram também fogo em Sadacht (Noroeste do país) causando 5 mortos.

Enquanto em Washington o Departamento de Estado exprimiu ontem a esperança de que o xá «poderá manter a sua autoridade e conservar o controlo», o Ayatollah Khomeiny da sua residência perto de Paris lançou uma séria advertência aos Governos que apoiam o soberano. Depois da instauração de um Governo islâmico «não venderemos mais petróleo aos países que apoiam o Xá», declarou aquele chefe religioso. Pediu também aos oficiais iranianos que abandonem o exército e que «se aliem ao povo».

DESARMAMENTO

SALT II para breve

Segundo fonte chegada à administração é doravante possível e até provável a celebração nos próximos quinze dias dum acordo para a limitação dos armamentos estratégicos no decurso dum encontro entre o secretário de Estado Cyrus Vance, e o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko.

Este novo convénio SALT abrirá caminho a primeira reunião cimeira entre os presidentes Carter e Brejnev que poderia ter lugar já em meados de Janeiro em Washington ou imediações, no Alasca ou no Havai.

Efectivamente, acrescenta-se, Vance e Gromyko devem convencionar as modalidades desta cimeira em conversações em preparação a realizar em Genebra antes do Natal.

Entretanto, o secretário norte-americano de Estado, Cyrus Vance, declarou que as conversações sobre a limitação das armas estratégicas são um exemplo da frutuosa cooperação sovieto-norte-americana.

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI 5-D — R. Infantaria 16, 55-C — LISBOA

EXPOSIÇÃO-INVENTÁRIO 1

OBRAS DA COLECÇÃO DA S.E.C

DE 5 A 22 DE DEZEMBRO 1978

DIAS ÚTEIS: DAS 15 ÀS 20 HORAS

SÁBADOS: DAS 14 ÀS 21 HORAS

DOMINGOS: DAS 10 ÀS 12 HORAS

E E

FERIADOS: DAS 14 ÀS 21 HORAS

GALERIA NACIONAL DE ARTE MODERNA

AV. BRASÍLIA — BELÉM (JUNTO AO MERCADO DO POVO)

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

DISCOTECA FILINTO

OFEREÇA PRENDAS DE NATAL COMPRANDO NA DISCOTECA FILINTO

DISCOS, CASSETES, BIBELLOTS, PERFUMARIA, BRINQUEDOS, ETC., ETC.

AV. 5 DE OUTUBRO, 53-A — LISBOA

TELEF.: 53 50 40

SELOS

Particular compra colecção e «stock». Cobre oferta. Telefone 290049.

JOC desencadeia combate aos contratos a prazo

A Juventude Operária Católica, reunida em assembleia geral durante o passado fim-de-semana no Seminário de Valadares, resolveu denunciar o Decreto-Lei n.º 781/76, que instituiu os contratos a prazo, e tomar como tema de acção prioritária, no plano de actividades para 1979, o combate a esses contratos e às suas consequências de instabilidade no emprego e insegurança em relação ao futuro.

Segundo foi informado no decorrer dos trabalhos da Assembleia da JOC, 90 por cento dos novos empregos oferecidos aos jovens desempregados são-no por contratos a prazo, uma das realidades mais deprimentes que se deparam à juventude portuguesa.

Os problemas do desemprego, falta escolas de formação profissional, más condições de trabalho, regime de horas extraordinárias, falta de locais para ocupação nos tempos livres, falta de casas de habitação e rendas elevadas, malefícios da droga, do álcool, do tabaco, etc, são também mencionados no plano de acção nacional que saiu deste encontro para o ano de 1979.

No quadro das acções a desenvolver pela JOC durante o próximo ano contam-se a realização de assembleias regionais de jovens trabalhadores. Em 6 de Maio de 1979 a JOC participará também numa campanha internacional contra o desemprego. A qual está a ser desencadeada pela JOC europeia.

Para o sector de aprendizes (trabalhadores dos 14 aos 18 anos) será elaborado um plano de acção específico, cujos pontos centrais são os contratos a prazo, o primeiro emprego e a formação profissional.

"Europa-Brasil" pode dar à TAP 840 mil contos

Delegados e chefes de venda da TAP na América do Sul e na Europa reuniram-se em Lisboa com o intuito preciso de aumentar as vendas da companhia transportadora aérea nacional no mercado brasileiro, no quadro do conhecido projecto «Europa-Brasil».

Se esse projecto se concretizar em termos absolutos, a TAP prevê transportar da Europa para o Brasil, durante o próximo ano, 54 000 passageiros, o que equivale a alcançar uma receita da ordem dos 840 mil contos.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DOS EMPREGADOS DO ESTADO

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 81.º e para efeito da primeira parte do §1.º do Estatuto, convoco os sócios a reunirem em Assembleia Geral, ordinária, no 13 do corrente mês, pelas 21 horas, na Calçada do Combro, 38-A-2.º (Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa), com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Orçamentos para 1979
2 — Eleição dos Corpos Sociais para o biénio 79/80.
3 — Proposta de aumento de quota.
4 — Outros Assuntos de interesse para a Associação.

Na falta de número legal de sócios, fica desde já convocada nova reunião para o dia 20 do mesmo mês, no mesmo local e hora, de conformidade como disposto no § único do artigo 82.º do mesmo Estatuto.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1978

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Alberto Rodrigues Peixoto do Amaral

NOTARIADO PORTUGUÊS

Cartório Notarial de Mafra
A Cargo da Licenciada em Direito Maria José Pimentel Piqueira e Silva

Certifico para efeitos de publicação que no dia 28 de Novembro corrente, de fls. 52v.º a fls. 53, do Livro A-121, para «escrituras diversas», deste Cartório, foi lavrada uma escritura de Justificação Notarial, na qual João Manuel Taveira Pinto de Faria e mulher Maria da Assunção Esteves de Oliveira, casados no regime da comunhão de adquiridos, naturais respectivamente da freguesia de Pico da Pedra, concelho de Ribeira Grande e da freguesia da Azueira, deste concelho, residentes na Rua D. Filipa de Lencastre, número 16, 2.º andar direito, vila e freguesia da Amadora, concelho de Oeiras, justificaram que, com exclusão de outrém, são donos e legítimos possuidores do seguinte imóvel: — Prédio urbano composto de casa com um pavimento em mau estado de conservação, com uma só divisão destinada a arrecadação, com a área coberta de 52m2 e pátio com a área de 80m2, sito no lugar da Caneira Nova, da mencionada freguesia da Azueira, que confronta do norte com Estrada, do sul com Francisco Assis Esteves Oliveira e outro, do nascente e poente com serventia; inscrito, na respectiva matriz urbana, sob o Artigo 1.310, com o rendimento colectável de 1.080$00, de que resulta o valor matricial e atribuído de 21.600$00. Que o referido prédio encontra-se omisso, na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto, não haja documento que permita fazer a prova do direito de propriedade, nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que os outorgantes Maria da Assunção Esteves de Oliveira Pinto de Faria e marido possuem o referido imóvel, há mais de 20 anos, com exclusão de outrém e de boa fé, pelo que o adquiriram por usucapião.

— É CERTIDÃO NARRATIVA PARCIAL, que fiz extrair, a qual vai conforme o original quanto à parte transcrita, e, certifico que na parte omitida da referida escritura, nada há em contrário ou além do que fiz transcrever. — Mafra, 28 de Novembro de 1978.

O AJUDANTE,
(Maria Manuela Beirão Clímaco Delgado)

VERTICALIZAÇÃO PARA O SINDICATO DO COMÉRCIO DE LISBOA

Electricistas, Metalúrgicos, Telefonistas, Cobradores e Têxteis das Empresas do Comércio dos sectores:

Retalhista;
Importadores Armazenistas e Grossistas de Material Eléctrico, Electrónico, Electrodoméstico e Fotográfico;
Importadores e Armazenistas de Materiais de Construção, Aços, Tubos, Ferros, Metais, Ferramentas, Ferragens e Equipamentos Industriais.

Assembleia de Voto 5.ª feira 14 Dez.

(local e horário de funcionamento)

Sindicato do Comércio
Av. da República, 31
das 8 às 20 h.

Sindicato das Indústrias Eléctricas
Av. Almirante Reis, 74/G/4.º
das 8 às 20 h.

Sindicato dos Metalúrgicos
Av D. Carlos 1.º 42-2.º
das 8 às 20 h.

Delegação Amadora do S. Comércio
R. Elias Garcia, 344-3.º Amadora
das 8 às 20 h.

Delegação V. Franca do S. Comércio
R. Serpa Pinto, 136-2.º V. Franca Xira
das 8 às 20 h.

Delegação T. Vedras do S. Comércio
R. Ten. Valadim, 57-1.º-Dt.º T. Vedras
das 8 às 20 h.

Centro Social dos Trab. do Comércio
Rossio, 113-1.º
das 8 às 20 h.

I.B.M.
Praça de Alvalade, n.º 7
das 12,30 às 14,30 h

N.C.R.
Av. do Brasil, 56-3.º
das 12 às 15 h.

Olavo Cruz
R. Cintura do Porto, P. Bispo
das 8,30 às 12,30 h.

Sonipol
R. A à Estrada do Desvio, 25-M
das 14 às 18 h.

Rank Xerox
Unid.e Residencial, L. 23 Alferragide

Cassel
Casal do Garoto, Alferragide
das 9 às 18 h.

Soc. Com. Matos Tavares
R. do Quelhas, 54-1.º

Soc. Com. Matos Tavares
R. Gregório Lopes, L. 1513-1.º Restelo

Rafael Burguete
R. António Enes, 20-C
das 9 às 11 h.

Solor - Univac
A. da República, 56-A
das 9 às 12 h.

Nacional Rádio
Cruz Quebrada
das 9 às 10 h.

Regisconta
Av. Duque de Loulé, 72

Regisconta
Príncipe Real

Soc. Representações Sida Sueca
Arruamento da Matinha, 2
das 10 às 11 h.

Soc. Portuguesa Honeywell Bull, Lda
Av. 5 de Outubro, 35-5.º
das 18 às 19,30 h.

Arnaldo Trindade & Ca., Lda
Rua da Alegria-122
das 9 às 18 h.

Soc. Comercial Romar
Casal do Alvito, 28-30
das 8 às 9 h.

Soc. Comercial Romar
Travessa da Galé, 9
das 9 às 10 h.

E. Pinto Basto
Trav. do Conde da Ponte, n.º 16
das 9 às 10 h.

Soc. Atlas Cocpo Portugal, Lda
Linda-A-Velha

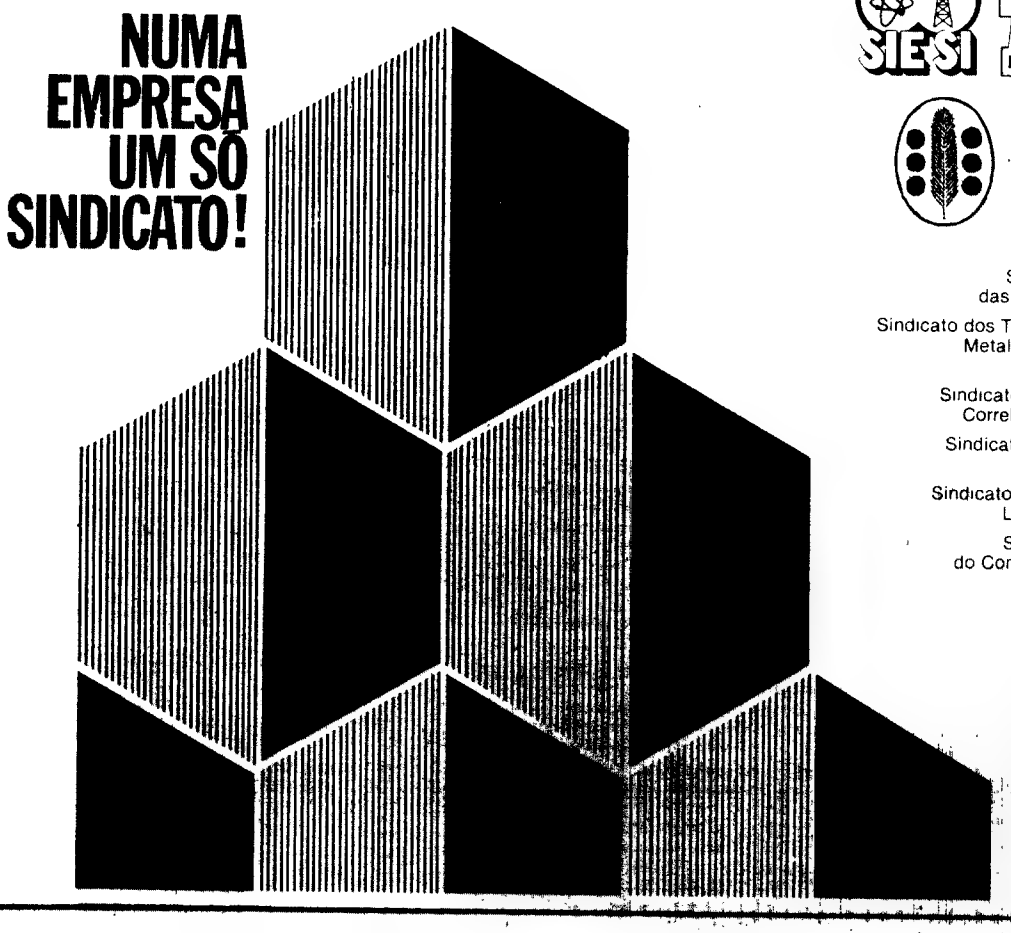
Minastela, Lda
Estrada de Benfica, 406
das 8,30 às 10 h.

Pedro S. Pires
Prior Velho
das 8,30 às 9,30 e das 13 às 14 h.

Guedes & Almeida, Lda
Av. Inf. D. Henrique, 334 Cabo Ruivo
das 8,30 às 9,30 h.

Electro Luminosa
R. de Arroios, 170-A
das 9 às 9,30 h.

Supa
Trav. Teixeira Junior, 1
das 8,30 às 14 h.



SIESI METALÚRGICOS

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Sul

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalo-Mecânicas do Distrito de Lisboa

Sindicato dos Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa

Sindicato Nacional dos Cobradores e Profissões Similares

Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa

Filme sobre o III Festival Internacional de Teatro de Caracas

Por iniciativa de Valmore Gomez, coordenador do Centro Latino-Americano de Criação e Investigação Teatral, realiza-se esta tarde, às 19 horas, na sala da «Barraca», uma projecção do filme «Trampas», que trata alguns dos aspectos mais importantes do III Festival Internacional de Teatro de 1976, realizado em Caracas, no qual participaram os grupos Inouk (Islândia), Abafumi (Uganda), Teatro Libre (Colômbia), Ibrahim, Gerra (Venezuela), Els Joglars (Espanha), Freies Theatre Munchem (Alemanha), Odim Teatret (Dinamarca), Vicinal (Bélgica), STU (Polónia), Pozdradi (Jugoslávia), Nemayeshi (Irão) e Duo Theatre (USA).

Este filme, que não se resume apenas a uma reportagem do festival, é sobretudo uma reflexão sobre a natureza do teatro e dos problemas que o atingem. O ponto de partida é a sequência de «Hamlet» em que este usa o teatro como arma para desmascarar a consciência do seu tio. Com este critério analisam-se todas as mostras de teatro apresentadas no festival. Serve o teatro para despertar a consciência do espectador, ou perdeu a sua força como arte do nosso século? A película oferece momentos significativos de peças teatrais, acções da vida quotidiana e entrevistas a directores de teatro.

Till regressa ao palco da Academia Almadense

"Till Eulenspiegel": Mais 15 dias em Almada

O público que ainda não viu «As Aventuras de Till Eulenspiegel», o êxito deste ano do Grupo de Campolide, tem agora a última oportunidade de assistir a esta peça extraída do romance de Charles de Coster por Virgílio Martinho.

«Till Eulenspiegel», considerado como um dos grandes acontecimentos teatrais deste ano, será apresentado novamente no Teatro da Academia Almadense a partir de quinta-feira, 14, às 21 e 30. O espectáculo mantém-se em cena até ao fim do mês de Dezembro, nas não será exibido às segundas, terças e quartas-feiras.

Com encenação de Joaquim Benite, cenários e figurinos de Mário Alberto «Till Eulenspiegel» deu já, em Almada, mais de cem representações seguidas, constituindo, neste plano, o recorde do Grupo de Campolide. Mais de 12 mil espectadores já viram este espectáculo.

Entretanto, no dia 23, sábado, o Grupo de Campolide estreia no mesmo teatro da Academia Almadense, às 16 horas, a peça infantil «O Pequeno Círculo de Giz», de Alfonso Sastre, numa adaptação de José Viana, com música de Bernarndino Nascimento, encenação de António Assunção, cenários, figurinos e máscaras de Carlos Brito. Trata-se de uma conhecida peça do grande dramaturgo espanhol, concebida a partir de «O Círculo de Fiz Caucasiano», de Bertolt Brecht. Esta é a terceira peça estreada este ano pelo Grupo de Campolide e a quinta que apresenta no Teatro da Academia Almadense, desde que nele se instalou, em Janeiro deste ano.

Interpretam «O Pequeno Círculo de Giz», os seguintes actores: António Assunção, Luís Alberto, Teresa Gafeira, Valdemar de Sousa, Alberto Quaresma e São Carvalheira.

A peça será apresentada no palco da Academia Almadense aos sábados, domingos e feriados, com sessões às 11, 14 e 16 horas durante a quadra do Natal.

Cornucópia convida "A gruta" de "Os saltitões"

O Teatro da Cornucópia convidou «Os Saltitões» para a Semana da Criança.

Entre 11 e 16 de Dezembro «A Gruta», criação teatral e encenação de José Valentim Lemos e José Gil será apresentada no Teatro do Bairro Alto.

«TERRAMAR» EM ENSAIOS

Continuam entretanto os ensaios do novo espectáculo de «Os Saltitões» «Terramar» criação teatral e encenação de António Louzeiro a estrear durante este mês, na Sociedade Portuguesa de Autores.

Praça José Fontana, 12-B Telef. 57 40 37
METRO: PICOAS DEFRONTE DO LICEU CAMÕES

O TNT - TEATRO DO NOSSO TEMPO
APRESENTA

AVAREZA, LUXURIA E MORTE N'ARENA IBÉRICA
DE VALLE-INCLAN
TRADUÇÃO DE NORBERTO ÁVILA

Encenação de XOSE M. BLANCO GIL
Direção-Plástica de JORGE ROCHA

Todos os dias às 21.45
Folga às 2.ªs-feiras

ESTREIA SEXTA-FEIRA ÀS 21.45 H.

BILHETES À VENDA
NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA metro: PALHAVÃ telefone: 77 09 69

grupo 4
APRESENTA

Crónica atribulada de ESPERANÇOSO FAGUNDES
de LUIS DE STTAU MONTEIRO

ENCENAÇÃO DE MORAIS E CASTRO
CANÇÕES DE ARY DOS SANTOS, PAULO DE CARVALHO E PEDRO OSÓRIO
DIRECÇÃO PLÁSTICA DE M. HELENA REIS
COLAB. COREOGRÁFICA DE FERNANDO LIMA
ESTREIA (ÀS 21.45H)
6ª FEIRA, DIA 15
SÁBADO E DOMINGO: 15.30 e 21.45
DESCANSO À 2.ª FEIRA
BILHETES À VENDA A PARTIR DE 4ª FEIRA

com subsídio do S.E.C.
espectáculo não aconselhável a menores de 13 anos

TEATRO ABC
Tel. 36 87 45

TODAS AS NOITES ÀS 20.30 E 22.45
AOS DOMINGOS E FERIADOS «MATINÉE» ÀS 16 HORAS
FOLGA ÀS SEGUNDAS-FEIRAS

SÉRGIO AZEVEDO apresenta
O GRANDE ESPECTÁCULO DE REVISTA DO MOMENTO
(PERGUNTE A QUEM JÁ VIU)

DIREITA VOLVER

FLORBELA

OCTÁVIO

VERA MÓNICA

ANABELA
actriz convidada

«BALLET STAR DANCER'S»

ANTÓNIO CALVÁRIO
atracção nacional

A FRENTE DE UMA GRANDE COMPANHIA
* NINA FLORES * VICTOR NORTE * LIA SARAH * JOÃO LUIS * NELA DUARTE * ISABEL AMARO * PAULA DELGADO

BILHETES À VENDA

Filmes Lusomundo

TUBARÃO 2

com
ROY SCHEIDER
LORRAINE GARY
MURRAY HAMILTON

JAWS 2

PRODUÇÃO ZANUCK BROWN
Argumento de CARL GOTTLIEB e HOWARD SACKLER
Realização de JEANNOT SZWARC Baseado novela de PETER BENCHLEY
Musica de JOHN WILLIAMS Produtor Associado JOE ALVES
Produção de RICHARD D. ZANUCK e DAVID BROWN
Não aconselhavel a menores de 18 anos
TECHNICOLOR® PANAVISION®

6.ª-FEIRA ESTREIA ÀS 21.30 EDEN

UNIVERSAL PICTURE - CINEMA INTERNATIONAL CORPORATION

Canal da Crítica

MÁRIO CASTRIM

CDS põe os bracinhos de fora

Bronca. Quando chegou a vez do congresso do CDS, na televisão enganaram-se e meteram a bobina de antes de ontem.

E só deram por isso quando Freitas do Amaral já ia a meio da arenga.

O que se chama «TV de espera galego». Televisão de compreensão lenta.

Mário Soares sofre...

LEGENDAS DOIDAS

Bronca. Desencadeia-se a guerra das legendas.

Onde se lia Rui Oliveira, via-se João Matos Silva. Nada para Lucas Pires. Para Amaro da Costa, veio primeiro Lucas Pires, depois Basílio Horta e finalmente, Amaro da Costa.

Legendas em bússola doida. Será por estas e por outras que se diz que o CDS é um clube legendário?

QUEM SAI AOS SEUS...

Um dos pormenores mais notados foi a saudação dos dirigentes do CDS, no mais puro e clássico braço estendido.

Braços estendidos que funcionavam como rampas de lançamento de palavras e conceitos do tempo dos avós deles.

Ou seja do tempo dos braços estendidos.

CONCORRÊNCIA

A certa altura, Amaro da Costa referiu-se a Freitas do Amaral como sendo «o maior estadista português».

Dada a distância percorrida por este político, não quereria ele dizer antes estradista?

Anteriormente, Rui Oliveira falara de Diogo e chamara-lhe **o chefe.**

Consta que o PPD vai processar o CDS por concorrência desleal. Outros dizem que se trata de uma questão de partilhas.

Quem luta por herança não descansa.

FACHOS E HOMENS

Freitas do Amaral agradece o esforço e a dedicação de todos os dirigentes que deixaram de o ser.

No mais puro estilo, aliás, das sociedades de recreio quando passam o facho.

Sim, porque os fachos passam nos homens que ficam.

TRADIÇÃO DLIM-DLÃO

Nestas coisas acontecem sempre injustiças. Freitas do Amaral recorda os militantes do CDS que desde 1974 fizeram e aconteceram.

Ingrato! E então os seus militantes de antes de 1974, ficam assim esquecidos?

Ai tradição, tradição, que já nem tu és o que eras dantes.

CAL É A COISA CAL E ELA...

Era um discurso eufórico. Do que tratara o congresso, nada se disse. Acontece sempre assim aos congressos que dançam na corda bomba, perdão!, na corda bamba.

Nisto, Freitas garante que o **CDS está de pedra e cal.** Enganou-se na leitura. O que ele queria dizer é que **o CDS está de pedra e um balde de cal.**

Rectificação aqui a proponho.

IRÃO SIM IANQUES XÁ

Não decerto com o vigor que o assunto requeria, o **Jornal-1** noticiou as manifestações no Irão contra os Estados Unidos, considerados pelo povo iraniano aliados e cúmplices do xá torcionário.

Faltaram os comentários apropriados do Pereira de Sousa e do Coutinho. Estariam distraídos? Não tiveram tempo?

Ou, simplesmente, andariam a jogar e berlinde?

«A GENTE SABE NA CARNE...»

Gritava o povo iraniano: **Fora com os criminosos ianques!** O que, como bem se compreende, não prova amor nem carinho pelos «direitos humanos» de Carter.

Curiosamente, o povo brasileiro também não morre de amores pela pátria da CIA e da Ku-Klux-Klan. Ontem, no **Planeta dos Homens,** fazia-se referência a diversos povos: **o povo alemão, o mais robusto; o povo francês, o mais perfumado; e o povo americano que está em todas, é multinacional, criado na zona do petróleo, e isso a gente sabe na carne, n'é mesmo?**

Por enquanto, no Brasil, é só rábula. Mas virá tempo em que as palavras se transformarão em povo nas ruas e o povo nas ruas gritará «Fora criminosos ianques!».

Gritará «Fora malditos ianques!».

Para simplificar: «Fora FMI...»

TRAVESSURAS DO ADOLFO

Chama-se Adolfo Lima. Pertence ao MAP. Veio ler na Televisão uma nota oficiosa do Ministério dos Agrários Patifes. Sim, senhor. Sabe ler. Pelo menos na primeira classe, tem passagem garantida. Mas foi uma leitura de olhos baixos, envergonhados...

Adolfo protestava e desmentia números da Conferência da Reforma Agrária, alguns deles publicados na Imprensa. Mas fazia-o utilizando a Televisão, onde tais números nunca foram sequer mencionados.

Isto é um abuso. Isto é indecente. Isto é usar a bomba atómica contra quem usou uma fisga. Isto é muito feio.

Ó Adolfo, isto não se faz.

NO REINO DA ANEDOTA

O acinte pardidário foi notório. Mas o mais interessante é que o Adolfo sem querer, confirmou algumas coisas que pretendia desmentir. Outras vezes, foi tão cómico na argumentação, tão cómico, que quando sair do MAP este Adolfo terá colocação garantida no circo.

A certa altura relatou, na maior candura, o caso da resposta de Évora.

Aconteceu que, falando-se de grandes dívidas do Estado às UCP's, perguntou o Ministério dos Agrários Patifes ao Secretariado das UCP's de Évora que dívidas eram. Este Secretariado respondeu que não era organismo do Estado. O MAP devia era consultar os departamentos oficiais respectivos.

Correcto. Então o MAP não sabe aquilo que o Governo deve? Ou finge que não sabe?

Adolfo. **Hit parade** da anedota...

CAMILO: ASSIM, NÃO.

Para falar de Camilo Castelo Branco tivemos ontem a presença de um grande nome da intelectualidade e da resistência antifascista: Óscar Lopes. Títulos que carregam de responsabilidade quem os usa e que ninguém contesta. Não temos em Portugal muitos nomes com a ciência, a capacidade, a humanidade e o prestígio de Óscar Lopes.

Só que infelizmente esses atributos não bastam para fazer um bom programa de televisão. A presença de Óscar Lopes saldou-se por um completo fracasso televisivo.

Como é que um homem inteligente como Óscar Lopes não vê que aquilo não se faz? Até que ponto é decisiva a deformação profissional que leva um homem a falar a milhões de analfabetos como se estivesse diante de um curso universitário?

Como é que um homem de tão grande cultura desperdiça vinte minutos de televisão falando tão aridamente, tão pernosticamente de cousas que, tratadas com simplicidade, ajudariam as pessoas a entender questões tão importantes como as relações entre a sociedade e a justiça e o amor e a religião e a arte?

Como é que um homem que pugna pela convivência e pela destruição das solidões se condena a si próprio ao isolamento e à hostilidade?

Quanto à presença de progressistas na TV, não estamos mesmo nada em tempo de vacas gordas. Se, quando lá vão, os progressistas chateiam a malta, não se pode dizer que prestaram bom serviço.

Falar como um doutor, ou seja, falar sabiamente, sensatamente, para uso dos simples, sim. Falar à doutor, não.

Óscar Lopes não devia fazer isto a Óscar Lopes. Se eu fosse a Óscar Lopes ralhava a Óscar Lopes severamente.

ADÓQUE teatro
Telef. 87 44 76
HOJE ÀS 21.30
"FARDOS E GUITARRADAS"

4.ª-Feira. Descanso
HENRIQUE VIANA
NO GEN. GOMES DA COSTA
NÃO ACONS. A MEN./18 ANOS
QUINTA-FEIRA NÃO HÁ ESPECTÁCULO

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
hoje às 21,30 h
HOMEM MORTO
HOMEM POSTO
— BRECHT —
Tradução Fiama P. Brandão
Direcção de João Mota
DOMINGO SÓ ÀS 16 H - 2ª FEIRA DESCANSO
PREÇO UNICO 60.00
PRAÇA DE ESPANHA - METRO PALHAVA - MARCAÇÕES TEL 762624
SUBSIDIO DA S E C

Na Sociedade Nacional de Belas-Artes
Rua Barata Salgueiro
Telef. 4 12 93

«Uma das maiores interpretações que nos foi dado ver».
(F. Midões — «D. Popular»)
SÓ ATÉ SÁBADO
2.ª a Sáb. às 22 horas
Subs. S.E.C
A bilheteira abre às 18 horas

ACADEMIA ALMADENSE
R. CAPITÃO LEITÃO ALMADA - TEATRO
15 ÚLTIMAS REPRESENTAÇÕES
5ª 14 às 21,30
6ª 15 às 21,30
Sáb 16 às 16 e 21,30
Dom 17 às 16 e 21,30
Aventuras de Till EulenSpiegel
5º mês
Um dos grandes acontecimentos teatrais do ano
Já visto por mais de 10.000 espectadores
Mais de 100 representações
GRUPO DE CAMPOLIDE
DIA 23 ESTREIA A PEÇA INFANTIL
o pequeno círculo de giz
DE ALFONSO SASTRE
DIA 23 ÀS 16 • DIA 24 ÀS 11
DIA 25 ÀS 11 E ÀS 16

Hoje

Uma cena do filme «O Mundo é um Manicómio»

I PROGRAMA

18.25 **Sumário** – títulos da actualidade nacional e internacional
18.30 **Há l ..s** – «Os Cinco»: «Os Cinco no Lago Negro».
19.05 **País, País** – reportagem e notícia regional.
19.25 **A Ciência a Cada Passo a Cada Passo Ciência**
20.00 **Jornal RTP-1** – as notícias do País e do estrangeiro e o tempo.
20.35 **Perfil**
20.40 **«O Astro»** – episódio n.º 42.
21.25 **Zoom** – sumário da actualidade internacional.
21.55 **A Comédia e a Vida** – com o filme «O Mundo é um Manicómio», de Frank Kapra, com interpretações de Gary Grant, Raymond Massey, Peter Lorre, Priscilla Lane, Josephine Hull e Jack Carson.
00.15 **24 Horas**
00.30 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

18.45 **Ano Propedêutico**
20.32 **Palavras Herdadas** – perfil de grandes escritores.
21.00 **Espaço Áudio-Visual**
22.00 **Informação/2**
22.30 **«Eu, Cláudio»** – série baseada na novela de Robert Graves.
23.25 Fecho

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA
DESTAQUES
I PROGRAMA
Cinema – «O Mundo é um Manicómio» (21.55)
II PROGRAMA
«Eu, Cláudio» (22.30)

Amanhã

I PROGRAMA

09.15: Ano Propedêutico; **13.25**: Ciclo Preparatório TV; **18.25**: Sumário; **18.30**: Documentário; **19.05**: País, País; **19.25**: Caldo de Pedra; **20.00**: Jornal RTP-1; **20.25**: Perfil **20.40**: «O Astro» – episódio n.º 43; **21.20**: Vamos Jogar no Totobola; **21.30**: Espaço Cultural; **22.20**: «O Planeta dos Macacos»; **23.25**: 24 Horas; **23.40**: Fecho.

II PROGRAMA

18.45: Ano Propedêutico; **20.30**: Ecologia – a volta da cidade **21.00**: As Grandes Viagens; **22.00**: Informação/2; **22.30**: Directíssimo; **23.30**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau 8

Entrega de terras no distrito de Portalegre

Por determinação do MAP foi entregue mais uma reserva na UCP «Unidade de Trabalhadores» de Campo Maior, cuja área começou a ser retalhada no tempo de António Barreto. Desta vez coube uma fatia ao agrário José Nunes da Silva Junior que recebeu a herdade do Retiro, parte da herdade do Cereeiro, três tractores e várias alfaias agrícolas.

Mais operações de entregas verificaram-senoutras explorações colectivas do distrito de Portalegre, nomeadamente na Cooperativa Popular de Ouguela e na UCP «Companheiro Vasco» de Arronches. Se no primeiro caso a cooperativa fica numa situação difícil neste último as complicações ainda são maiores visto que nem sequer deixaram terra aos trabalhadores da YCP «Companheiro Vasco» para manter as cabeças de gado que possuem. A intervenção de ontem reduz a UCP a 400 hectares de terras de semeadura.

Nota oficiosa: MAP contra 3.ª Conferência da Reforma Agrária

Por força das disposições legais publicamos a seguinte nota oficiosa do MAP divulgada ontem:

«Realizou-se recentemente em Évora a chamada 3.ª Conferência da Reforma Agrária, que contou com a presença de inúmeros «delegados» nacionais e estrangeiros e até de representantes de órgãos de soberania, aos quais, aliás, se louva a intenção de obterem uma informação «objectiva».

Das afirmações produzidas durante a Conferência, bem como das suas conclusões, deram os órgãos de informação larga difusão, e por vezes caloroso apoio, a culminar uma intensa campanha de intoxicação da opinião pública nacional e internacional.

Mais uma vez as forças políticas que estão na base da montagem de toda esta encenação, sentindo esgotados os mecanismos democráticos de que o País dispõe, enveredam pela crescente manipulação, que felizmente o povo português já se habituou a identificar com clareza.

De facto, os métodos utilizados têm um recorte muito nítido, a fazer lembrar o passado recente. Só que a democracia que essas forças dizem defender é o seu pior inimigo, e hoje as possibilidades de informação são bem maiores que nessa época em que a «verdade» era controlada.

O chamado «plano de Produção das Unidades Colectivas da Zona da Reforma Agrária», apresentado ao país há uns meses, mais não era que a primeira peça de um «puzzle» pacientemente montado para arrastar opiniões inseguras, ou simplesmente mal informadas.

Nessa altura apresentava-se um plano de produção irrealista e demagógico que nunca se pensou cumprir, para posteriormente atribuir a razão do seu fracasso à «ofensiva contra a Reforma Agrária desencadeada pelo MAP».

O País não ficará, infelizmente, autoabastecido, como se titulava no dito plano, porque evidentemente o MAP está «empenhado na destruição da Reforma Agrária».

Imediatamente após a apresentação do plano, aproveita-se a concretização de devoluções e demarcação de reservas anteriormente determinadas para fazer crer ao povo português que uma grande ofensiva estava em marcha contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária e contra a Democracia. Promoveram-se sessões de repúdio, ressuscitou-se o unitarismo de esquerda, expediram-se centenas de comunicados, fizeram-se conferências de imprensa, comícios e concentraçoes, agitaram-se os fantasmas do passado e, fundamentalmente, mentiu-se sistematicamente e publicamente.

Contando com a indecisão de alguns e com uma máquina propagandística que os portugueses já conhecem, culmina-se agora o que se supõe ser a primeira fase da encenação com a 3.ª Conferência da Reforma Agrária. Aí despudoradamente se manipularam números e acontecimentos manifestamente falsos, criados pelo desespero daqueles que sentem não poder por muito tempo manter o equívoco que constitui o facto de uma minoria da população portuguesa, contando com a abstenção de muitos e a tolerância de alguns, dominar quase metade do território nacional, desobedecer às leis votadas democraticamente e desafiar a autoridade do Estado.

Desde há algum tempo que o Ministério da Agricultura e Pescas decidiu não responder publicamente aos ataques pessoais que lhe têm vindo a ser dirigidos, alguns deles, aliás, de tal baixeza que bem atestam da estrutura moral de quem os produz.

Mas vejamos as conclusões de tal Conferência e comparêmo-las com a realidade:

– Exige-se do MAP a abertura do crédito agrícola de emergência, fazendo crer que o mesmo se encontra fechado. A verdade é bem diferente, uma vez que o crédito agrícola de emergência está, como sempre esteve, aberto. Só que às empresas colectivas ou privadas que não satisfazem os compromissos assumidos, nem justificam convenientemente esse facto, é vedado o crédito até regularizarem a situação, como aliás seria de esperar, e ninguém de boa fé discordará.

– Exige-se garantia, por parte do Estado, do escoamento da produção agrícola, a preços remunerados fixados antes das campanhas. De facto, exigem-se procedimentos que já são regularmente adoptados, pois existe garantia de escoamento para a maioria dos produtos produzidos na área da Reforma Agrária, bem como os seus preços são fixados antes das campanhas. Quanto ao facto de esses preços serem ou não compensadores, o MAP solicita publicamente aos seus críticos que comprovem as suas afirmações, não com «slogans» demagógicos, mas com contas.

– Sobre pretensas dívidas do Estado ás unidades colectivas, umas vezes afirma-se que estas ascendem a 450 000 contos, outras vezes a 870 000 contos. A este respeito o Gabinete do Ministro da Agricultura e Pescas solicitou no dia 30 de Outubro passado aos secretariados das UCP's que identificassem as dívidas propagandeadas para que a situação fosse imediatamente analisada. A única resposta obtida até esta data foi recebida do Secretariado de Évora, em telegrama de 2/1178, em que expressamente se afirmava: «Deve haver engano. Devem perguntar aos vossos serviços. Somos uma organização representativa das UCs e cooperativas agrícolas, não um departamento do Estado».

Sobre a pretensa dívida do Estado respeitante à cortiça, deve afirmar-se que os serviços estão a cumprir a legislação em vigor. Simplesmente o que se verifica é que praticamente nenhum dos processos cujo contrato de compra e venda de cortiça foi registado em 1977 no IPF, está em condições legais (e só cerca de um terço da cortiça transaccionada foi registada). Apesar disso, e para essa pequena parte das UCP's que registaram os contratos, o IPF tem cumprido escrupulosamente os pagamentos legais.

– Exigem os conferencistas apoio técnico do Estado às explorações colectivas, enquanto que alguns responsáveis pela sua gestão nas zonas de maior influência partidária afirmam claramente que dispõem de apoio técnico suficiente a partir das suas próprias estruturas e que não necessitam de apoio dos serviços oficiais.

– Afirmou-se que a aplicação da Lei da Reforma Agrária já lançou no desemprego mais de 12 900 trabalhadores. No entanto, como tem sido amplamente divulgado, só cerca de 100 pessoas se inscreverem como desempregados no organismo expressamente criado para garantir o emprego a trabalhadores na Zona da Reforma Agrária que eventualmente dele careçam.

Aliás, afirma-se que já foram entregues aos seus anteriores proprietários cerca de 88 000 hectares e que, por esse motivo, foram lançados no desemprego 107 451 trabalhadores, isto é, quase três vezes o número de trabalhadores actualmente nas Unidades Colectivas, que ronda os 45 000. E, claro, os 733 000 hectares das reservas funcionarão sem mão-de-obra.

– Afirmou-se na conferência, por exemplo, que em 1976/77 se havia semeado na área da R.A. mais 217 500 hectares que no tempo dos agrários, isto é, antes de 1974. No entanto, e embora se saiba qua antes de 1974 o solo não era convenientemente aproveitado, é interessante verificar que no decénio 1965/74 se semeou, no conjunto dos cereais mais representativos (trigo, cevada e aveia), uma área média anual de 752 276 hectares, enquanto que em 1976/77 se semearam somente 471 000 hectares, isto é, menos 281 276 hectares que na média no decénio. Seria caso para perguntar se teriam sido os pequenos e médios agricultores que nesse ano nada semearam. Iguais conclusões de poderiam tirar para as outras campanhas de produção.

– Afirmou-se ainda que as explorações colectivas aumentaram nos últimos dois anos a produtividade da terra em 49 por cento. Embora ignorando os malabarismos conseguidos para chegar a esta conclusão e a que tipo de produtividade se quererão os autores referir, é interessante verificar que a produtividade (produção por unidade de superfície) do trigo foi no decénio 1965/74 de 1168 kg/ha. enquanto que em 1976/77 foi de somente 864 kg por hectare (menos 27 de cento) e em 1977/78 foi ainda menor. As diferenças são, como se vê, abismais.

No mesmo documento afirma-se que no último ano agrícola o Produto Agrícola Bruto formado no conjunto das UCP's e cooperativas foi, segundo uma estimativa que dizem prudente, de 7,6 milhões de contos, mas imediatamente a seguir afirma-se que o valor acrescentado bruto em 1977 foi de 4,8 milhões de contos, ignorando-se contudo que o produto agrícola bruto já é o valor acrescentado bruto.

– Diz-se que antes de 1974 a produtividade média do trabalho agrícola era, na zona dos latifundiários, de 52 contos, o que se admite como certo, mas diz-se também que a produtividade média do trabalho agrícola em Portugal é hoje de 52 contos, enquanto nas explorações colectivas é de 141 contos. A realidade é bem diferente, uma vez que a produtividade média do trabalho agrícola é hoje de 92,5 contos e nas Unidades Colectivas é bastante inferior Trata-se, contudo, da produtividade a preços correntes, porque a preços constantes a mesma decresceu significativamente nos últimos dois anos. (A preços constantes de 1975 a produtividade era de 63,6 nesse ano e baixou para 58,8 contos em 1977).

Enfim, mais exemplos se poderiam dar, quer no que respeita aos fabulosos números apresentados para o efectivo pecuário, quer para o parque de máquinas, mas mais não será necessário para desmentir este flagrante acto de manipulação da opinião pública.

O MAP não perderá mais tempo a desmentir situações deste tipo, consciente que está das inúmeras tarefas bem mais importantes que reclamam a sua atenção. Não pode, no entanto, deixar de corresponder ao respeito que a opinião pública lhe merece repondo a verdade dos factos face à dimensão da campanha que tem vindo ultimamente a agredir a maioria dos portugueses».

MAP ordena despedimentos em empresas privadas

Com base num estranho despacho do MAP foram despedidos 32 trabalhadores agrícolas, dois empregados de escritório, um trabalhador da construção civil, um rodoviário e dois metalúrgicos da herdade do Pinheiro, actualmente na posse do agrário Silvestre Ferreira.

Contra esta arbitrariedade pronuncia-se a União dos Sindicatos de Beja que pergunta, a propósito «que autoridade tem o MAP para decretar despedimentos em empresas privadas?»

Também a Comissão Concelhia de Ferreira do Alentejo do PCP alerta num comunicado para «as graves injustiças, falsidades e sabotagem «que têm sucedido na herdade do Pinheiro.

Rendeiros do Fundão

Centenas de rendeiros manifestaram-se, no Fundão, contra os despedimentos que a coberto da Lei do Arrendamento Rural os senhorios têm vindo a efectuar naquela região.

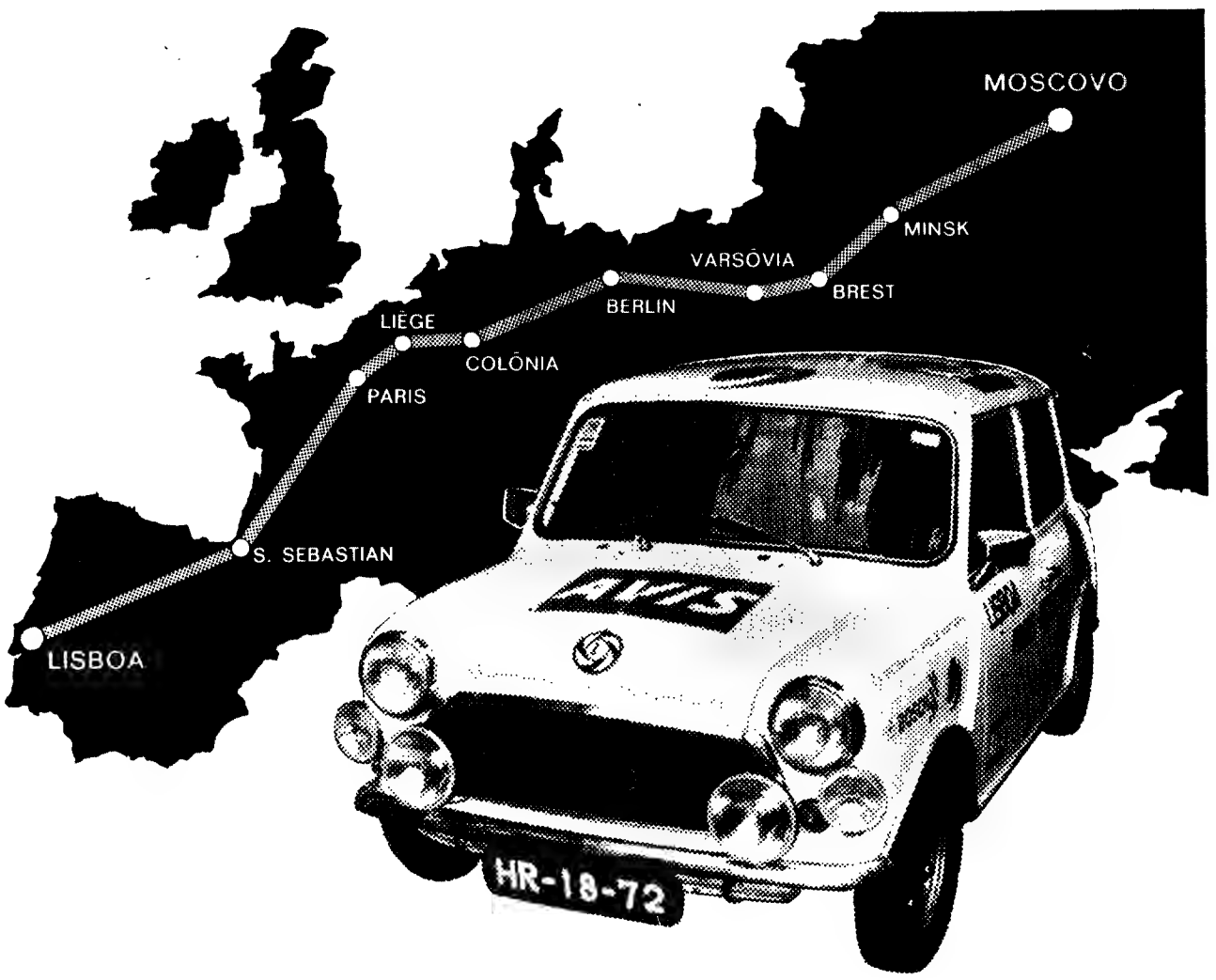
A iniciativa, promovida pelo MARN – Beiras, destinava-se, sobretudo a expressar a posição da classe face aos despedimentos de 118 rendeiros da área do Fundão e Covilhã.

Os rendeiros aprovaram uma moção na qual exigem a revogação da lei da autoria do PPD e reafirmam o seu apoio às propostas de alteração da referida legislação apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP à Assembleia da República.

De MINI 1000

MOSCOVO fica a 56h 49m - de LISBOA

(feitas as contas
4883 km a 86,44 km/h)



Mas se quisermos falar em média útil
(excluindo paragens) registámos 96,37 km/h!

Foi o que nós demonstrámos.
O feito constitui um máximo que
a Federação Automóvel Desportiva da URSS certificou.

Uma palavra sobre o carro...
É da frota de aluguer da AVIS
e não teve quaisquer problemas mecânicos.

De facto, é tão giro ter um MINI!

Nos Concessionários Austin e Morris
de todo o País alguém o espera
para lho demonstrar.

MINI — mais que ter automóvel, um modo de ter automóvel

Austin/Morris

BRITISH LEYLAND DE PORTUGAL

Fernando Mamede: uma vitória em Espanha

O corredor português Fernando Mamede foi o vencedor do I Corta Mato Internacional «Finlândia» que no passado domingo se disputou em Madrid.

Mamede cobriu os 10 quilómetros do percurso em 29 minutos e 46,8 segundos.

Em segundo lugar cassificou-se o finlandês Tapio Kantanen, com 30 minutos, 1,2 segundos, seguido do espanhol Prieto com 30.12,6 de José Luís Gonzalez, também espanhol, com 30.33,3, e de Manuel Sainz, ainda de Espanha, com 30.39,8.

Participaram na prova mais de uma centena de atletas, muitos deles de reputação internacional, pelo que a vitória de Fernando Mamede se reveste de especial significado.

De assinalar que o troféu correspondente à vitória na prova foi entregue a Fernando Mamede pelo presidente finlandês Urho Kekkomen, que se encontra em Espanha de visita oficial, a convite de Juan Carlos.

JOÃO CAMPOS TRIUNFA EM LISBOA

Entretanto, o novo sportinguista João Campos venceu o primeiro corta-mato desta época da Associação de Atletismo de Lisboa. Foi no domingo passado no Vale do Jamor e na prova não participaram nem Fernando Mamede nem Carlos Lopes. Campos destacou-se da generalidade dos concorrentes pela segurança com que orientou a sua corrida. Em segundo e terceiro lugares, e a curtas distâncias de pouco mais de vinte segundos, ficaram Rafael Marques do Sporting, e Vítor Ribeiro, do Benfica.

PORTUGAL

Fernando Mamede: em boa forma este ano e já nesta altura, liberto de dúvidas a respeito das suas próprias possibilidades, parece. Para pensar nos Jogos Olímpicos de Moscovo daqui a ano e meio

MODALIDADES EM DESFILE

VOLEIBOL

A equipa de voleibol do Benfica perdeu no passado fim-de-semana por 0-3 frente à equipa belga do Thournot o jogo da primeira mão da primeira eliminatória da Taça Europeia dos Vencedores das Taças, na modalidade. O Benfica alinhou com Valério Capez, Pedro Barros, Jorge Infante, Ilídio Ramos, Manuel Alfredo, Carlos Figueiredo, José Barros e Pedro Albuquerque. A equipa belga – segundo a Anop, em telegrama de Bruxelas – demonstrou nítida superioridade em relação à portuguesa, que só a espaços conseguiu equilibrar o confronto.

TAÇA DAVIS

Depois de cinco anos de derrotas, os Estados Unidos ganharam este ano a Taça Davis em Ténis, vencendo na final a Grã-Bretanha por 4-1. «Ficamos encantados por fazer voltar o troféu aos Estados Unidos, e pensamos conservá-lo aqui por bastante tempo» – disse o capitão da equipa norte-americana, Tony Trabert, ao receber a Taça. Citamos a Reuter. Os Estados Unidos iniciaram o último dia da final a vencer por 2-1 e precisavam apenas de uma vitória nos últimos dois jogos de singulares. E esta começou a ganhar proporções decisivas quando John Mcenroe, de 19 anos e em sexto lugar na classificação mundial de tenistas, venceu o britânico Buster Mottram por 6-2 e 6-1. Depois, Brian Gottfried acentuaria a superioridade norte-americana ao derrotar John Lloyd por 6-2 e 6-4.

BOXEUR EM COMA

Um ano depois de trágico acidente ocorrido ao pugilista profissional berlinense Joerg Eipel (três semanas em estado de coma), um boxeur amador dos pesos médios, Juergen Krause (26 anos) foi hospitalizado este fim-de-semana, depois dum duro combate com o também berlinense Heymann Krause. Juergen Krause teve uma síncope nos vestiários, e, no hospital, entrou em coma. Operado ao cérebro para ablação dum coágulo sanguíneo, ainda não recuperou.

TÉNIS

Os tenistas portugueses José Cordeiro (17 anos) e Pedro Cordeiro (15 anos), partiram para os EUA onde vão participar em provas clássicas internacionais.

Em Miami (de 11 a 17 do corrente) participarão na «Sunshine Cup», para menores de 18 anos e, de 17 a 25, também em Miami, participam na clássica mundial «Orange Bowl», na variante de singulares.

Da América, os tenistas rumam ao México, para disputarem o «Torneio Internacional Cidade do México», prova destinada a jovens com menos de 18 anos. Do México partem para a Venezuela, para participarem no «Torneio Internacional de Caracas».

Terminada esta digressão, regressam aos EUA para efectuarem um estágio até ao mês de Março na «Escola de Ténis Harry Hopman».

Estas deslocações foram possíveis graças ao intercâmbio existente entre a Federação Portuguesa de Ténis e a TAP.

BADMINTON

O Núcleo de Badminton do Pavilhaõ das Cavaquinhas (Arrentela-Seixal) organiza este fim-de-semana, no pavilhão gimnodesportivo da Escola Preparatória de Elias Garcia (Sobreda da Caparica, Almada) o «I Torneio Aberto», para atletas federados, de todas as categorias.

BENFICA E CICLISMO

O S.L. Benfica decidiu suspender a sua secção de ciclismo. Motivo invocado: falta de verba nos orçamentos do clube.

JUDO

Os judocas do Judo Clube Estoril venceram a Taça de Portugal na modalidade. As provas disputaram-se este fim-de-semana no ISEF. O adversário do Judo Clube Estoril na final foi o Judo Clube de Portugal.

CONSTRUÇÕES PENTÁGONO

SOMOS OS PRÓPRIOS:
VENDEMOS O QUE CONSTRUÍMOS,
DANDO GRANDES FACILIDADES
DE PAGAMENTO, COM ENTRADAS
DESDE 5%.

Não crie mais problemas na sua vida de tantos afazeres **telefone-nos** ou **escreva** e solicite a presença de um delegado nosso, à hora que entender e no local que melhor lhe convier. Será claramente elucidado sem qualquer compromisso.

TEMOS ANDARES E LOJAS EM
LISBOA, ALMADA, LARANJEIRO,
COVA DA PIEDADE, QUELUZ E PAREDE

Rua Marques da Silva 99-2.º (à Portugália)
Telf. 548747—532702—573712 LISBOA

FUTEBOL EM NOTÍCIA

Os Nacionais de Juniores e da III Divisão

F. C. Porto, Sporting de Espinho, Alverca e Benfica são os pontos guias do campeonato nacional de futebol na categoria de juniores, de que se disputou este último fim-de-semana a 14.ª jornada.

O torneio, na sua primeira fase, está a ser disputado por 48 equipas, distribuídas igualmente por quatro séries. Os vencedores das séries disputarão a fase final.

Entre os actuais líderes, é justo que se destaque o Alverca, e não apenas pelo facto de ser guia isolado da sua série: também por ser uma das três equipas que até à 14.ª jornada ainda não perderam, e principalmente porque, até agora, apenas consentiu um empate. O Alverca é assim o guia mais pontuado, com 27 pontos, mais dois que o Académico de Coimbra, que está em segundo lugar e é também um sério candidato ao primeiro lugar na série. Na série A, o FC Porto segue na frente isolado com mais 3 pontos do que o Varzim, na B, o Espinho tem mais 2 que o Lourosa, e, na D, o Benfica tem mais 1 do que o Sporting.

Assinale-se no entanto que é na série C, a do Alverca, que se encontram os equipas concorrentes porventura menos cotadas. As equipas mais cotadas poderão encontrar-se porventura nas séries A e D. Deve no entanto assinalar-se, na série C, a presença do Académico de Coimbra, com créditos firmados na categoria.

Dos resultados da última jornada avultam a vitória do Porto sobre o Boavista por 2-1, do Espinho sobre o Celoricense de Celorico da Beira por 6-1, do Alverca sobre o Alferrarede por 2-1, do Benfica sobre o Portimonense por 2-1.

As noventa e seis equipas que disputam o Nacional de Futebol da III Divisão disputaram este fim-de-semana mais uma jornada do seu campeonato, a 12.ª. Os guias das seis séries são actualmente o Bragança, o Amarante, a Naval 1.º de Maio, o Alcobaça, o S.L. e Olivais e o Desportivo de Beja, todos isolados no topo da tabela com mais um ou dois pontos do que os segundos classificados.

No segundo lugar, e, a título de curiosidade, também com mais um ou dois pontos do que os terceiros classificados, encontram-se, nas respectivas séries, o Mirandela, a Oliveirense, o Viseu e Benfica, o Alcobaça, o Vitória de Lisboa e o Lusitano de Évora.

O Nacional da III Divisão termina ao mesmo tempo que os campeonatos das I e II divisões, e sobem ao escalão imediato para a próxima época os dois primeiros classificados mais o terceiro melhor pontuado entre todas as séries. O primeiro lugar tem importância apenas para a disputa do título.

Entre as 96 equipas concorrentes figuram naturalmente dezenas delas que já disputaram a II Divisão noutras épocas, e ainda algumas que já estiveram na I Divisão mais ou menos remotamente.

Estão no último caso, por exemplo, o Tirsense, na Zona A, a Oliveirense e a Sanjoanense na Zona B, o Oriental e o Unidos, na zona E, e Lusitano de Évora e o Lusitano de Vila Real de Santo António na Zona F.

LIGA DE CLUBES

A Liga dos Clubes Profissionais de Futebol entregou ontem no Ministério do Trabalho o seu pedido de legalização e registo de estatutos de associação. «Depois de promulgados os estatutos, aguardamos que a Federação nos convoque para uma reunião, pois, segundo nos dizem os seus dirigentes, ainda não nos receberam porque não temos os estatutos reconhecidos e publicados» – disse João Aranha à ANOP.

LIVERPOOL--ANDERLECHT

A RTP transmite no próximo dia 19 o jogo da segunda mão da Supertaça da Europa, entre o Liverpool e o Anderlecht. O jogo da primeira «mão» realizou-se a semana passada em Bruxelas e terminou com a vitória dos vencedores da Taça das Taças a época passada por 3-1. A transmissão da Eurovisão, é feita através do Canal 1.

TOTOBOLA

Foram apuradas onze apostas com treze resultados certos no último concurso do Totobola. O número de «dozes» eleva-se a 530. Cada prémio, a dividir, é de 23.331.000$00.

TREINADORES

O Feirense, da II Divisão, e o Vilanovense, da III, têm novos treinadores. São eles, respectivamente, David Costa e Pedro Nery.

MILJANIC

O técnico Miljanic é o novo orientador da selecção da Jugoslávia. A decisão foi ontem aprovada em Belgrado depois de algum tempo de hesitações e lutas internas no interior do organismo nacional de futebol jugoslavo.

MONTARGIL

Jogo particular efectuado no campo «D. Berta Courinha», em Montargil: Grupo Desportivo Montargilense, 2-Grupo Desportivo da Cunheira (Alter do Chão), 2.

A equipa de futebol do F. C. Famalicão, que está a disputar o Nacional da I Divisão com regularidade de exibições e resultados, e ainda no passado domingo perdeu dificilmente nas Antas, frente ao F. C. Porto

TOTOBOLA *jogue connosco*

A. Viseu - Barreirense	X		
Beira-Mar - Porto		X	
Famalicão - Benfica			X
Estoril - Braga		X	
Guima. - Belenenses	X		
Sporting - Marítimo	X		
Boavista - Académico	X		
Setúbal - Varzim	X		
Chaves - Riopele		X	
Penafiel - Rio Ave		X	
U. Santarém - U. Leiria			X
Farense - Amora			X
Juvent. - Portimonense		X	

EM CABO VERDE

Sotavento perde com selecção chinesa

A selecção de futebol da província de Shantung, da República Popular da China, venceu a selecção de Sotavento, da República de Cabo Verde, por 2-1, num encontro disputado o passado fim-de-semana no Estádio da Várzea, na cidade da Praia.

A selecção de Santung foi a primeira a marcar, aos 43 minutos, por Chiang. Cabo Verde empatou no minuto seguinte por intermédio de Zé Maria. O resultado final foi fixado por um golo ainda de Chiang aos 60.

A selecção de Shantung é uma das dezasseis equipas que disputam o campeonato chinês de futebol da primeira divisão, e foi a primeira vez que uma equipa chinesa e uma equipa caboverdiana se defrontaram. A selecção de Shantung anda em digressão por diversos países da Ásia e da África, tendo já disputado diversos jogos no Líbano, no Uganda, no Burundi, na Nova Zelândia, na Nigéria, no Tchade e em S. Tomé e Príncipe.

A título de curiosidade, diga-se que o resultado do jogo entre a selecção de Shantung e de S. Tomé e Príncipe foi de 5-2 a favor do seleccionado chinês.

Hoje, a selecção de Shantung defronta a selecção de Barlavento no Estádio da Fontinha, em Mindelo, ilha de S. Vicente.

Chester Bar

O ambiente tranquilo
e requintado
para uma bebida
ao fim da tarde

CHESTER-BAR
para permanecer
agradavelmente!

R. Rodrigo da Fonseca, 87
LISBOA

Carlos Mendes e GAC foram espectáculo ontem na "Música Aberta"

Uma chula dançada e acompanhada pelas palmas das centenas de presentes ao terceiro dos espectáculos que Shila e Jorge Zagalo resolveram levar a cabo todas as segundas-feiras no pequeno, mas bem organizado, Teatro Aberto, rematou a actuação dos artistas ontem convidados: Carlos Mendes e do GAC (Grupo de Acção Cultural).

Carlos Mendes cantou belas canções, umas inéditas, outras já conhecidas, e deu conta do lançamento do seu próximo disco para Março de 79. O seu espectáculo foi ainda valorizado pela leitura de um poema (de) e por Joaquim Pessoa.

Seguiu-se o GAC, que durante cerca de uma hora, interpretou também magnificamente canções e danças de diferentes regiões do nosso País Para a semana, próxima segunda-feira, será a vez da Brigada Vítor Jara, outro conhecido agrupamento que priveligia a música popular portuguesa.

Sobre a iniciativa de Shila e Zagalo, que tem enchido a sala da Praça de Espanha, deve dizer-se que está a conseguir o que até agora tinha sido um «sonho» dos cantores portugueses não identificado com o «nacional-cançonetismo»: um espaço semanal de intervenção artística e musical de rara qualidade.

Pergunta-se, entretanto, daqui à RTP: porque se não aproveita a realização semanal destes espectáculos, gravando-os e levando-os a camadas mais vastas do nosso povo? Fica seguramente mais barato que outros espectáculos organizados no Lumiar e tem uma importante e suplementar vantagem: trata-se da boa (muito boa) música portuguesa.

Três dias de greve na TVE

Praticamente todos os centros da Televisão espanhola entrarão em greve nos dias 18, 19 e 20 se até essa data não se produzir uma reacção positiva por parte da empresa às reivindicações dos trabalhadores.

A greve é convocada pelo Comité Estatal e foi aprovada em assembleia à excepção de Andaluzia e Valência e dos centros de produção de Barcelona e Tenerife.

As reivindicações dos trabalhadores da Televisão espanhola são sobretudo de organização e eficácia, não de tipo meramente económico, pois pedem também a prometida reestruturação de categorias profissionais.

«Durante esses dias de greve manter-se-á aberto o sinal de emissão apenas com o indicativo de que «não há programação porque estamos em greve». Serão transmitidos dois boletins diários de cinco minutos. A empresa ainda não se pronunciou sobre a convocatória de greve.

A Televisão espanhola, que conta com cerca de oito mil funcionários, tem atravessado ultimamente uma grave crise por falta de estruturação interna, nomeações políticas, etc., com críticas por parte da imprensa e dos partidos políticos que desejam um controlo parlamentar.

ROTEIRO CULTURAL

O espectáculo que tem estado em cena no pequeno anfiteatro da SPA termina hoje a sua curta carreira. Trata-se, como já temos tido ocasião de informar, de um espectáculo apresentado e interpretado por Domingos Semedo, actor português desde há muito radicado em Lausanne, onde dirige um teatro e desenvolve grande actividade em prol do teatro português. O facto de o espectáculo de Domingos Semedo sair da SPA, saída prevista desde há muito, leva-nos a recomendar aos nossos leitores que aproveitem o dia de hoje para ir à Avenida Duque de Loulé. já que não terão outra oportunidade de o fazer.

Está definitivamente marcada para sexta-feira a estreia da peça «A crónica atribulada do Esperançoso Fagundes», com que o Teatro Aberto inaugura a sua nova temporada. Isto, evidentemente, desde que um facto imprevisível não venha alterar os projectos dos responsáveis pelo Grupo 4. «A crónica atribulada do Esperançoso Fagundes» é a última peça de Luís de Sttau Monteiro e foi escrita propositadamente para o teatro da Praça de Espanha. Trata-se de uma peça «para fazer rir» – a primeira do autor – e não é «nem uma comédia, nem uma farsa, nem uma revista, embora tenha um pouco de tudo isso». De que se trata então? De «um divertimento» para todos. Divertiu-se o autor ao escrevê-la, divertem-se os actores ao representá-la e espera-se que os espectadores se divirtam a vê-la. Por enquanto não nos foi possível obter fotografias dos ensaios, que têm estado a decorrer envoltos, em segredo, mas talvez amanhã já tenhamos uma ou duas, se os nossos fotógrafos conseguirem hoje penetrar no edifício do teatro...

Sttau Monteiro, o autor do «Esperançoso Fagundes»

Outra novidade, esta referente ao mundo dos livros, prevista para breve: dentro de dias sai um novo romance de Artur Portela Filho, chamado «Fotomontagem». Trata-se de um romance de ficção política que retrata o mundo da política visto por gente de Imprensa. As personagens principais são políticos e jornalique retrata o mundo da política e jornalistas e, muio embora o livro não retrate directamene a situação actual do país, é natural – trata-se de uma previsão nossa – que a ficção tenha muito em comum com a realidade...A edição é de António Ramos.

Para rematarmos as novidades, uma referente ao mundo das Belas-Artes: estão a ultimar os preparativos para a exposição de Vieira da Silva (serigrafias) a que já fizemos referência e que vai ter lugar numa das galerias mais importantes de Lisboa. De notável o facto de Vieira da Silva ter resolvido fazer uma serigrafia especialmente destinada a esta exposição. A referida serigrafia vai ser posta à venda por um preço muito aceitável – recordemos que as obras desta artista são dificilmente acessíveis à maioria das bolsas o que vai levar muita gente à rua da Escola Politécnica.

Os nossos leitores de Évora podem ir hoje ao Teatro Garcia de Resende ver o espectáculo «Sete anos de canções», de Sérgio Godinho. Como já tivemos ocasião de refefir, este espectáculo anda em digressão pela província e tem sido um êxito em toda a parte. Acrescentamos que Sérgio Godinho actuará amanhã em Montemor-o-Novo, às 21 e 30, no Teatro Curvo Semedo.

Está patente ao público, no Centro Português de Actividades Subaquaticas (Rua das Janelas Verdes, 37), uma exposição de fotografias submarinas que participaram no II Concurso Internacional de Fotografia SPAS.

Prossegue a sua carreira a revista «Fardos e Guitarradas», que faz rir a bom rir e que tem levado milhares de lisboetas à sala do Adóque. Depois de amanhã não há espectáculo, o que nos leva a recomendar aos leitores deste Roteiro que aproveitem o dia de hoje – a noite vai estar chuvosa e triste – para irem até lá. Bem recebida pela crítica, e já aplaudida por milhares e milhares de pessoas, esta revista bem humorada, cáustica e crítica, merece uma visita.

Quem ainda não foi à Galeria Tempo (Rua Nova de S. Mamede, 17) ver a exposição de cerâmica de Mário Ferreira da Silva patente ao público desde o dia 10, não deverá deixar de o fazer. Por evidente falta de espaço, ainda não fizemos a esta exposição a referência qe ela merece, mas acabaremos por fazê-lo.

Começa hoje em Viseu um seminário intitulado «Introdução à Estética e significado da imagem em movimento». Trata-se, como é evidente pela leitura desta designação, de um seminário sobre cinema. Este seminário encerra no dia 15, e todos os interessados poderão participar nele. Acrescentamos que é dirigido por Vieira Marques e por um especialista francês chamado Jean Divoir.

rádio

1.º Programa

18.10: Hoje respondemos por música, por António Vitorino de Almeida – orquestras; **19.00**: Poemas e poetas – música portuguesa; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Conjuntos; **21.00**: 13.º episódio do folhetim «A Cabana do Pai Tomás», de Hàrriet Stowe, numa adaptação de Luz Franco; **21.30**: Continuação da transmissão da Assembleia da República; **24.00**: Último jornal; **00.20**: Jazz; **00.30**: Vozes na noite; **01.00**: Música na noite (RDP/Centro).

2.º Programa

18.00: Música de Grieg; **19.00**: Música portuguesa; **20.00**: Ciclo Haydn; **21.15**: Música de câmara; **22.05**: Música sinfónica; **22.30**: O gosto pela música, pelo dr. Jorge de Freitas Branco; **23.00**: "Quinzena da Música Inglesa; **23.53**: Intercâmbio, musical, **01.00**: Fecho

3.º Programa
Nacional e Regional (294m)

18.00: Vertical; **18.20**: Prevenção e saúde, pelo dr. José Matildes; **19.05**: Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30**: Vertical-trânsito; **20.15**: Vertical-filatélico, por Carlos Oliveira; **21.30**: Quando o telefone toca; **22.00**: Suplemento – quando o telefone toca; **23.05**: Novas de alegria; **00.05**: Suplemento desportivo, por Jorge Schnitzer; **00.15**: Dia a dia com o passado; **01.05**: Tempo internacional; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5m)

16.00: Convite; **18.00**: Compasso; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **18.45**: Oiça o que não leu; **20.40**: Serviço de agenda; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

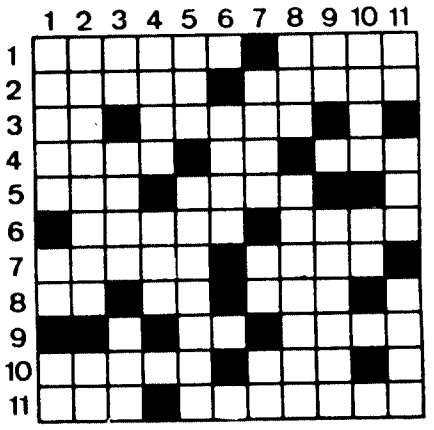
17.00: Hora de ponta; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Forum, realização de Jorge Lopes; **22.00**: Auditório; **00.00**: Prisma, realização de Fernando Quinas – o homem no tempo, programa de antropologia produção de João de Sousa Monteiro e João David Nunes; **02.00**: Fecho.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 12 211

HORIZONTAIS:

1 Estado da Venezuela. Ferro agudo de lança e de outras armas
2 Plantio de amieiros. Branqueai ao sol.
3 Verso. Mercê.
4 Adorne. Caminhar. Preposição.
5 Rata. Mãe de Ismael.
6 Mata de castanheiros. Enguia
7 Apelido. Cidade da Galileia.
8 Campeão. Carta de jogar. Prendo.
9 Cobalto(s.q.) Despacha.
10 Inércia. Czar da Russia cognominado «O Terrível».
11 Nome de letra. Moveria os remos



VERTICAIS:

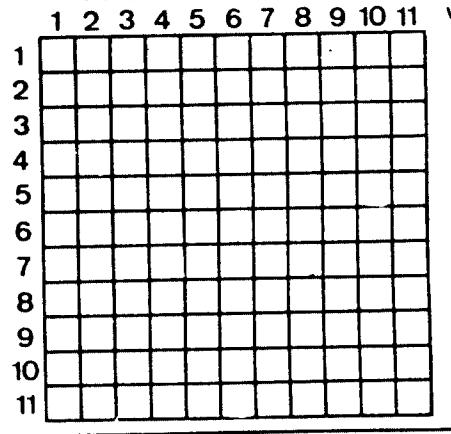
1 Graça. Aqui. Pronome reflexo.
2 Termos. Grande ribeira da Ásia Russa.
3 Vi. Ninhos. O mesmo que três.
4 Botequim. Joeira.
5 Olé. Comprometer seriamente.
6 Cidade de Espanha.
7 Enrubesce. Cálcio (s.q.). Prefixo de negação.
8 Tempo do verbo ir. Continuava.
9 Clima. Inventar.
10 Personagem do «Otelo» de Shakespeare. Rádio (s.q.).
11 Nota musical. Trituro. Salário.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora, em segundo passatempo, o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 8 271

HORIZONTAIS:

1 Na Argélia e em Marrocos, escola pública para crianças. Frio intenso (Prov. Transm.)
2 Desviar do que é natural ou norma. Abreviatura de Santíssimo.
3 Cidade do Japão. Meditar
4 Irmão do pai. Autores. Gorgulho tropical.
5 Um gosto em meio de muitos dissabores. Antes do meio-dia. O mais.
6 Moluscos comestíveis.
7 Nome de dois rios da Mesopotâmia, afluentes do Tigre. Prefixo que designa ar. Duna na Suécia.
8 Que dura um ano. Socorre.
9 Seguia. A moral. Caminhar.
10 Definharam. Alteza Real.
11 Sufixo que designa abundância. Apatia profunda.



VERTICAIS:

1 Um dos cavalos imortais de Aquiles, e que lhe anunciou que o seu fim estava próximo. Cavaleirm da milícia turca.
2 Bailadeira do rei de Daomé. História.
3 Simples. Rio do estado de Baía. Brasil. Letra grega.
4 Arara. Satélite de Júpiter. Prefixo que designa ar.
5 Salteiam.
6 Ídolo principal dos Japoneses. Pronome pessoal. Cólera.
7 Apelido. Ser de boa raça
8 Caruma. Enxerga.
9 Ao acaso. Saudável.
10 Empregara. Transferem para outro dia.
11 Lista. Corto com serra.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12 210

HORIZONTAIS:
1 VIUVA. Lãs.
2 Âmio. Sobem.
3 Ro. Trememos
4 Alia Belo
5 Saira Pê. Gr
6 Importar.
7 Cair. Uri.
8 As Maias Às
9 Re Olmo. Aso
10 Cias. Atar
11 Oso. Usos. É

VERTICAIS:
1 Varas. BARCO.
2 Imolar. Seis
3 Ui. Il. Ao.
4 Votaríamos
5 Amial.
6 SEM. Primas.
7 Tom Pó. Aoto
8 Beber. As.
9 LEME. Tu. AR.
10 Amolgaras.
11 Sorrisos.

Provérbio: VIUVA É BARCO SEM LEME

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8 270

HORIZONTAIS:
1 Mafra. Carmo
2 Içai. Tear.
3 Nevar. Arara.
4 Asaria. Cr
5 Cs. Io. Imã.
6 Ca. Moías. Rã.
7 Aliás. Vis.
8 Vo. Ao. Aas.
9 Pias. Br. Imã.
10 Ir. Crava.
11 Oásicos. Rio.

VERTICAIS:
1 Mina. Cáspio.
2 Ace. Cal. Ira.
3 Favas. Ivá.
4 Rias. Mãos
5 Raios. CC.
6 Rói. Abro.
7 Aí. Amoras.
8 Atrais
9 Rea. Vaiar.
10 Marcariam.
11 Orar. Assado.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H.

Em Portugal continental o céu estava muito encoberto em várias regiões, o vento era moderado de sudoeste com rajadas fortes em especial nos locais do norte.

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	–
BRAGANÇA	13º
VILA REAL	14º
PORTO	16º
P. DOURADAS	9º
COIMBRA	16º
PORTALEGRE	12º
LISBOA	17º
ÉVORA	15º
SINES	–
BEJA	15º
SAGRES	18º
FARO	18º
PONTA DELGADA	16º
FUNCHAL	20º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.22	3,9 m	7.10	1,2 m
13.45	3,8 m	19.24	1,2 m
Dia 13			
2.03	4,0 m	7.50	1,1 m
14.27	3,9 m	20.01	1,1 m
Dia 14			
2.46	4,0 m	8.27	1,1 m
15.07	3,8 m	20.36	1,1 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado ou encoberto; vento moderado de sudoese por vezes com rajadas fortes ou muito fortes em especial nas regiões do norte e nas terras altas, períodos de chuvas ou aguaceiros.

AMANHÃ

NASCER AS 7.45
OCASO AS 17.15

DIA 14 DIA 22 DIA 30 DIA 5

farmácias

Lisboa

TURNO 38

Até às 22 horas

ALVALADE — Av. da Igreja, 18-A. Tel. 892070. **ALVES DE CARVALHO** — Rua Vale de St.º António, 7-9. Telefone 840125. **AMOREIRAS** — Pr.ª Águas Livres, 8-D Tel. 681515. **BOM SUCESSO** — Rua Bartolomeu Dias, 63-A. Telefone 611454. **BRITES MOITA** — Praça Alegria, 33. Tel. 321149. **BOA HORA** — Rua Quartéis, 25-27. Telefone 637777 **CENTRAL DOS OLIVAIS** — Rua Alferes Barrilaro Ruas. 7-C. Tel. 315539 **COSTA** — Rua Lusíadas, 50. Telefone 636704 **CRUZ DE MALTA** — L. Chafariz de Dentro, 36 Tel 866126 **DALVA** — Av. Duque de Ávila, 125, Tel 45225. **CORTEZ** — Rua São Nicolau, 93. Tel. 325378 **BARROS GOUVEIA** — Rua Vale Formo. Cima. 79-B. Telef. 382100. **GASPARINHO** — Rua Dr. Gama Barros, 54-A. Tel. 890465. **MARLUZ** — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telefs. 720703-728395. **MOTA CAPITÃO** — Rua S. Félix, 45-A/B Telef. 660720. **ONILDA** — Av João XXI, 13-A. Tel. 726848. **OURIQUE** — Rua Freitas Gazul, 32-B. Tel. 671667. **PRATES & MOTA** — Rua da Beneficência, 91. Tel. 773728 **PROGRESSO** — Estrada da Damaia, 64-C. Tel. 702226 **PROVIDÊNCIA** — Rua D. Filipa de Vilhena, 9-C Telelef. 770324. **S. JOSÉ** — Rua dos Anjos, 41-A. Telef. 570730. **S. TOMÉ** — Estrada do Desvio, lote 12-C. Tel. 790704. **SALUS** — Rua Luciano Cordeiro, 73. Tel. 42239. **SIMÕES** — Calçada do Tojal, 102-A. **SOUSA** — Est. Benfica, 429-431 Telefones 780027-789985. **VALENTIM** — Rua Poço dos Negros, 88-90. Tel. 601453

Permanente

BARROS GOUVEIA — Rua Vale Formoso de Cima, 79-B. Tel. 382180. **GASPARINHO** — Rua Dr. Gama Barros. 54-A. Tel. 890465 **OURIQUE** — Rua Freitas Gazul, 32-B. Tel 761667. **PRATES & MOTA** — Rua da Beneficência. 91. Tel. 773728. **SALUS** — Rua Luciano Cordeiro, 73. Tel. 42239. **SIMÕES** — Calçada do Tojal, 102-A. **VALENTIM** — Rua Poço dos Negros, 88-90. Tel 601453 **BOA HORA** — Rua Quartéis, 25-27 T 637777 **CRUZ E MALTA** — L.º do Chafariz de Dentro, 36 Tel. 866126 **S. TOMÉ** — Estrada do Desvio, lote 12-C. Tel 790704

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

Outra Banda

ALMADA: Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498); **COVA DA PIEDADE: Rainha Santa**, E. das Barrocas, 50-A (T. 2764466); **LARANJEIRO: A. Araújo**, Laranjeiro de Fora; **COSTA DA CAPARICA: Higiénica**, Av. da República, 23 (T. 2400020); **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471); **BARREIRO: Moderna**, R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12 (T. 2073443); **SEIXAL: Soromenho**, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560); **MONTIJO: Montepio**, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035); **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025); **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020); **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100).

Linha de Cascais

ALGÉS: Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T. 22112048); **ALCABIDECHE: Carvalho**. Até às 21 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**. Até às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS: Godinho**, Av. Patrô Lopes, 4 (T. 2432039). Até às 22 horas; **OEIRAS: Central**, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **NOVA OEIRAS: Leal**. Até às 21 horas; **CARCAVELOS: Central**. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Vilar**. Até às 22 horas; **S. DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, . Av. Saboia, 29-B (T. 260085). Até às 21 horas; **PAREDE: Brandão**, Av. da República, 66-C (T. 2471054). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas; **AMOREIRA: Amoreira** (T. 262313/267314). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL: Lopes**, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 21 horas; **CASCAIS: A. Costa**, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Até às 21 horas; **Cordeiro**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA: Dias, Av. Marquês de Pombal, lote 9 (T. 934589). Permanente; **Carmelo**, R. Elias Garcia, lote 28 (T. 933303). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, E. Militar, lote D (T. 9710231); **QUELUZ: André**, Av. Elias Garcia, 151 (T. 950043); **CAMARATE: Nova**, R. Cidade de Lisboa, 94 (T. 2518726); **CACÉM: Rodrigues Garcia**, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D; **MEM MARTINS: Química**, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012). Até às 24 horas; **AGUALVA-CACÉM: Mira Sintra**, P. N, Torre 310. Até às 20.30; **MERCÊS: Claro Russo**. Até às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Permanente; **SINTRA: Simões**, Estefânia (T. 2930832). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

BONFIM, R. do Bonfim, 73 (T. 52444); **GUIMARÃES**, R. de Francos, 37 (T. 60103); **CASTRO CARNEIRO**, R. do Padre Cruz, 146 (T. 62092); **HENRIQUES**, P. da Batalha, 64-A (T. 25173); **MORENO LDA.**, L. de S. Domingos, 44 (T. 23545); **SERPA PINTO**, R. de Serpa Pinto, 645 (T. 488697); **VARQUES**, R. das Condominhas, 794 (T. 62027).

(De dia e toda a noite)

VILHARINHA, R. da Vilarinha, 161 (T. 682014); **LIGA ASS. SOC. MÚTUOS**, R. do Bonjardim, 286 (T. 21711); **GUERRA**, R. de Costa Cabral, 43 (T. 480470); **LEMOS E FILHOS**, P. de Carlos Alberto, 31 (T. 21309).

Coimbra

(Das 9 hora às 9 horas do dia seguinte)

PAIVA, P. do Comércio (T. 23231)

cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade
SALA A
Às 14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45h
Maiores 13 anos
F.I.S.T., com Silvester Stallone
SALA B
As 15, 17, 19, 21 e 23.45 horas
Não acons. men. 13 anos
AVISEM OS ESPARTANOS

ALVALADE 897480

Av. de Roma

14.30, 18 e 21.30h
Não acons. menor. 13 anos
Um êxito de todos os tempos!
PRESTÍGIO REAL
Com. Dilip Kumar, Nimmi, Prem Naht Nadira

8.ª Semana

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30h
Graham Chapman, John Cleese e Terry Gilliam
MONTY PYTHON E O CÁLICE SAGRADO

Às 23.30 (m. 18 anos)
INTRIGA INTERNACIONAL

AVIS 547163

Av Duque D' Avila, 45
15.30, 18.30 e 21.45 horas
Int. men. 18 anos
Pornográfico
ALDEIA DA MALANDRICE
Com Judith Fristch, Herbert Fux
Atenção: O filme começa 5 minutos após o início da sessão

BERNA 776096

Av. Marquês de Tomar
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Música original escrita e interpretada por Bee Gees
4.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande
14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite

CASTIL 580194

Rua Castilho
15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. menor. 18 anos
Um filme de Alan Parker
O EXPRESSO DA MEIA NOITE
Com Brad Davis, Randy Quaid, Bo Hopkins

5.ª semana

CINEBOLSO 573407

Rua Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30h
Int. men. 18 anos
Uma história que deixará mesmo os mais calmos com o sangue a ferver
— Pornográfico —
AS 69 POSIÇÕES
Às 24.00 n. acons. men. 13 anos
A FLECHA SAGRADA

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15
15.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O AMOR IMORTAL
Um filme de Shabab com Babra Sharif, 18.45
WEST SIDE STORY
de Natalie Wood
com Richard Beymer, Russ Tamblyn
não acons. men. 13 anos

CITY CINE 549999

Rua Tomás Ribeiro; 34
14.30, 16.45, 19.00, 21.30
Não acons. men. 13 anos
SOU TÍMIDO, MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione
Às 23.45
ÓCIO
de Andy Warhol

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.45 horas
Para todos
O esplendor de Hollywood!
Uma torrente de música e alegria!
A RODA DA FORTUNA
Com: Fred Astaire, Cyd Charisse
Real. Vincente Minelli

DOIS MIL 2100055

Av. Bombeiros Voluntários
Lote 113 – Algés

Às 15.30, 18.30 e 21.30

O COMBOIO DA MADRUGADA

n. acons. men. 13 anos

D. JOÃO V 971794

Praça Centro Comercial – Damaia

As 21.15
n. acons. men. 18 anos
OS VENCIDOS

EDEN 320758

P. dos Restauradores, 21
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Um desafio à imaginação!
As fabulosas aventuras do
LADRÃO DE BAGDAD
Com: Kabir Bedi, Shatrygha Sinha, Sulakshhana Pandit
— Eastmancolor —

ESTÚDIO 555134/5

Av. Afonso Henriques, 35
Às 15.30, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Há casais que não se entendem. Há pais e filhos que não se compreendem. Mais do que desajustamento as suas vidas são vítimas da ignorância e do silêncio.
O MILAGRE DO AMOR

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83

2.ª Semana
As 15.30, 18.30 e 21.30
Int. menores 13 anos
LIVRE MEU AMOR
A explosão de uma mulher apaixonada!
Com Claudia Cardinale - Adolfo Celi

EUROPA 661016

R. Almeida e Sousa, 35

Às 21.30 N.ac. m. 13 a.
Diga-me lá se faz favo
QUE FARIA VOCÊ NO MEU LUGAR?
Com Marlene Jobert e Jean-Claude Brialy
Às 15.15 últimas Int. m. 13 a.
OS TRÊS DIAS DO CONDOR
Quinta-feira 18.15 N. ac. m. 13 a.
O ÚLTIMO ADEUS
Com Sophia Loren e Marcello Mastroianni

REVEILLON
Não se deixe atrasar
Peça na bilheteira o programa elucidativo e compre já o **seu bilhete**

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas

Int. men. 13 anos
Reconstituição fiel e emocionante da acção terrorista que abalou o mundo!
21 HORAS EM MUNIQUE
Com William Holden e Franco Nero

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.45 h
A GRANDE DECISÃO
de Herbert Ross
com Anne Bancroft e Shirley MacLaine

N. ac. m. 13 a.
4.ª semana

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
3 sessões: 15.15, 18.15, 21.30 h.
Não acons. men. 18 anos
5.ª semana
OS GANSOS SELVAGENS
31 Dez. — às 21.30 horas
REVEILLON
Não acons. men. 13 anos
Bilhetes à venda

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A
As 15.15, 18.30 e 21.30 horas

HOLOCAUSTO 2000

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 horas
Não acons. men. 18 anos
Galardoado com 7 Óscares
PROVIDENCE
A obra-prima de Alain Renais com Dirk Bogard e Ellen Burstyn

6.ª Semana

NOVOCINE 840678

Av. General Roçadas, 7

Hoje às 15.15 e 21.15
O mais explosivo e alegre «western»
HERÓIS DO OESTE
Com Vassili Karis e GraigHill
N. ac. m. 13 a.

ODEON 326283/4

R. Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15, 21.30
Não acons. men. 13 anos
A DEUSA DO AMOR
ATENÇÃO: O filme é projectado no início da sessão

PATHÉ 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30 horas
Int. men. 18 anos
As aventuras da jovem Jones
LADY CHATTERLEY
Contem cenas eventualmente chocantes
2.ª semana

POLITEAMA 326305

R. Portas de St.º Antão

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30 h
Não acons. men. 13 anos
Estreia
UM EXORCISTA DA CORDA
Com Cicio Ingrassia, um mago muito especial...

QUARTETO 771378

R. Flores do Lima, 16

SALA 1 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Não acons. men. 13 anos
ALTA ANSIEDADE

SALA 2 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Int. men. 13 anos
UMA CANTA A OUTRA NÃO
Realiz.: Agnés Varda

SALA 3 — Às 15, 17, 19, 21 e 23.30
Int. men. 13 anos
ISABEL E O DESEJO
Realiz. Jean P. Berckmans

SALA 4 — 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30
Não acons. men. 18 anos
O EXPRESSO DA MEIA-NOITE

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém

Às 21.30
OS ONZE IMPLACÁVEIS
MENINOS DO CORO
com: Charles Durning, Louis Gossett

N. ac. m. 18a.

ROMA 887778

Av. de Roma, Lote 186

As 15.30, 18.30 e 21.30 h
A ARMA DA JUSTIÇA
Quando a arma do crime é manejada pela Justiça
Com Yves Montand, Simone Signoret
Realiz.: Alain Corneau
Int. men. 13 anos
3.ª semana

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 70

14.15, 16.30, 18.45, 21.45
Int. men. 18 anos
MANDINGO II
A Revolta dos Escravos do Sul
Um filme de Ralph B. Serpe / Technicolor
3.ª semana

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 7

Às 15.15, 18.30 e 21.30 horas
Não acons. men. 13 anos
Burt Lancaster num filme de Ted Post
AVISEM OS ESPARTANOS

2.ª semana

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
15, 17, 19 e 21.30
2.ª semana
Int. men. 18 anos
Um filme de Jess Franco
VÉNUS
EM CASACO DE PELES
Com James Darren, Barbara McNair, Maria Rohm, Klaus Kinsky

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.45
N. ac. men. 18 a.
Um filme de Billy Wilder
O SEGREDO DE FEDORA
Com William Holden, Martine Keller e Henry Fonda
4.ª semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
11.00, 13.00, 15.00, 17.00, 19.00
21.30 e 23.30
O TOQUE DA MEDUSA
Um filme de Jack Gold — Medusa Touch

Não acon. men. 13 anos

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
14, 16.30, 19 e 21.30
Int. men. 13 anos — Colorido
John Travolta, Karen Lynn Gorney em
SATURDAY NIGHT FEVER
Febre de sábado à noite
Música original escrita e interpretada por Bee Gees
4.ª semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

14.15, 16.30, 19.00, 21.45 h

Não acons. men. 13 anos
SOU TÍMIDO,
MAS ANDO A TRATAR-ME
Pierre Richard, Aldo Maccione

PALÁCIO FOZ 367031

P. Restauradores

Semana do Moderno Cinema Alemão
MOVIMENTO ERRADO
Realização de Wim Wenders
N. ac. m. 18 a.
Às 15.15 e 21.15
ALICE NAS CIDADES
Realização de Wim Wenders
N. ac. m. 18 a.
Às 18.15
Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural com a colaboração do Instituto Alemão em Lisboa

cinemas de reposição

Lisboa

A.B.C. — «Direita Volver», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
ADÓQUE — «Fardos e Guitarradas», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
CIRCO MARIANO — «Circo», às 21.45 (6 anos)
VARIEDADES — «Felizardo e C.ª Modas e Confecções», às 20.30 e 22.45 (13 anos)
MONUMENTAL — «Um Zero à Esquerda», às 21.45 (13 anos)
MARIA VITÓRIA — «E Tudo São Bento Levou», às 20.30 e 22.45 (13 anos)
CAPITÓLIO — «A Batalhado Colchão», às 21.30 (13 anos)
LAURA ALVES — «Meninos Vamos ao Vira», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
TEATRO EXPERIMENTAL D. MARIA II — «Velhos Tempos», às 22.00 (18 anos)
VASCO SANTANA — «O Pecado do Saiote», às 21.30 (13 anos)

OUTROS CINEMAS

Lisboa

PARIS — «Promessa de Amor», às 21.30 (13 anos)
CINEARTE — «A Noite de Terror Rastejante», às 21.30 (18 anos)
JARDIM — «A Rainha da Rua», às 21.15 (18 anos)
PROMOTORA — «A Porta ao Fundo do Corredor», às 21.15 (18 anos)
LUMIAR — «A Violência do Leopardo», às 21.30 (18 anos)
ROYAL — «O Sexo na Suécia», às 21.30 (18 anos)
MOSCAVIDE — «Jovens Leões — Baile Malditos» às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS — Stadium — «A Última Sessão», às 21.30 (18 anos)
PAÇO DE ARCOS — Chaplin — «Cem Maneiras de Amar», às 21.15 (18 anos)
OEIRAS — Oeiras-Cine — «O Caminho da Verdade», às 21.15 (13 anos)
PAREDE — Royal-Cine — «Breve Encontro», às 21.15 (13 anos)
ESTORIL — Casino — «A Herdeira», às 17.00 e 21.15 (18 anos)
ESTORIL — Paládio — «As Aventuras do Irmão Mais Esperto de Sherlock Holmes», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS — Oxford — «A Senhora Foi Violada», às 21.30 (18 anos)

Linha de Sintra

AMADORA — Cinestúdio — «Mas que Grande Vigarista», às 21.30 (13 anos)
MEM MARTINS — Cine Chaby — «Zorro na Corte de Espanha», às 21.30 (6 anos)

Outra Banda

ALMADA — Incrível — «Um Casal Jovem», às 21.15 (18 anos)
ALMADA — Academia — «O Vale da Paixão», às 21.15 (13 anos)
SACAVÉM — S. José — «Al Capone», às 21.30 (18 anos)
ALHANDRA — Salvador Marques — «Noivos Sangrentos», às 21.30 (18 anos)

Porto

ESTÚDIO 400 — «Margarida e o Mestre», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE — «O Expresso da Meia-Noite», às 21.30 (18 anos)

OLÍMPIA — «Coisa Fina», às 21.30 (18 anos)
ESTÚDIO — «Quando Morre a Lenda», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO — «Introduções», às 21.45 (18 anos)
CARLOS ALBERTO — «Cães de Palha», às 21.30 (18 anos)
CHARLOT — «Madame Claude», às 21.30 (18 anos)
ÁGUIA — «Mandingo II», às 21.30 (18 anos)
BATALHA — «Hooper», às 21.30 (13 anos)
SALA BEBE — «Guerrilheiros do Império», às 21.30 (18 anos)
CHAPLIN — «Três Mulheres», às 21.30 (13 anos)
COLISEU — «O Cão», às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL — «Outro Homem Para Outra Mulher», às 21.30 (13 anos)
S. JOÃO — «O Cavaleiro Solitário», 21.30 (18 anos)
RIVOLI — «O Monte dos Vendavais», às 21.30 (13 anos)
JÚLIO DINIS — «As Descaradas», 21.30 (18 anos)
SÁ DA BANDEIRA — «O Prazer Máximo», às 21.30 (18 anos)

Coimbra

GIL VICENTE — «Teorema», às 21.30 (18 anos)
AVENIDA — «Com Jeitinho Vai Enfermeira», às 21.30 (13 ano)
S. TEOTONIO — «My Fair Lady», às 21.30 (10 anos)
TIVOLI — «Sirvam-se dessas Senhoras», 21.30 (18 anos)

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO RUA CASTILHO 165 1.º TELEFONES 654531/2/3
REDACÇÃO PUBLICIDADE E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO 66 TELEFONES 321154/5 328271/2/3 328229 377301/2 PUBLICIDADE 368749
SERVIÇO NOITE (DEPOIS DAS 21)
PONTEIRO 321154 MENSAGENS GRAVADAS 328229
ENDEREÇO TELEGRÁFICO DIBOA TELEX 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO RUA DO ALMADA 38 2.º TELEFONES 20864/5

A paralisação da Imprensa

Continuação da pág. 1

não assistirão passivamente à ofensiva contra os seus direitos contratuais e à tentativa de limitação da liberdade de expressão».

Finalmente, afirma-se na moção que «deste modo os jornalistas, cuja luta não deixa de se inserir na do conjunto dos trabalhadores da Comunicação Social e de muitos outros sectores de actividade pela melhoria das condições de vida e de trabalho, repudiam a actuação e as propostas das entidades patronais; reafirmam que a dignificação e valorização profissionais são condições necessárias a uma Informação democrática ao serviço dos reais anseios do povo português; e manifestam a sua firme oposição a quaisquer acções patronais ou governamentais que atentem contra o direito ao trabalho ou visem limitar o direito à Informação e a liberdade de expressão, princípios consignados na Lei de Imprensa e na Constituição».

Esta paralisação, que para os vespertinos e para a Radiotelevisão se verificou entre as 9 e as 10 horas, proporcionou as seguintes percentagens: «Diário de Lisboa», 100 por cento de adesões; «Diário Popular», 98,1 por cento; «A Capital», 100 por cento; e «A Luta», maioria, pois houve um jornalista que não paralisou. Na Radiodifusão, por sua vez, registaram-se 100 por cento de adesões, tendo a moção acima transcrita, enviada a todos os órgãos de Comunicação Social, sido aprovada por unanimidade. No noticiário das 10 horas, a Radiodifusão fez-se eco desta atitude, informando ainda que houve dois votos de confiança aprovados, relativos à Direcção Sindical e à Comissão Negociadora Sindical.

No vespertino «Jornal Novo», segundo informações da Redacção, «houve alguns jornalistas que paralisaram».

Na RTP, os jornalistas, não abrangidos pelo CCT em discussão, mas movidos por solidariedade, decidiram paralisar entre as 14 e 30 e as 15 e 30 (turno da manhã) e entre as 17 e 30 e 18 e 30 (turno da tarde). Além disso, decidiram ainda que os Telejornais (RTP/1 e RTP/2) dediquem «um espaço à luta dos jornalistas».

O semanário «O Jornal» paralisou à tarde.

(Hoje 32 páginas)

EM CERIMÓNIA ALUSIVA AO 22.º ANIVERSÁRIO DO MPLA

Reclamada ao MNE a explicação dos atrasos no Acordo Portugal-Angola

O embaixador da República Popular de Angola em Lisboa, Adriano Sebastião, foi um dos apoiantes da moção, ontem aprovada por aclamação numa sessão pública organizada pela Associação de Amizade Portugal-Angola, comemorativa do 22.º aniversário da criação do MPLA, e que solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português que «clarifique publicamente» as tramitações legais e outras questões relacionadas com o atraso na efectivação do Acordo de Bissau, assinado por Ramalho Eanes e Agostinho Neto.

A citada moção, que defende ainda a continuação dos esforços e combate no sentido do reforço das relações entre os dois países e povos irmãos, recorda, nos seus considerandos, que o Acordo de Bissau mereceu o apoio claro da opinião pública democrática de Angola e Portugal e denuncia o seu efectivo «congelamento» até ao momento.

Na sala principal da Associação de Amizade, repleta de amigos e figuras portuguesas mais ligadas ao novo Estado africano, usariam ainda da palavra Domingos Lopes e Daniel Matos, da direcção da entidade promotora da sessão.

«A criação do MPLA foi também a criação de mais um aliado firme e seguro do povo português na sua longa e heróica luta contra a ditadura fascista (...) e «significou igualmente a criação de mais um aliado seguro e firme da classe operária dos trabalhadores portugueses na sua luta pela liquidação da exploração do homem pelo homem» – sublinhou, na sua intervenção, Domingos Lopes.

O mesmo orador acentuaria ainda, noutro ponto, que «a defesa dos interesses sagrados do Povo português, a defesa da nossa independência nacional passa pela existência de relações de amizade e cooperação com a República Popular de Angola». Denunciou igualmente as campanhas antiangolanas em órgãos públicos de informação, e condenou o atraso na conclusão prática do Acordo de Bissau.

«Angola – disse, por outro lado Domingos Lopes – é o que é, e é ao seu povo que cabe decidir livre e soberanamente do seu futuro. Portugal é o que é. Cabe a qualquer governo que se constitua cumprir a Lei Fundamental porque deve ser o primeiro a dar o exemplo. Cabe ainda no plano da defesa dos interesses nacionais não ser intermediário de terceiros».

Daniel Matos deu conta, noutro passo da sessão, do conteúdo de telegramas de associações de Amizade, partidos, delegados sindicais, organizações de trabalhadores, figuras públicas portuguesas saudando o 22.º aniversário da criação do MPLA.

A finalizar houve um breve momento cultural tendo a actriz Fernanda Alves recitado poemas de Agostinho Neto, da «Sagrada Esperança».

Torre de Vigia

ANTÓNIO, ANTÓNIO!...

«...Verificou-se que a economia portuguesa não tinha suficientes bases internas, seja de produção, seja de mercado, para se poder integrar de modo independente num espaço internacional orgânico.»

...«Devemos estar conscientes de que os mais interessados no alarmismo económico são os inimigos da democracia e de medidas socializantes».

António Barreto em Setembro de 1974.

O MAIOR

No congresso do CDS aconteceram dois factos significativos. Freitas do Amaral foi proclamado«omaior», por cognome «o chefe». Estas decisões, embora não brilhem pela originalidade, foram muito apreciadas pelos assistentes, embora possam aborrecer a concorência ...

«COMPETÊNCIAS»

A intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros ontem na Assembleia foi um dos momentos de raro humor do debate do programa Mota Pinto. Inseguro, contraditório, fugindo às perguntas e baralhando as respostas, Freitas Cruz deu «espectáculo» significativo da alegada «competência» deste Governo. Uma das frases mais gozadas e que fez rir Vital Moreira, Soares, e sorrir Sá Carneiro e franzir o sobrolho a Amaro da Costa, era do seguinte teor: «este Governo defenderá sempre os interesses portugueses no Conselho de Segurança da ONU».

UMA QUESTÃO DE FÍSICO

Entrevistado, em Viseu, por um jornalista nortenho, o almirante Pinheiro de Azevedo afirmou: «O que me parece, sem exagerar, é que devo dobrar o número de votos estando em condições físicas ideais, de forma a que possa fazer uma campanha decidida e corajosa em todo o País...».

O sucesso da candidatura à Presidência depende da boa forma física, na opinião do almirante Pinheiro de Azevedo.

A ver vamos.

Neto evoca 'independência'

Continuação da pág. 1

dem e procuram interpor-se entre os seus dirigentes.

Esta reafirmação pública da independência do «MPLA» e do país – palavras que foram repetidas dez vezes na declaração presidencial – interveio no dia seguinte às decisões do Comité Central que culminaram com a destituição do primeiro-ministro.

Falando por ocasião do 22.º aniversário do MPLA e do primeiro da fundação do partido, o dr. Neto, tendo ao seu lado Lúcio Lara, secretário da organização, José Eduardo dos Santos, primeiro vice-primeiro-ministro, Iko Carreira, ministro da Defesa, e Pascoal Luvualu, membro efectivo do «bureau» político desde a véspera, consagragou a sua alocução aos problemas internos, explicando as decisões tomadas.

«É preciso a todo o momento defender a independência do partido para que este partido independente possa contribuir para a independência real do país. Se o partido não é independente, o país também não será «independente», disse designadamente o chefe do Estado.

«O CC não permite em momento algum que alguém nos divida, se entreponha entre nós, membros dirigentes do MPLA, ou entre nós, e o povo. É uma das condições para mantermos a nossa independência», acrescentou, sem porém precisar de que forças se podia tratar.

Passando às supressões decididas pelo CC dos cargos de primeiro-ministro, e de vice-primeiro ministros, o chefe do Estado disse que a estrutura governamental era «demasiado complicada e demasiado pesada»: «havia o chefe do Governo e depois um dos seus colaboradores, e depois três colaboradores desse colaborador, e uma grande quantidade de directores nacionais, situação que fazia com que um papel que devia chegar no mesmo dia levava três ou quatro semanas (...) agora o chefe do Estado poderá contactar directamente os ministros a todos os níveis sem precisar de intermediários».

Na mesma busca dum aligeiramento das estruturas, Agostinho Neto anunciou qe o número de funcionários ministeriais ia diminuir e que alguns seriam distribuídos pelas 17 províncias do país.

A criação de novos departamentos deriva também da mesma preocupação de adaptação às situações novas, acrescentou.

As primeiras aplicações das decisões da reunião extraordinária do CC entraram em vigor logo no domingo. Assim o director do «Jornal de Angola», Costa Andrade «Ndunduma», e o director da Televisão, Orlando Ferreira Rodrigues, foram destituídos das suas funções.

Por decreto, são substituídos provisoriamente no jornal, pelo director da agência «Angola Presse», Aníbal João de Melo, que acumulara as duas funções, e na TV, por Eugénio dos Anjos Rómulo Francisco. Um outro decreto acabou com certas emissões da rádio e com a secção do «Correio dos Leitores» do único diário angolano.

Durante o comício presidido em Luanda pelo dr. Agostinho Neto, Lúcio Lara entregou ao chefe de Estado a carta «número um» de membro do Partido do Trabalho.

Antes da alocução presidencial, Sam Nujoma presidente da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) e Joshua N'Komo, co-presidente da Frente Patriótica, tinham discursado na qualidade de convidados para evocar as lutas de libertação na Namíbia e na Rodésia.

Nas outras capitais provinciais, reuniões semelhantes assinalaram o duplo aniversário. A emissora oficial angolana anunciou que em Huambo (ex-Nova Lisboa), membros da «Unita» (União Nacional para a Independência Total de Angola), de Savimbi, capturados foram apresentados ao povo e que a mesma cena se desenrolou em Cabinda com partidários da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda).

EMPREENDIMENTO DO ALQUEVA

Governo não assumirá mais compromissos até Dezembro de 1979

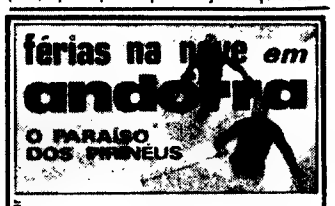
Um despacho normativo dos Ministérios das Finanças e do Plano, Agricultura e Pescas, da Indústria e Tecnologia, e da Habitação e Obras Públicas hoje inserto na folha oficial desautoriza a assunção de quaisquer outros compromissos relacionados com a realização de despesas de investimento imputáveis ao Empreendimento do Alqueva até final do próximo ano, para além dos já acordados e assumidos. Determina ainda o diploma em questão que, através do Ministério do Plano seja feito o lançamento dos estudos indispensáveis à adopção de uma decisão definitiva, que deverá ter lugar até 30 de Setembro de 1979.

O referido despacho normativo manda também proceder aos estudos convenientes à realização dos vários aspectos do projecto através dos departamentos ou empresas públicas tuteladas, de harmonia com as orientações que lhes sejam superiormente fornecidas, determinando que tais estudos deverão conter uma primeira fase, a apresentar até 31 do corrente, no qual se identifiquem as questões fundamentais a esclarecer e as áreas de estudo a aprofundar. Estipula também que o orçamento do Gabinete Coordenador do Alqueva seja dotado com fundos indispensáveis ao pagamento dos estudos que o MFP entenda dever contratar.

Como razões de fundo para as medidas agora tomadas o despacho normativo em apreço refere no seu preâmbulo que, de recentes estudos elaborados pela EDP resulta a necessidade de reanalisar, com critério actual, a quota-parte do custo da barragem do Alqueva correspondente à valia eléctrica. De igual forma, recente estudo sobre a valia agrícola permite atirmar – sublinha o diploma – que, qualquer que seja a quota-parte do custo da barragem afecta à agricultura, o sistema de rega conduzirá provavelmente a custos de água muito elevados. Também a revisão geral do empreendimento de Sines envolvendo alterações significativas no calendário do lançamento de alguns projectos anteriormente considerados, ou mesmo o seu eventual cancelamento ou adiamento, justifica o redivensionamento da contribuição e do empreendimento do Alqueva para abastecimento de água a Sines.

Por todas estas razões, o diploma, num dos seus últimos pressupostos, chama a atenção para o facto de o ritmo de dispêndios inicialmente previsto para o Alqueva seja condicionado à sua rigorosa avaliação económica e social e à mobilização dos recursos financeiros indispensáveis ao seu lançamento em moldes definitivos e ajustados.

TEM FALTA DE ESPAÇO EM SUA CASA?
Nós podemos resolver-lhe este problema, pois temos oficinas próprias para a execução de móveis por desenhos de todas as medidas
REQUINTE — MÓVEIS E ESTOFOS
AVENIDA ALMIRANTE REIS, 110 ● TELEF 82 28 91
(Defronte da Cervejaria Portugália)



PARTIDAS SEMANAIS em avião de Dezembro a Abril
ou
SÓ ESTADIAS se for de carro
bons hotéis – pensão completa
lições de esqui
preços desde 9.135$
peça-nos já o seu programa:
Europia
A PRINCIPAL AGÊNCIA DE VIAGENS POR TODA A EUROPA
Av. da Liberdade 233 – LISBOA • Tel 536121
Rua Rosa Araújo 19 – LISBOA • Tel 561141
Av. Tomaz Cabreira – Vivenda Sant'Ana
Praia da Rocha – ALGARVE • Tel 23377
membro WATA em Portugal

VENHA RECEBER AS SUAS "BROAS"
Se é cliente habitual já tem conhecimento de que estamos a oferecer (calças, camisas, etc.). Se não é, venha saber do que se trata. Há «BROAS» para si.
ROSSIO 85 – TELEF. 365018
TOP. ROSS

EXCLUSIVO

SUPLEMENTO
Síntese
da vida
internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 50/78
Terça-feira, 12 de Dezembro de 1978

Guiana: A atrocidade nua e crua

Líbano: Antecedentes e realidades da crise

Japão: A ajuda tecnológica à China

Economia: O petróleo e o dólar - 2

ANGOLA
Cuba e África do Sul

Nos últimos tempos, têm surgido com frequência crescente na Imprensa internacional notícias acerca de um agravamento da situação no sul da África. Em todas elas figuram os nomes de Angola, Cuba e República da África do Sul, tal como em fins de 1975, quando o mundo inteiro assistiu à heróica resistência oposta aos agressores sul-africanos por uma Angola que acabava de nascer.

Segundo as notícias provenientes dessa região, cerca de 50 mil soldados da África do Sul encontram-se na Namíbia, equipados com autometralhadoras, tanques e aviões. A República Popular de Angola prepara-se para enfrentar devidamente uma eventual agressão. Por decisão do Presidente da RPA, Agostinho Neto, em todas as regiões do país ameaçadas de invasão, vigora o estado de emergência e o recolher obrigatório. As forças militares angolanas estacionadas junto às fronteiras da Namíbia estão em estado de prevenção rigorosa.

O povo de Angola independente, que já conhece uma nova vida livre, está completamente decidido a defender a sua soberania, conquistada a tanto custo. Angola já o demonstrou durante a primeira agressão sul-africana, e prepara-se para o demonstrar de novo, agora que dispõe de forças armadas fortalecidas ao longo destes dois últimos anos e da ajuda dos seus verdadeiros amigos estrangeiros. Cuba não faz nenhum segredo do apoio que presta ao Governo da RPA no fortalecimento da capacidade defensiva do país, a fim de este poder repelir uma invasão dos racistas sul-africanos. Isto foi afirmado directamente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cuba, numa conferência de Imprensa em Dar-es--Salam. Malmierca frisou que se as fronteiras de Angola forem violadas e o país for vítima de uma agressão, os cubanos lutarão ao lado do povo angolano.

A história da jovem Angola já mostrou com toda a evidência que esta posição de Cuba não é motivada por interesses egoístas. «Nós nunca estivemos nem estaremos em África em busca de possibilidades de investimento de capitais» – disse Fidel Castro numa entrevista à revista norte-americana «Penthouse» – «Nós viemos a África para ajudar países africanos a afirmar o seu direito à independência. Não enviamos apenas soldados a África, mas também médicos, engenheiros, professores e trabalhadores da construção».

Quanto às razões por que o regime sul-africano envia soldados a Angola, elas são conhecidas, e não só pelas descrições dos sobreviventes das barbaridades cometidas contra as populações das zonas assoladas pela coluna blindada sul-africana que invadiu Angola no Outono de 1975. Como se sabe, essa invasão foi preparada com o auxílio dos protectores europeus e norte-americanos dos racistas. Basta dizer, para compreender quel é a origem dos interesses que fazem fervilhar de novo os agressores, que as potências ocidentais têm, na RSA, investimentos da ordem dos 20 biliões de dólares.

O exército sul-africano actua em África como um «braço armado» dos grandes círculos monopolistas do Ocidente. Mas este «braço» já foi repelido por uma Angola independente, que sabe perfeitamente por que e contra que luta. Seria bom que as lições recebidas tivessem um efeito desembriagador sobre os racistas da República da África do Sul e os fizesse pensar bem, antes de se lançarem numa nova aventura. ●

O NORDESTE BRASILEIRO

Vinte anos de planos e fracassos

■ **Paulo R. Schilling**

□ **Prensa Latina**

Dentro desse «país problemático» que é o Brasil, existe uma zona superproblemática: o Nordeste. Depois de ter sido, enquanto foi colónia e at ´ fins do século passado, a área de maior desenvolvimento relativo, a região nordeste foi marginalizada nas últimas décadas.

Com a criação, há 20 anos, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) tentou ultrapassar-se o estado de subdesenvolvimento e colocar a região ao nível nacional.

No entanto, o atraso mantém-se e o abismo existente entre o Nordeste e o resto do país continua a acentuar-se, o que constitui um perigo para a unidade nacional.

Um documento denominado «Estrutura da Mortalidade», divulgado recentemente pelo organismo de desenvolvimento regional, reflecte a trágica situação da vida das populações do Nordeste e analisa as suas causas fundamentais: a concentração do rendimento, o sistema latifundiário e a acelerada urbanização, sem um desenvolvimento equivalente da economia das cidades.

Os dados recolhidos referem-se ao período entre 1970/1975, altura em que se encontrava no auge o tão falado «milagre económico brasileiro». Enquanto nesse período se verificou um crescimento de 63% a nível nacional, a economia do Nordeste evoluiu somente 43%.

As taxas de mortalidade infantil registadas na região são o dobro das verificadas no resto do país. Inclusive em cidades da província (onde se concentra a assistência social), os índices são altíssimos: Recife 119 por mil. João Pessoa 130 por mil e Maceio 168 por mil.

Essa situação é directamente originada pelo sistema de distribuição do rendimento da região. Dados relativos a 1972 revelam que 78,2% da população trabalhadora activa tinham um rendimento igual ou inferior ao salário mínimo regional e que 52,8% tinham uma remuneração de metade do salário mínimo.

Se se tiver em conta que o salário mínimo foi sempre considerado no Brasil como «o mínimo indispensável para sobreviver», pode-se imaginar a situação das pessoas que estão condenadas a viver com metade daquele valor.

Segundo uma pesquisa da SUDENE, em 1976, no Recife (capital

▶ 2

A desnutrição atinge mais de 60% da população infantil do nordeste brasileiro

20 ANOS DE PLANOS E FRACASSOS

1 ▶

do estado de Pernambuco com 1,5 milhões de habitantes) 80% da população não tinha o rendimento necessário para adquirir os alimentos essenciais.

Nos estados de Pernambuco e Alagoas a desnutrição entre as crianças até aos cinco anos varia entre 57 e 78%. Isso significa – segundo informa a SUDENE – que a causa directa da mortalidade infantil (uma de cada duas crianças nascidas no Nordeste não passa da primeira infância) é a fome.

São igualmente consideráveis as causas indirectas: a falta dos mais elementares serviços de sanidade pública, como água corrente e a rede de esgotos.

A SUDENE afirma que só 811 das 2580 localidades do Nordeste têm água corrente. Inclusive nas capitais dos estados 35% das habitações não têm água canalizada. No que respeita a rede de esgotos, a situação é ainda muito pior: em 1975 só 4%da população regional a tinha instalada.

Na Baía e Piaui a percentagem é de 0,4 e 0,8%respectivamente.

Por isso as doenças infecto-contagiosas são responsáveis por 34,5% das mortes.

Em contraste com esta situação, 32,1% dos médicos existentes no país (72.351 segundo dados de 1975) estão concentrados no Rio de Janeiro, estado onde vive 9,7% da população nacional. No Nordeste, onde habitam 30% dos brasileiros, só há 10,5% do número de médicos total.

Isto é, os «Cariocas» dispõem de um nível de assistência médico-sanitária dez vezes superior ao da população do Nordeste.

Por outro lado, o nível alimentar dos brasileiros é mau: não atinge na média as 2.500 calorias «per capita» por dia e no Nordeste o nível baixa para 1.500. O consumo de proteínas é muito reduzido, e sómente um terço é de origem animal, indíces que revelam um estado de fome endémico.

O analfabetismo constitui um grave problema social no Brasil e atinge níveis aterradores no Nordeste. Oíndice de analfabetos é de 55% entre a população adulta urbana e 70% entre a população rural.

Os últimos dados conhecidos revelam que em 1975 existiam 3 milhões 171 mil e 617 crianças entre os 7 e 14 anos no Nordeste (ou seja78% do total) que não conseguiam matrícula nas escolas. Isto é, três de cada quatro crianças do Nordeste da «geração do milagre» estão condenadas ao analfabetismo total.

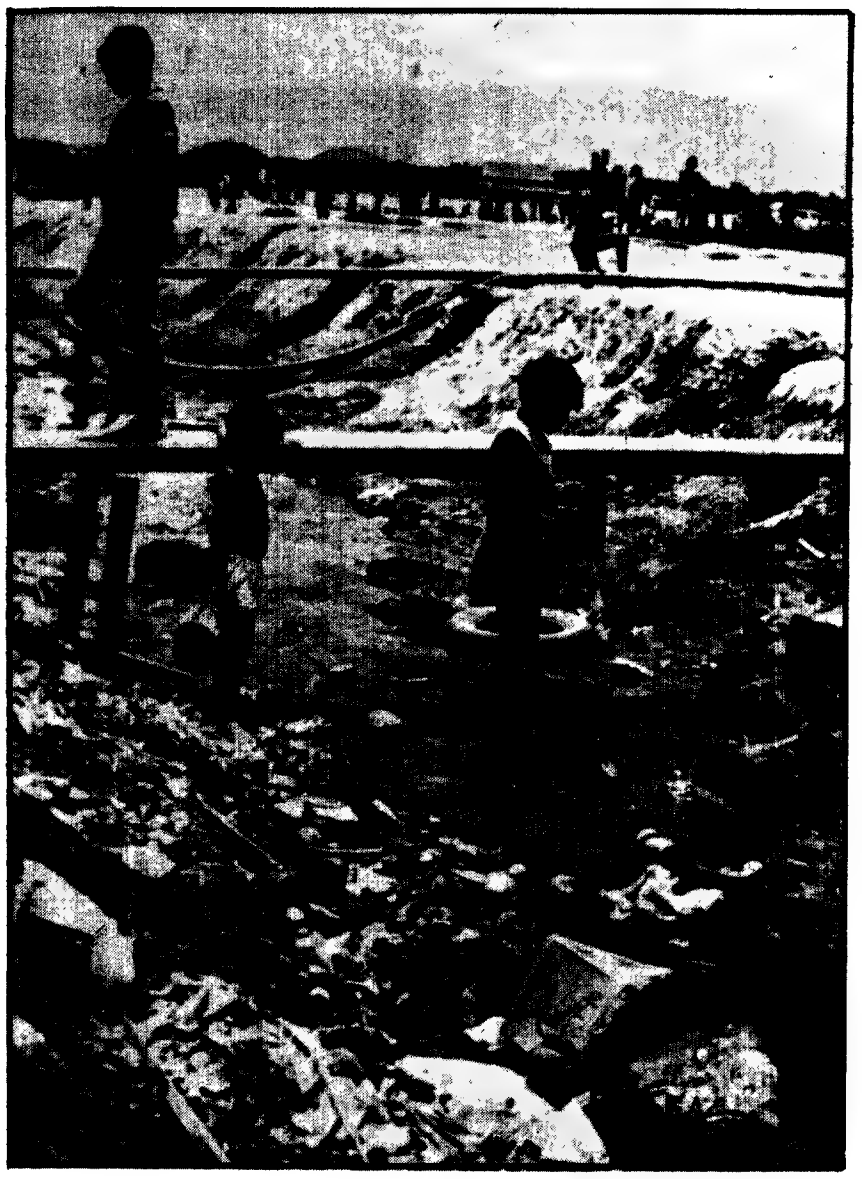
Esta situação mantém-se e agudiza-se, apesar de o Nordeste ser um grande exportador de mão-de-obra barata para outras regiões do país.

A população do Nordeste está condenada a ser «o lumpen» no Centro-Sul do país.

Apesar da intensa corrente migratória interna, o homem do nordeste é cada vez mais um «excedente» na sua região. Em virtude das relações de trabalho existentes no campo e do pequeno desenvolvimento da economia urbana, o desemprego e o subemprego são cada vez maiores.

Os 2 milhões e 230 mil famílias sem terras, de pequenos e médios agricultores e de assalariados agrícolas existentes na região, que representam uma força de trabalho de, em média, 3 indivíduos por família (quase sete milhões de trabalhadores potenciais) estão condenados ao desemprego total ou parcial.

A situação tende a agravar-se cada vez mais. Segundo previsão feita pela SUDENE, em 1985 a oferta de emprego rural atingirá aproximadamente os 5 milhões de lugares e a mão-de-obra disponível deverá situar-se, nessa altura, nos 11 milhões, o que significará um desemprego de aproximadamente seis milhões de trabalhadores. Isto numa região onde 50% da área de terras aráveis é ocupada por propriedades de mais de 500 hectares cada, na sua maior parte por cultivar. Assim vivem, sobrevivem, vegetam e morrem 33 milhões de brasileiros que habitam a região do Nordeste. ●



A falta de água corrente e outros serviços públicos são causas importantes que contribuem para a alta percentagem de mortalidade infantil na região do nordeste

2

O Petróleo e o dólar

A quadruplicação dos preços do petróleo, praticada pelos países árabes produtores (Outubro de 1973), afectou principalmente os concorrentes dos Estados Unidos. Se estes, em 1973, importaram perto dum terço (e hoje 41 por cento) das suas necessidades em petróleo, o Japão, esse depende inteiramente das importações e quanto ao Mercado Comum, cobre apenas dois por cento das suas necessidades com a extracção local. As pesadas facturas do petróleo provocaram buracos enormes nas balanças de pagamentos dos países europeus ocidentais e do Japão. À abundância do dólar sucedeu-se a penúria, no momento em que os «eurodólares», não garantidos pelos valores reais, assentaram sobre um terreno sólido de mercadorias.

Assim, enquanto a propaganda gritava contra a «inconsciência da OPEP», no Texas contavam-se os lucros. A alta de preços fez duplicar os lucros dos reis do petróleo. Ora, em 1973, as operações estrangeiras asseguraram, por exemplo, à «Exxon», 52 por cento dos lucros e 51 por cento à «Mobil Oil».

Como então não partilhar a opinião do «Washington Post» segundo o qual, «os elevados preços do petróleo aproveitam aos Estados Unidos», se se entender por isso os reis do petróleo do Texas? E, além desses, os banqueiros de Wall Street, a quem a crise do petróleo permitiu realizar uma operação financeira duma amplitude nunca vista nos anais do capitalismo? Trata-se da «reciclagem dos petrodólares», efectuadas pelas filiais europeias ocidentais dos grandes bancos americanos.

Os milhares de milhões dos países árabes da OPEP inundaram o mercado de «eurodólares». Os depositários recebiam lucros pelo capital investido e os banqueiros, comissões.

Os bancos passaram então a conceder novos créditos garantidos pelos dólares reciclados. Como se depreende do quadro exposto, entre 1973 e 1977, duplicou o volume dos depósitos em «eurodólares», ao mesmo tempo que, segundo o banco «Morgan Guaranty Trust», os créditos avançados com esta cobertura atingiram a soma de 610 mil milhões de dólares.

Assim, 71 mil milhões de petrodólares foram diluidos, em alguns anos, pelos meios financeiros, dos quais uma parte considerável é capital fictício, não ligado à produção material nem ao comércio. O lento relançamento da economia capitalista depois da crise de 1974-75 não suscitou aumento de investimentos nem tão-pouco do comércio internacional. Nestes últimos anos, lamenta-se o «International Herald Tribune», apenas se constata um desenvolvimento económico real nos países da Europa do Leste e nos Estados em vias de desenvolvimento.

Os industriais, tais como os países ricos da OPEP, começaram a converter os seus capitais disponíveis em ordens de pagamento, emitidas pelo Governo para cobrir o défice devido ao petróleo. Estas operações tornaram-se um verdadeiro achado para os banqueiros. No ano passado, a parte dos lucros realizados em operações no estrangeiro foi de 78 por cento para o «Chase Manhattan Bank», de 72 por cento para o «Citybank» e 53 por cento para o «Morgan Guaranty Trust». As operações financeiras no estrangeiro fornecem igualmente mais de metade dos rendimentos de outros bancos de Wall Street.

No início de 1978, os créditos concedidos pelos bancos americanos aos devedores estrangeiros subiam a 164 mil milhões de dólares, dos quais 68 mil milhões correspondiam à dívida de dez grandes países capitalistas. O próprio Governo americano está crivado de dívidas: as ordens de pagamento do Estado pelo montante de 79,7 mil milhões de dólares pertencem a estrangeiros.

A hegemonia do dólar não destruiu apenas o sistema de Bretton Woods dos cursos monetários fixos, como depôs nas mãos dos bancos de Wall Street o mecanismo de pagamentos entre Estados. Comparem-se alguns dados. O total dos créditos obtidos pelos países capitalistas no mercado dos «eurodólares» cifrou-se, em 1975, em 40 mil milhões, e, em 1976, em 58 mil milhões. O Fundo Monetário Internacional (FMI) concedeu, em 1975, 5,6 mil milhões de dólares em créditos e, em 1976, sete mil milhões. As instituições financeiras da CEE, em 1976, apenas puderam creditar os «Nove» em 1,3 mil milhões de dólares.

Perante a subida das dívidas, Wall Street alarmou-se. No início de 1977, apareceu o «Plano Witteveen», baptizado com o nome do director do FMI da época. Este sugeriu que se fizesse uma colecta para recolher 20 mil milhões de dólares, tentando constituir um fundo de garantia. Este fundo asseguraria o pagamento dos juros sobre os empréstimos e a amortização parcial das dívidas.

Conseguiu-se reunir apenas 10 mil milhões. Para os banqueiros americanos, escrevia em Janeiro a «Business Week», isto era «demasiado pouco para se considerar como algo mais que uma primeira prestação... No decurso dos próximos três anos, juntamente com outros credores privaddos, eles avaliam o volume dos empréstimos adicionais, necessários à reciclagem, em 170 mil milhões de dólares». Como se vê, o mercado dos «eurodólares» continua a saturar-se.

Os financeiros europeus e japoneses dão-se conta dos perigos desta situação. Criticam Washington por tentar sair das dificuldades à custa de outrem (1), sem primeiro «arrumar a própria casa». Resquícios da crise do petróleo, fala-se novamente no Mercado Comum da «União Económica e Monetária». A rivalidade entre as oligarquias financeiras e industriais pesa sobre as conferências dos ministros e tesoureiros, que se esforçam por conciliar o inconciliável.

---

(1) Contrariamente aos EUA, o défice do Mercado Comum e do Japão, devido ao petróleo, foi reabsorvido nestes últimos três anos. No conjunto, de 1973 a 1977, os Estados Unidos importaram mais de 20 mil milhões de dólares de petróleo do que forneceram em mercadorias aos países da OPEP. Na CEE, essa diferença foi apenas de cinco mil milhões e, no Japão, de seis mil milhões de dólares.

A TRAGÉDIA NA GUIANA

■ **V. Soldatop**

□ **Novosti**

NOVA IORQUE – Pouco a pouco, vão surgindo novos pormenores dos trágicos acontecimentos ocorridos na Guiana, em Johnstown, a povoação da seita religiosa «O Templo do Povo».

A Johnstown, cujo acesso só é possível por via aérea ou marítima, chegaram há dias dois aviões com cerca de dez pessoas a bordo, dirigidas pelo congressista Leo Ryan. O seu objectivo era auxiliar alguns habitantes da povoação que, através de parentes ou conhecidos, se queixavam há muito de serem maltratados e impedidos de deixar o território da comunidade. Mas quando, no campo de aviação, Ryan se preparava para levantar voo de regresso, levando consigo vários fugitivos da povoação, foi morto a tiro, juntamente com três repórteres e um dos fugitivos.

Mas o pior veio depois. Alarmado pela inevitabilidade de uma investigação do assassínio do grupo de norte-americanos, possuído pelos seus pensamentos dementes, o chefe da seita, o «pregador» Jim Jones ordenou a todos os habitantes da povoação que se reunissem junto ao «altar». Depois de ter feito uma breve prédica, ele declarou que tinha chegado a hora de abandonar este mundo, para «se encontrarem com o outro mundo». Alguns tentaram protestar. O médico local Lorence Schacht começou a distribuir uma mistura, preparada por ele, de laranjanda «Kool Aid» e cianeto de potásio. A bebida foi dada primeiro às crianças, depois aos jovens e, por fim, aos adultos. Os que se recusaram foram obrigados a tomar a bebida à força. O «pregador» Jones e dois dos seus acólitos suicidaram-se ou foram mortos a tiro.

A seita do «Templo do Povo» pouco se distingue de outros grupos religiosos espalhados pelos EUA. Uma das sobreviventes, que estava há vários anos na seita, disse que nela se falava muito de cordialidade e hospitalidade nas relações entre as pessoas.

Ela fora também atraída pelo facto de Jim Jones se declarar inimigo da discriminação racial. Na seita havia pessoas de várias nacionalidades. Lembrando os motivos que os levaram à seita, vários sobreviventes disseram que nela tinham buscado um refúgio das «vilências e ódios que tinham sofrido na vida». Outros procuravam a «igualdade, queriam fugir à opressão da América contemporânea».

A aproximadamente duzentos quilómetros da capital da Guiana, Georgetown, os membros da seita fundaram a povoação de Johnstown, assim baptizada em honra do seu chefe «divino». Agora, quando muitos se perguntam por que razão se autorizou a seita a fundar uma povoação no território da Guiana, o seu Governo publicou o extracto de uma carta que Jim Jones lhe apresentara a título de recomendação.

«Conhecendo a sua dedicação e o seu carácter apaixonado, os seus princípios humanistas e o seu interesse pela defesa das liberdades individuais – escrevia ao chefe da seita o ministro da Saúde, da Instrução e da Segurança Social dos EUA, John Califano – pode-se dizer que deu uma destacadíssima contribuição à luta pelo respeito da dignidade humana».

Também o senador do Estado de Washington, G. Jackson, escreveu aproximadamente o mesmo, ao caracterizar o «divino» Jones: «Saúdo também a magnífica actividade da sua Igreja e as muitas iniciativas que a sua congregação empreendeu» e também o vice-presidente Mondale foi atraído pela «ampla participação da congregação nas principais questões sociais e constitucionais da vida do nosso país».

Mas o que é que representava, na ralidade a comunidade religiosa do «pregador» Jim Jones?

Em Junho deste ano, Debora Blaik, que durante muito tempo foi a principal ajudante de Jones e que fugiu depois da povoação, prestou sob juramento uma declaração por escrito ao advogado que a representou em tribunal. Segundo as suas palavras, Jim Jones anunciara-se a si próprio como um novo Jesus Cristo. Dizia que possuia a faculdade de curar os doentes e que podia ler os pensamentos alheios. Toda a vida da comunidade era dirigida pelos pensamentos dementes daquele homem que inventava refinados castigos físicos para os «pecadores», que chegavam até ao sadismo. «Aproximaram um microfone do rosto de uma criança que estava a ser espancada – contou um membro da seita – e os pais ouviram os gritos de dor da criança e as risadas de satisfação de Jim Jones».

O horário de trabalho nos campos da «comuna» era de 11 horas por dia. A alimentação dos habitantes era extremamente pobre. Um ovo por dia era considerado um grande luxo, e só os que estavam gravemente doentes tinham o direito a ele. O «pregador» Jones vivia de modo diferente. O seu frigorífico pessoal abarrotava de alimentos. Comia sempre só.

Alguns jornais da Califórnia receberam queixas contra o chefe da seita e, por vezes, pedidos de ajuda, mas recusaram sempre a sua publicação. As queixas chegaram até Leo Ryan, congressista de um dos círculos do Estado da Califórnia. Durante dois anos, segundo afirmou um dos seus ex-colaboradores, ele reuniu um dossier sobre as actividades da seita do «Templo do Povo». Nas cartas recebidas contava-se que os habitantes da povoação viviam c pessoal abarrotava de alimentos. Comia sempre só.

Alguns jornais da Califórnia receberam queixas contra o chefe da seita e, por vezes, pedidos de ajuda, mas recusaram sempre a sua publicação. As queixas chstados Unidos, de numerosas seitas místico-religiosas que especulam com os preceitos do cristianismo constitui um claro testemunho do vácuo ideológico e espiritual em que decorre a vida do americano comum. E não é nada de admirar que numa sociedade de desigualdade e egoismo, pessoas desesperadas e em busca de ideais se tornem objecto de lucro de aventureiros do tipo do «pregador» Jones.

É por isso, precisamente, que durante tanto tempo pôde existir essa comunidade, onde o rebaixamento da dignidade humana e o trabalho escravo eram uma norma, na realidade. Só não se compreende uma coisa: que sentido deram à expressão «luta pelas liberdades individuais» aqueles que enalteceram a actividade da seita e do seu chefe? ●

ATROCIDADE NUA E CRUA

■ **Yves Pelicier**

□ **Le Monde**

O que se passou em Jonestown ultrapassa todas as marcas. Quanto a certos factos, não é possível adoptar uma posição friamente analítica: o horror, a piedade, a indignação antecedem a interrogação. No entanto, andamos todos mais ou menos envolvidos nas notícias de crueldade e intolerância que nos chegam dia a dia de vários pontos do mundo. Ora, desta vez, a atrocidade é nua e crua: não tem o alibi das guerras ou das lutas civis. As vítimas são crianças de tenra idade e adultos, pelo menos tão desarmados como elas, porque tinham fugido da solidão, da velhice, da droga, da cor da pele ou dos tormentos pessoais. Tinham-lhes prometido a terra onde tudo seria possível. Por isso eles aceitavam tudo, o trabalho exaustivo, a prisão, o empobrecimento total, as punições, as pauladas, desde que lhes dessem um pouco de amor. Ora o que aconteceu foi que os «suicidaram» (neste caso, temos de usar assim o verbo). «Suicidaram» também os animais. Como é isto possível? Os carrascos são também seres humanos. Não pertencem a nenhuma fracção específica de reprovados.

Na ausência de informações precisas, só podemos avançar com hipóteses, respeitantes ao fenómeno das seitas em geral, à personalidade do dirigente místico e ao condicionamento psicológico do meio. Não se trata de encerrar numa mesma reprovação vingadora todas as seitas: quando umas dezenas ou centenas de indivíduos se reúnem para rezarem, escaparem ao isolamento, ao medo, à náusea, ou simplesmente porque isso as tranquiliza não fazem nada de mal nem de prejudicial. Desde que, evidentemente, sejam respeitadas a liberdade de adesão, a capacidade de escolha e a manutenção de condições de vida decentes. Mas, na prática, nenhuma destas condições pode ser completamente apreciada: as liberdades de escolha e de adesão podem ser gravemente alteradas por pressões morais invisíveis ou por um hábil condicionamento, e as condições de vida, por mais duras que sejam, podem ser interpretadas, autêntica ou abusivamente, numa perspectiva de sacrifício e ascese.

A seita é constituída por um grupo ou uma série de grupos de indivíduos, em número restrito, e ligados entre si por um intenso elo comunitário. Como Gurvitch demonstrou, a fusão das pessoas atinge aqui o seu ponto máximo; nenhum aspecto, por mais íntimo que seja, fica de fora da participação na comunhão, enquanto todos os laços sociais exteriores se quebram. Nalguns casos, uma re-

▶ 7

FOTO EXCLUSIVO

De que se trata? Um elefante adormecido, um pelicano vigiando solenemente a cidade de Prilep (na Macedónia)? Nada disso. Apenas uma rocha esculpida pela natureza ao longo de milhares de anos. (Foto Keystone)

«Delícia turca» eis como a casa de alta costura britânica que criou este modelo denomina tão vaporosas vestes. Trata-se de um traje de noite, em «chiffon», com muitas flores, muitas cores, muitas mangas e um grande laçarote, cujas pontas varrem diplicentemente o chão. (Foto BOP)

Um gato, condicionado pela publicidade de alimentos enlatados para felinos, estacou há dias junto deste peixe, esperando decerto não tardar a banquetear-se com uma lauta refeição. O peixe, porém, tinha uma barreira protectora de vidro e por isso contemplava o gato com um olhar donde toda a emoção estava ausente. A cena, captada por um fotógrafo da Keystone, passou-se num aquário da Florida.

LÍBANO • LÍBANO • LÍBANO • LÍBANO • LÍBANO • LÍBANO • LÍBA

Antecedentes e realidades da crise libanesa

■ Oleg Guerassimov

□ Novosti

Passaram 35 anos depois da proclamação da independência do Líbano. Mergulhado em lutas fratricidas o país atravessa hoje uma difícil situação. Fuad Land, presidente da comissão parlamentar da defesa, exorta o Governo a solicitar ao país que o Líbano seja de novo governado sob mandato. Os dirigentes cristãos de direita exigem que o país seja dividido e, no seu actual território, fundado um Estado católico de maronitas. Mas quem são os maronitas e porque se fala hoje, novamente de divisão do Líbano?

Os três milhões de habitantes do Líbano estão divididos, por critério religioso, em várias comunidades católicas e muçulmanas. Os maronitas, que constituem a maioria da população católica, são adeptos de um rito especial do catolicismo oriental. O nome deriva de Marun, eremita sírio que morreu em começos do século V.

A doutrina dos maronitas não encontrou ampla divulgação. No Concílio Ecuménico de Constantinopla, realizado em 680-681, foi estigmatizada como heresia. Ao que parece, foi a decisão daquele Concílio Ecuménico e a perseguição por parte da Igreja Ortodoxa Bizantina dos muçulmanos que surgiram na Síria que obrigaram os maronitas a mudarem-se para as regiões montanhosas do Líbano.

Os historiadores maronitas do Líbano idealizavam a história religiosa e laica da sua comunidade, procurando provar que a filiação na comunidade maronita significava algo mais do que uma simples filiação numa seita religiosa.

Recorrendo a escamoteação e falsificação de factos históricos, os dirigentes religiosos maronitas elaboraram uma concepção idealista de um «povo» maronita «especial», substituindo assim a filiação numa comunidade religiosa pelo conceito de comunidade étnica. Foi com base nisso que o clero maronita passou a defender energicamente a ideia de criação do chamado «lar nacional».

Em 1920, foi instituído, sob o mandato francês, o grande Líbano, Estado que compreendeu a província autónoma formada pelas autoridades turcas em 1861 sob pressão das potências europeias, assim como o vale de Beka, a região de Jebeil-Amil e as cidades de Beirute, Saida e Tiro.

No novo Estado, os católicos ficaram em número só um pouco superior a metade da população. Os maronitas representavam apenas um pouco mais de 30% da população total do país. A condição principal de desenvolvimento assentava, portanto, na cooperação entre as diversas comunidades religiosas e superação do separatismo sectário.

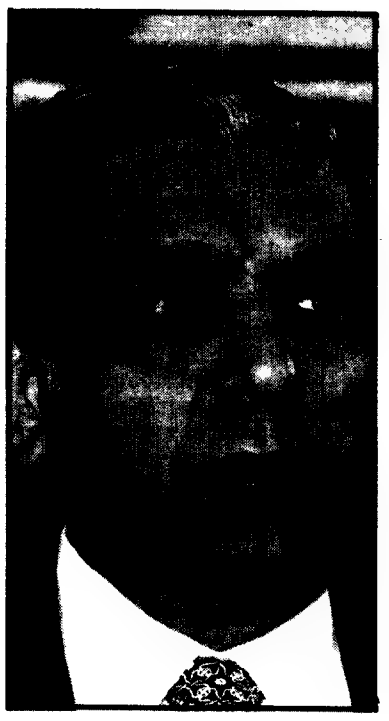
Devido a uma série de circunstâncias (grandes propriedades fundiárias, relações com a burguesia europeia e com o Vaticano, etc.), os maronitas ocuparam os postos mais importantes na gestão do Estado.

A estrutura actual do Líbano teria a sua base num acordo verbal concluído em 1943, em nome das principais comunidades religiosas, pelo maronita Bishara Khalil El-Khuri e o muçulmano Riyadh es-Solh. Segundo aquele acordo, o presidente da República tem que ser maronita, devendo o primeiro-ministro ser muçulmano sunita e o presidente do parlamento, muçulmano chiita. O presidente possui grandes prerrogativas e os seus colaboradores mais próximos, desempenham, com frequência, funções que são, de facto, as de primeiro-ministro. Maronitas ocupam postos-chave no aparelho estatal, orgãos judiciais superiores, Exército e Polícia, contando também com posições fortes na banca e no comércio interno e externo.

A situação privilegiada dos maronitas na vida política e comercial do Líbano sempre fomentou a ambição de criar no país um «lar nacional» maronita. Contudo, a estrutura estatal que concede certas vantagens e privilégios aos católicos libaneses tropeçou brevemente com a realidade. Com o tempo, a percentagem dos muçulmanos, etnia menos abastada na sua maior parte, cresceu muito no Líbano. A circunstância é, aliás, compreensível, dado que, segundo os dados sociólogos, o nível médio da natalidade nas famílias muçulmanas é superior ao registado nas famílias católicas, tanto na cidade como no campo, porquanto a maioria das católicas contraem matrimónio mais tarde do que as muçulmanas. Surgiu, portanto, a necessidade de uma reorganização da estrutura estatal, como uma condição do ulterior desenvolvimento do Líbano.

Acrescente-se ainda que no território libanês surgiram refugiados palestinianos, quase 400 mil pessoas, e os dirigentes critãos de direita, ligados por relações comerciais aos protectores de Israel no além-mar, declararam-se várias vezes directa ou indirectamente contra a presença dos palestinianos.

Tudo isto é porém o fundo histórico, terreno em que foram lançadas sementes de desavença e inimizade. As verdadeiras causas profundas dos actuais acontecimentos trágicos ocorridos no Líbano devem ser procuradas na situação geral criada no Médio Oriente.



O presidente Sarkis

Os apoios do separatismo

Actualmente as forças reaccionárias libanesas, provocadas por Israel e círculos imperialistas que estão por trás, são as grandes responsáveis pela crise no Líbano. Incentivam, propositadamente e por todos os meios, a conflagração interna, dispostas como estão a desmembrar e até a liquidar o Líbano como Estado soberano uno. Contam com isso para concretizar os seus objectivos.

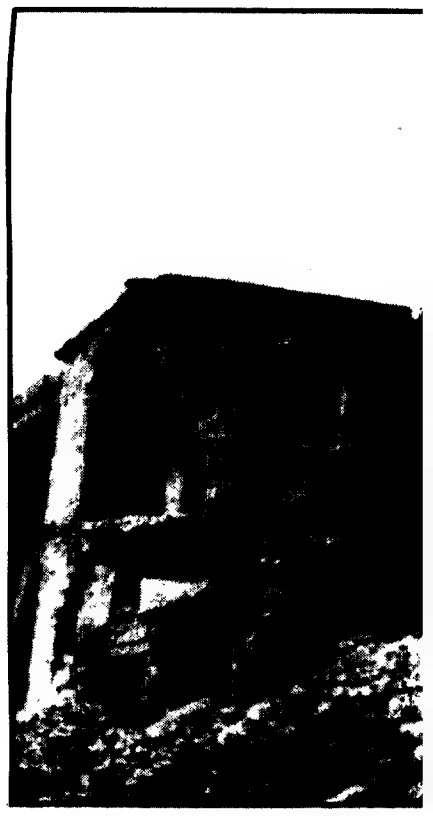
As tentativas de «justificar» com as contradições religiosas a intervenção aberta de Israel ao lado dos católicos de direita e a sua ocupação de 10% do território nacional no Sul do Líbano apresentam-se como um meio para, valendo-se desse «fundo histórico», deturpar o verdadeiro estado de coisas. E é claro que os dirigentes católicos de direita, seja qual for a sua influência no país, não teriam podido relançar a antiga ideia de divisão sem apoio militar e financeiro doutros países, e, em primeiro lugar, de Israel.

Os católicos e os muçulmanos libaneses têm muita coisa em comum. Falam o mesmo dialecto siro-libanês, do árabe têm a mesma cultura material. As habitações, a roupa, a alimentação (excepto as proibições religiosas) assim como os hábitos de trabalho, as praxes e os costumes, são os mesmos para os católicos e os muçulmanos, como são iguais os problemas socioeconómicos que têm para resolver. As poucas diferenças quanto às ideologias das comunidades e a orientação cultural, decorrentes dos conceitos religiosos, naõ devem ser, de modo algum, exageradas.

Quanto às afirmações sobre uma «via histórica especial» do Líbano, diferente do resto do mundo árabe e alheio aos seus problemas, tais afirmações sempre serviram de caldo nutritivo do separatismo católico.

A solução dos problemas políticos internos complexos do Líbano não pode ser procurada na divisão do país nem em maquinações políticas que visam restringir os direitos da comunidade muçulmana, as forças nacional-patrióticas e os palestinianos que se estabeleceram no Líbano em circunstâncias extraordinárias. Tal solução só pode ser encontrada com a manutenção da integridade territorial, independência e soberania nacional.

A solução para a crise no Líbano deve ser procurada à mesa de conversações e de acordo com os legítimos interesses de todas as camadas da população, grupos religiosos e os palestinianos que se encontram no Líbano. ●



A comuni ameaçada

BEIRUTE – Dez quilos de TNT estátua estilizada de ferro, uma ex chapas pelos ares e uma carcaça vulgar atentado, uma banalidade q uma ninharia, neste país onde as ru gem natural e as detonações das a fundo. Desta vez, explodiu o símbol dade que se sente ameaçada com ménios do Líbano começam a fica dois anos de confrontos sangu manter-se afastados do conflito te respeito dos beligerantes. Mas est deixa indiferentes parece ter-lhes bat porta.

Os dirigentes da comunidade arménia preferem continuar a manter uma prudente reserva. Não acusam ninguém abertamente. Mas sabem que este atentado só vem confirmar e culminar uma lenta e perigosa deterioração das suas relações com as milícias da direita cristã. Esta escalada progressiva cria um novo foco de conflito numa cena político-militar recheada de confrontações entre libaneses.

É mantido em todos os quadrantes um prudente silêncio sobre este assunto. Contudo toda a gente sabe que o fogo tem vindo a alastrar desde há três meses.

As provocações multiplicaram-se, garante-nos um deputado arménio. **Verificaram-se violações, pilhagens e vexames sistemáticos.**

Depois quiseram obrigar o nosso povo a pagar o imposto de guerra. Alguns recalcitrantes viram a loja ou o automóvel serem alvo de atentados. Parece uma acção concertada... Por quem? Silêncio...

Os dirigentes arménios dirigiram-se ao sector controlado pelos cristãos e encontraram-se com dirigentes, a quem deram conta das suas preocupações: terá sido por puro acaso? Nos últimos três meses, encontrámo-nos com os dirigentes falangistas e chamunistas umas dez vezes, acrescenta o deputado. **Prometeram-nos fazer alguma coisa. Estou em crer que tentaram, mas a situação não mudou nada.**

ANO • LÍBANO • LÍBANO

dade arménia
a

■ Dominique-Pouchin

□ Le Monde

na base de uma explosão, algumas retorcida: eis um quotidiana, quase linas são a paisa- armas o ruído de de uma comuni- este acto. Os ar- quietos. Nestes entos souberam ndo granjeado o a guerra que os ido, finalmente, à

Na base do monumento destruído por uma carga explosiva, tinham sido escritas simples palavras de reconhecimento a esta terra de asilo: **Ao Líbano, que nos acolheu após o massacre turco de 1915.** Esta estátua fora construída a meio da encosta da montanha, a dois passos de Bikfaya, feudo da família Gemayel. Constituiaainda um símbolo para outros povos, porque o local onde estava situada fora refúgio seguro para muitos outros perseguidos.

A pergunta que hoje se faz é esta: quem pôde (e quis) destruir, durante a noite, este símbolo de uma coexistência que nada pusera em causa durante mais de meio século?

As meias-palavras e os silêncios eloquentes permitem detectar hoje uma verdade que alguém pretende camuflar, talvez para evitar uma confrontação violenta. Tendo-se mantido voluntariamente à margem da guerra civil, os arménios foram **solicitados** nos últimos tempos por **angariadores** do campo cristão. Primeiro, ter-se-iam dirigido directamente aos partidos: ao Tashnag, principal formação arménia, teriam sido exigidos cerca de três milhões de libras libanesas (4,2 milhões de francos), embora os dirigentes desmintam o facto.

Mas o «negócio» não ficou por aqui. Os **angariadores** começaram a visitar os comerciantes e artesãos dos bairros arménios, usando aqui e ali algumas cargas de dinamite para estimular a generosidade... Mas parece que ainda não foi suficiente. Durante os últimos confrontos entre sírios e milícias cristãs, o sector arménio de Borj-Hammoud sofreu uma enorme devastação. É certo que o bairro confina com os sectores em luta, mas há quarteirões que estão quase intactos, enquanto o bairro de Borj-Hammoud está em ruínas...

É impossível determinar a origem das bombas, quando não se tem experiência destas coisas, afirmam os artesões do bairro. Prudência, a quanto obrigas!... Mas, falando com eles, tem-se a sensação de que não desconhecem a origem das bombas. Quem são estes jovens em formação ordenada que distribuem em Dora um jornal sem responsáveis no cabeçalho que ninguém conhecia há dois meses e que, do título às notícias mais breves, parece destinado a atiçar ainda mais o fogo? Chama-se «Al Jebha» (A Frente) e vai no número seis. Muitos dos seus ataques dirigem-se aos arménios que **durante a batalha das pontes nos atacaram pelas costas e fizeram 49 vítimas.**

Será mesmo um jornal «curioso», servido por misteriosos «ardinas»? Os deputados arménios manifestaram as suas apreensões aos dirigentes cristãos: **Disseram-nos que não estavam ao corrente, mas iam fazer um inquérito. Desconhecemos os resultados... provavelmente nulos.** Borj-Hammoud inquieta-se. Trata-se de uma inquietação mais muda que surda, que se insinua nas ruelas guarnecidas de casas térreas e revestimento amarelado. Noutros tempos, este sector não possuía mais de cinquenta mil arménios, que fugiam ao genocídio e procuravam refazer a sua vida. Hoje são duzentos mil no Líbano, vivendo entre o Leste e o Oeste e ignorando uma fronteira que **os outros** traçaram. Durante a guerra, eram praticamente os únicos a poder deslocar-se à vontade, oferecendo os seus serviços em táxis que enfrentavam os franco-atiradores.

«Empenhados num Líbano unido»

Os arménios constituem uma comunidade ligada pelo passado,

▶ 8

SEGUNDO SOICHIRO HONDA

O Japão pode ajudar a China

■ Le Monde

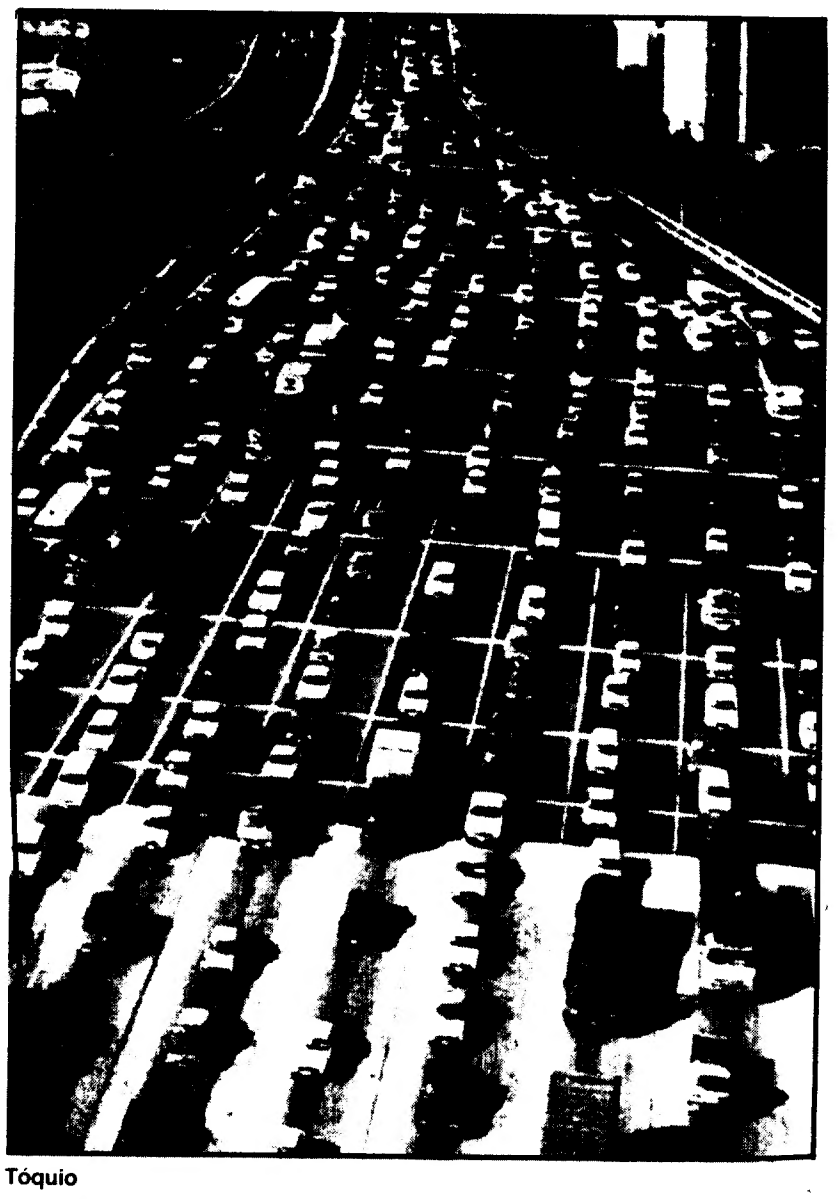
«Comunicação na acção humana». De 23 a 27 de Outubro decorrem em Paris, subordinado a este tema, o terceiro simpósio «Internacional Discoveries» organizado pela Fundação Honda. Esta, criada em 1977, por iniciativa de Soichira Honda – fundador da célebre sociedade de construção de motas e automóveis – espera oferecer aos sábios e aos investigadores internacionais um lugar de reflexão sobre «a civilização moderna e o seu futuro».

S. Honda, hoje com 69 anos, abandonou em 1974 a presidência da sociedade, mas continua apesar disso a ser um dos industriais japoneses mais prestigiados.

Eis as respostas que deu às questões colocadas por Véronique Maurus.

– Os chineses andam actualmente de bicicleta. Andarão eles de moto dentro de cinco anos?

– Mesmo que a China decidisse começar a fabricar veículos – motas, por exemplo – seria necessário, antes, que assegurasse profissionais competentes e equipados, máquinas-ferramentas e fábricas. Haveria uma fase de preparação que exige tempo. A formação de pessoas é, bem entendido, o factor mais importante. As máquinas, a fábrica, podem eventualmente ser construídas com dinheiro estrangeiro, graças a capitais emprestados. É talvez um problema que se resolve com rapidez. Mas a formação daqueles que irão trabalhar na fábrica – engenheiros, etc. –, isso já não se fará tão depressa. Em princípio, a formação será o domínio onde o Japão está mais habilitado a ajudar a China. A sociedade Honda, de que fui presidente, teve sempre uma reputação de rapidez e de eficácia. Para isso foram precisos trinta e cinco anos de trabalho. Claro que não terei a presunção de afirmar que serão também precisos trinta e cinco anos aos chineses para atingirem o mesmo ponto. Contudo, o factor tempo é importante.



Tóquio

– Pensa que a China poderá comprar ao Japão produtos acabados?

– Até ao presente, a China tem dado uma grande importância a sua autonomia. Por consequência, ela preferirá sem dúvida começar por adquirir o «Know-how», máquinas-ferramentas e equipamentos, mais do que objectos acabados.

– Quais as consequências para a vossa empresa da alta contínua do yen relativamente ao dólar, desde o princípio de 1977?

– Estou retirado desde há cinco anos, e prefiro não me meter na gestão. Mas se bem compreendi, o ano passado a sociedade sofreu uma ligeira baixa nos seus rendimentos, justamente por causa da subida do yen.

– O yen está actualmente supercalorizado?

– Eu sou um homem de fábrica, de laboratório, e não tenho a autoridade necessária para afirmar o que quer que seja a esse respeito, mas, na qualidade de indivíduo que possui alguma experiência, e tendo em consideração a opinião de alguns amigos, penso que a subida do yen deverá parar agora. O yen reflecte bem a força relativa da economia japonesa.

– Não lhe parece que a indústria automóvel chegou a um ponto em que traz mais inconvenientes (desperdício de energia, poluição, barulho, etc) do que vantagens?

– Fora o automóvel, há muito poucos meios de transporte que possam assegurar ao homem uma liberdade que me parece essencial. Nesta medida, penso que a indústria do sector está por enquanto em segurança.

«Há os engarrafamentos e a poluição provocadas pelo automóvel. E das duas uma: ou se suprime este, ou se alargam as estradas. Dadas as vantagens que nos traz o automóvel, penso que a segunda medida é a melhor. Quanto à poluição, o Japão e sobretudo a sociedade Honda, foram os primeiros a encontrar uma solução. Inventámos um motor revolucionário (o CVCC) muito pouco poluente. Em geral, penso que uma firma industrial deve assumir as suas responsabilidades frente à sociedade onde labora, independentemente das questões ou críticas levantadas por esta. A empresa deve encontrar soluções para as consequências da sua actividade, sejam a poluição, o barulho ou os engarrafamentos. Se uma indústria não toma este tipo de iniciativas não durará muito tempo.

DURANTE PELO MENOS MAIS DEZ ANOS

– A indústria automóvel é em numerosos países um dos principais motores da economia. Pensa que ela pode manter essa importância nos próximos anos?

– Durante quanto tempo exactamente não saberei d[illegible]nas creio resa deve encontr[illegible]es para as consequências [illegible]o-tividade, sejam a poluiçã[illegible]ru-lho ou os engarrafame[illegible]. Se uma indústria não toma este tipo de iniciativas não durará muito tempo.

acordo comercial a longo prazo. Que perspectivas abrem estas iniciativas aos industriais japoneses?

– Não haverá mudança rápida nem perturbante. Não veremos a China comprar de seguida e em massa produtos ou técnicos ao Japão, nem concluir imediatamente contratos comerciais ou industriais. Não se pode pensar que esta importante reaproximação mudará rapidamente a situação das duas partes.

▶ 6

O Japão pode ajudar a China

5 ▶

DURANTE PELO MENOS MAIS DEZ ANOS

– A indústria automóvel é em n – Durante quanto tempo exactamente não saberei dizer, mas creio que durante pelo menos mais dez anos, ou mesmo vinte, essa posição preponderante da indústria automóvel continuará na Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

– E o automóvel eléctrico, será a solução do futuro?

– Toda a gente, ou quase toda, pensa isso. Você está de acordo? Em si mesmo, o motor eléctrico é limpo e silencioso, mas é preciso carregá-lo e como tal são necessárias estações eléctricas. Donde vem esta electricidade? Na maior parte dos casos, do petróleo. Ora, estatisticamente, a eficácia do motor eléctrico – quer dizer: a relação entre a energia queimada e a força dispendida – é somente de 15%. O que significa que se perde 85% da energia, enquanto que a eficácia do motor de combustão actualmente dominante é de 35%. O desperdício aqui é portanto apenas de 65%.

«Isto não quer dizer que o motor eléctrico não tenha futuro a longo praso. Um dos obstáculos mais evidentes à sua difusão é a imporsária. Actualmente é demasiado pesada e volumosa. Se se inventar uma bateria mais pequena isso modificará a situação.

– Os principais mercados consumidores de automóveis estão quase saturados, e os países em vias de desenvolvimento querem instalar a sua própria indústria. Até agora os construtores japoneses têm preferido exportar automóveis de preferência a se implantarem industrialmente. Deverão rever esta política?

– Essa será certamente uma das tendências da indústria automóvel. É preciso correspondermos às necessidades dos países que nos compram. Se preferem «know-how», tê-lo-ão. Não posso falar em nome de toda a indústria automóvel japonesa, mas por mim – e o meu sucessor é da mesma opinião – julgo que a implantação se deve fazer sobretudo nos países onde a indústria crie benefícios, tais como: empregos, desenvolvimento de indústrias locais, utilização de produtos nacionais, etc..

– Projecta uma maior implantação na Europa?

– Há já vinte anos que a Honda criou uma fábrica de motas na Bélgica. Podemos continuar. Em Gand, temos um depósito para as peças e viaturas. Não posso dizer quando, nem em que país, mas há com certeza possibilidades de nos implantarmos na Europa.

– A Honda conseguiu eliminar a pouco e pouco todos os seus concorrentes na produção de motas. Como conseguiram vocês ir tão longe?

– A toda a empresa convém deter a maior parte do mercado para que produz. Evidentemente que se o nosso desenvolvimento atingir proporções de quase monopólio, isso acabará por prejudicar o próprio desenvolvimento do mercado. As reacções adversas só se tornarão sérias se a nossa empresa tiver a pretensão de eliminar todos os concorrentes. Na situação actual a Honda conserva um certo «fair play».

– A Honda vende ao Japão carros Fiesta Ford. E acaba de negociar um grande contrato de fornecimento com a sociedade francesa Cibié. Pensa prosseguir, ou seja: desenvolver esta cooperação?

– Sim, continuará. E isso é justamente um reflexo do «fair play» de que falei. Para erguer uma indústria é preciso obter não apenas o concurso das pessoas capazes de criar, mas também dos compradores. Se a nossa indústria se mantém é porque temos clientes ultramarinos, na França e nos Estados Unidos.

Em contrapartida, evitamos abusar da importância da nossa posição nesses países e compramos peças locais ou produtos acabados. Naturalmente, a Honda continuará a desenvolver esta política de cooperação. De resto, eu viajo muito e gosto de ser recebido em todos os países com um sorriso...

– A cooperação irá até à reaproximação entre firmas japonesas e europeias ou americanas?

– Assim o espero. Para além dos problemas industriais, faço todos os esforços no sentido de reaproximar as sociedades europeias e americana da japonesa. Concretamente no que diz respeito à cooperação industrial, não posso dizer que forma tomará. Depende dos casos e dos parceiros. Pode ir do simples contrato de fornecimento a uma «joint-venture»(1), de uma fusão a um desenvolvimento combinado. Qual será a nossa política? Não saberei precisá-lo, mas a nossa disposição é a de ouvir os nossos parceiros e de fazer com eles qualquer coisa de sólido.

– Porque criou a Fundação Honda? Quais são os seus fins?

– Desde o tempo em que era presidente da minha empresa, e sobretudo desde que me retirei, confronto-me com a seguinte questão: a tecnologia moderna tem sido muito proveitosa ao homem, eu próprio me servi dela para criar a minha sociedade – mas essa tecnologia continuará a ser útil ao homem? E a questão parece-me de tal modo importante que decidi consagrar a minha vida, se âssim me posso exprimir, a tentar encontrar uma resposta para ela.

– Porque decidiu retirar-se tão cedo? Isso é uma atitude excepcional no Japão, onde o respeito pela idade e pela experiência pesam bastante.

– Ignoro o que pensaram as pessoas que trabalhavam comigo, mas pela parte que me toca considerei na altura que fiz o máximo que pude, e que se tornava necessário deixar a nova geração assumir as suas responsabilidades. De contrário eu poderia fazer asneiras. Na sociedade japonesa o respeito pela idade mantém-se, mas a tradição é uma coisa e o **management** outra... ●

(1) A expressão designa uma associação entre duas ou mais empresas, a fim de executarem em comum determinadas tarefas.

Encontros no Eliseu

Não há semana que passe sem que algum governante africano moderado faça a sua peregrinação a Paris, centro europeu da política ocidental no continente negro. Com um intervalo de apenas dois dias deslocaram-se à capital francesa, na semana passada, dois chefes de Estado africanos; Mohamed Salek da Mauritânia e Felix Malloum do Tchade. Para o primeiro tratou-se de uma estreia: com efeito foi a primeira vez que ele se deslocou a Paris desde o golpe de estado que o colocou no Poder. Nas fotos: Giscard e Malloum, Giscard e Salek. (Fotos Keystone).

Como conservar as cidades antigas?

O problema da conservação dos monumentos históricos mereceu sempre grande atenção dos arquitectos e urbanistas soviéticos. De facto, ao todo, existem na URSS mais de 700 cidades criadas antes do século XX, sendo muitas delas consideradas monumentos históricos.

Todavia, a envergadura das modernas obras industriais, das habitações e equipamentos socioculturais, modificam não só as condições e modo de vida dos homens, mas também a própria disposição dos aglomerados urbanos.

Moscovo, por exemplo, possui 573 conjuntos arquitectónicos e 1800 edifícios considerados monumentos históricos, protegidos pelo Estado.

Por outro lado, o território da cidade estende-se por 87.870 hectares e conta actualmente com 7.911.000 habitantes. O seu tamanho permite facilmente instalar os novos bairros residenciais, que nascem incessantemente. Para tanto, são escolhidos os terrenos mais benéficos para a saúde. Mas, como preservar as obras antigas e construir as novas, sem que destoem do conjunto?

O centro da capital é formado quase inteiramente por monumentos históricos, as ruas e os bairros mais antigos. Para os proteger, o município declarou-os «zonas interditas» à construção e estabeleceu certas restrições ao trânsito.

Medidas semelhantes foram tomadas noutras cidades e vilas antigas do País. Kiev, Talin, Pskov, Leninegrado, Novgorod, Souzdal e Kalouga são outras tantas cidades onde se encontram soluções urbanísticas adequadas para a preservação das zonas antigas.

O princípio inspirador consagra o dever de conservar os velhos centros, por mais pequenos que sejam. É preciso renovar e desenvolver segundo as tradições. Em Kalouga, por exemplo, cidade com mais de 600 anos, as casas de habitação e os edifícios administrativos são construídos sempre de acordo com um projecto diferente, de maneira a inscreverem-se harmoniosamente nos conjuntos vizinhos. Alguns dos projectos são mesmo vetados, depois de submetidos à apreciação da opinião pública.

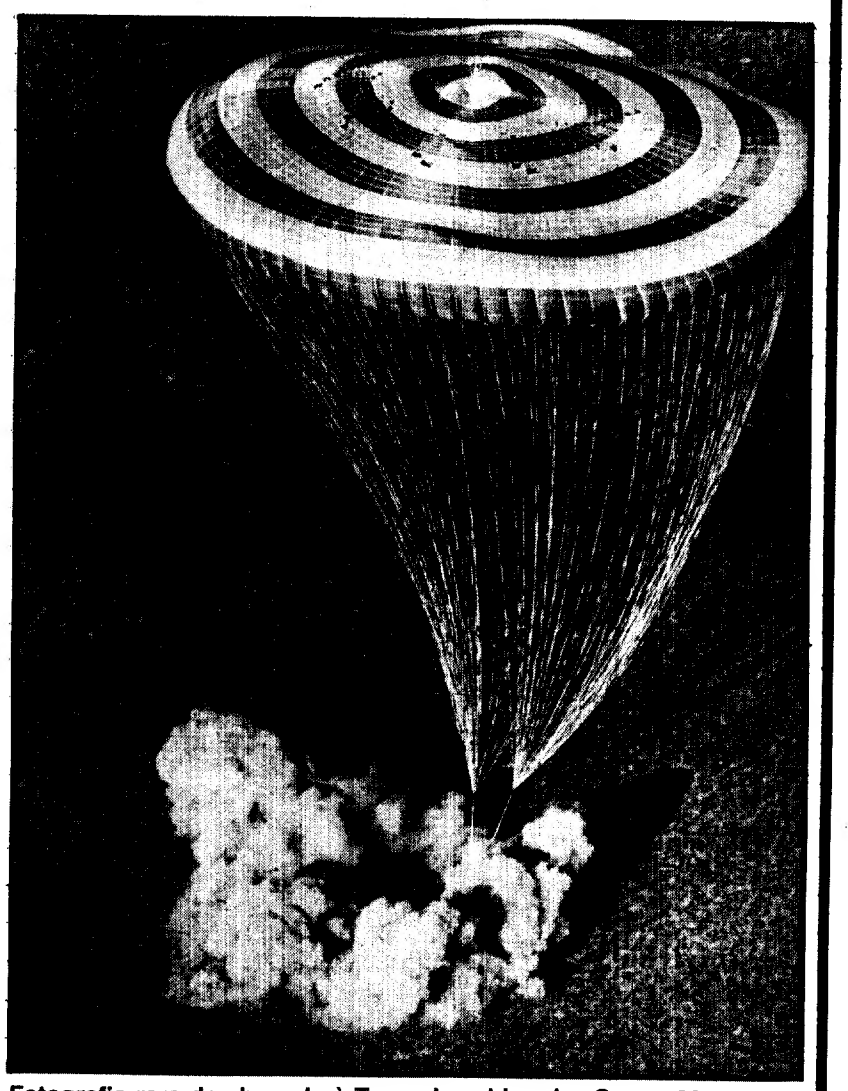
Deste modo, é possível manter e conservar o «coração» das cidades e, ao mesmo tempo, adaptá-las às novas condições e ao dinamismo da vida moderna.●

EXPLORAÇÃO ESPACIAL

No Comité especial da 33.ª sessão da Assembleia Geral da ONU realizou-se um debate sobre a «cooperação internacional na utilização do espaço cósmico para fins pacíficos». Os participantes no debate declaram, mais uma vez, que essa cooperação corresponde aos interesses de toda a Humanidade.

As experiências conduzidas pela União Soviética na estação orbital Saliut-6 constituem um exemplo recente de cooperação internacional neste domínio. A bordo do laboratório espacial trabalham representantes da Checoslováquia, Polónia e República Democrática da Alemanha. O facto foi, aliás, realçado na ONU e apontado como modelo de cooperação pacífica.

Mas muitos outros exemplos podem ser apresentados. Actualmente continuam o seu voo em direcção a Vénus as estações automáticas soviéticas «Venus-11» e «Venus-12», com uma parte da aparelhagem científica criada por especialistas franceses. Há dias foi colocado em órbita o décimo oitavo satélite da série «intercosmos», mediante oqual cientistas da Hungria, RDA, Polónia, Roménia, União Soviética e Checoslováquia realização ensaios conjuntos. Também os satélites «Rádio-1» e «Rádio-2», recentemente lançados pela URSS, foram postos à disposição dos radioamadores de todo o mundo.



Fotografia rara da chegada à Terra da cabine da «Soyuz 29»

Hoje em dia, as investigações cósmicas são uma linha mestra da revolução tecnico-científica. Contribuem para resolver problemas verdadeiramente globais como a protecção do meio ambiente, as comunicações, a previsão do tempo, etc. E a eficácia desse trabalho é, evidentemente, beneficiada por um trabalho comum que reúne os esforços científicos e as potencialidades técnico-materiais de vários países.

Esta cooperação tecnico-científica só se torna possível nas condições de desanuviamento e adquire um significado muito especial o facto de ela ser debatida no actual período da sessão da Assembleia Geral da ONU que presta particular atenção aos problemas do desanuviamento.

Os participantes nos debates realizados na ONU assinalaram que uma cooperação internacional na investigação do cósmos para fins pacíficos deve ser considerada factor importante do reforço da paz e do aumento da compreensão entre os povos.

ATROCIDADE NUA E CRUA

3 ▶

nunca deste tipo terá podido levar a uma vitória sobre si mesmo, mas, na maioria das vezes, o que se atinge é uma regressão, o abandono da responsabilidade, a dependência. O que explica o recrutamento frequente entre indivíduos psiquicamente frágeis, imaturos ou mal tratados pela vida, portanto, os menos defendidos, os mais fáceis de enganar, explorar, doutrinar. Quanto mais simples for a mensagem comunicada, mais facilmente é assimilada, mais convictamente é transmitida. Quanto mais típica for a personalidade do fundador, mais facilmente ela fornece uma identificação comum para todos os membros.

Um sistema fechado

É neste ponto que intervém o líder místico, o chefe carismático, isto é, aquele que possui um dom sobrenatural. É um «inspirado» que sabe falar às multidões, que as seduz, oscilando entre a afirmação peremptória da Verdade e a humildade perante o Criador. Diversos tipos destes dirigentes têm sido descritos, – o dirigente não violento assegura e faz acrescer o seu poder exactamente à medida das perseguições de que é objecto. Pode aceitar o martírio, mas também (e isto na maioria dos casos) transforma e alarga a sua comunidade, com uma gestão eficaz; – o dirigente apaixonado é muito frequentemente um fanático no sentido voltaireano. Funciona maniqueistamente, com tendência para denunciar o mal em todos quantos lhe resistem. É tirânico, deixa-se vencer pelas emoções, e, a não ser que um grupo de pressão o enquadre, não consegue fazer durar muito a sua seita, por mais eficaz que seja; – o dirigente psicopata abrange tipos muito variados, histeria, personalidade paranóica (orgulho, rigidez, desconfiança) psicopatas impulsivos, delirantes autênticos, alucinados, perversos, etc. Dantes chamavam-lhes energúmenos, entusiastas fanáticos, mais perto dos nossos idealistas apaixonados. O essencial é não nos deixarmos arrastar pela tendência da simplificação do diagnóstico, os riscos de erro são consideráveis nesta matéria; – por fim, há os dirigentes místicos que escapam a todas as referências. Há que analisar profundamente a sua história pessoal, as suas experiências, as suas obras, e, mesmo assim, alguns mantêm o seu mistério.

Quanto aos moedeiros falsos, aos falsos magos, aos falsos místicos, representam uma corte de milagres com todas as máscaras, todas as atitudes. O essencial é que não acreditam no que dizem ou fazem, o que não basta para os minimizarmos. A sua imediata motivação é o lucro. Mas normalmente acontece que esta disposição é acompanhada de verdadeiras perturbações psicopáticas.

A relação entre o dirigente e os membros do grupo não tarda a estabelecer-se como um sistema fechado, este isolamento é, aliás, a base para que o condicionamente seja louvado a bom termo. A doutrinação pelo verbo e pela leitura, a repetição dos «slogans», o carácter público das sanções, a denúncia sistemática de tudo o que é exterior como mau, criam as condições necessárias para uma pseudomutualidade, cujo eixo fulcral é a dedicação ao pai-fundador omnipotente. O afastamento do mundo exterior precedeu a fusão: o indivíduo perdeu toda a autonomia, pensa e age em função do grupo, para grande espanto e escândalo daqueles que, alheios ao sistema, não entendem o seu poder. Lançam-se então suspeitas; será droga, sugestão, etc.? A verdade é que, na maioria dos casos, a realidade psicológica é bem mais simples.

Até onde pode ir este laço comunal? Sem dúvida até Jonestown, até ao desbravamento da floresta virgem, até ao despojar de todos os bens, até à mentira, para proteger o pai contra tudo e contra todos. Mas até à morte voluntária para si próprio e escolhida para os filhos? Colectivamente? Aqui é que se levantam as dúvidas. Temos que ter em conta que a pressão psicológica pode ter sido substituida pela mentira sobre um refresco pretensamente inofensivo (mas que continha cianeto), ou pelas alternativas violentas (ou bebes ou és fuzilado) ou pelo assassínio puro e simples. Mas quem conseguirá algum dia vir a saber como cada um dos novecentos «suicidas» de Jonestown viveu os últimos minutos da sua existência?●

SEMANA INTERNACIONAL

SIM, MAS...

Não há nenhumas habilidades interpretativas que possam ocultar o sentido da votação no referendo constitucional em Espanha no passado dia 6: os ideais democráticos têm a aceitação da esmagadora maioria do povo espanhol. Bem podem os fascistas impenitentes rogar o milagre da ressureição de Franco, bem podem fazer demagogia fácil à volta do terrorismo, bem podem concentrar milhares de fiéis na Praça do Oriente, bem podem pedir o concurso dos seus irmãos ideológicos do restante Europa, que uma coisa têm de ter como certa: pela via democrática nunca chegarão a impor, de novo, a ditadura fascista em Espanha.

Catorze milhões de votos separam os «sim» dos «não». E 14 milhões é um número extremamente significativo em 18 milhões de sufrágios expressos e num eleitorado potencial de 26 milhões. Isto por mais que certas cassandras gostem de salientar que a participação eleitoral e a votação afirmativa se quedaram aquém das previsões mais optimistas. Para que esse optimismo fosse iludido contribuiu (e muito) a votação no País Basco. Foi aí que se registou o maior número de abstenções e foi aí que mais percentagem de votos negativos se colheu. Atribuir este fenómeno ao medo, como fez o ministro do Interior, Martin Villa, é, em certa medida, adoptar a atitude da avestruz. Porque as diferenças patentes do voto nas quatro províncias bascas têm um sentido muito preciso e que nada pode iludir. Sentido, que os fascistas evidentemente, não podem puxar a si. Do que se trata é do desejo de autonomia real do povo basco, ideia que é o mais oposta possível ao integracionismo facista. Para muitos, o País Basco será o futuro Ulster da Espanha: a zona da instabilidade, do terrorismo e da repressão permanentes.

O terrorismo no País Basco é uma realidade muito anterior à morte de Franco. A «estável» e «tranquila» Espanha franquista esse férreo regime de lei e ordem não conseguiu evitar que o próprio delfim de Franco, o então primeiro-ministro Carrero Blanco, fosse vítima de um atentado terrorista perpetrado por bascos. Mas os nostálgicos do passado recente arvoram a bandeira do terrorismo (basco e outros) para retirarem a «prova» de que o regime democrático não serve ao povo espanhol. Apesar da debilidade do argumento, o certo é que os perigos do terrorismo são evidentes e preocupam todos os partidos e organizações democráticas. A escalada terrorista implica, normalmente, uma escalada repressiva, e daí a um regime de força vai um pequeno passo que certos sectores militares parecem ter demonstrado já a vontade de dar.

O que interessa, pois, é isolar realmente a pequena minoria terrorista basca, fazer-lhe perder todas as justificações. Se a votação nas quatro províncias demonstrou que a palavra de ordem dos terroristas foi pouco seguida, revelou, ineludivelmente, que no País Basco há uma vasta massa de descontentes com as perspectivas que se abrem com a nova era democrática.

Se os governos constitucionais fecharem os olhos a esta realidade, à força do Partido Nacionalista Basco, que viu seguida no referendo a sua recomendação de (voto-abstenção) rumarão por caminhos muito perigosos nas províncias de Alava, Biscaia, Guipuz e Navarra. Darão novo impulso ao terrorismo, que, em vez de ficar cada dia mais isolado, pode levar muitos desespereados a seguir a sua lógica suicida e antidemocrática.

O perigo do País Basco não se confina aos limites das quatro províncias: alastra a toda a Espanha e ameaça toda a estabilidade democrática. É que a força do fascismo espanhol naõ se mede pelas urnas. Se os fascistas não têm eleitores, são eles, no entanto, que detêm ainda o poder económico, são eles que continuam a agarrar as alavancas do aparelho do Estado.

E, nesta medida, não parece que a democracia espanhola possa dar-se ao luxo de aguentar um Ulster. A «democrática» Grã-Bretanha, no seu combate inglório contra o IRA, cedeu muito facilmente à tentação repressiva fascista. A que outras tentações não poderá vir a ceder uma Espanha mal saída ainda dos horrores franquistas?

PELO MUNDO

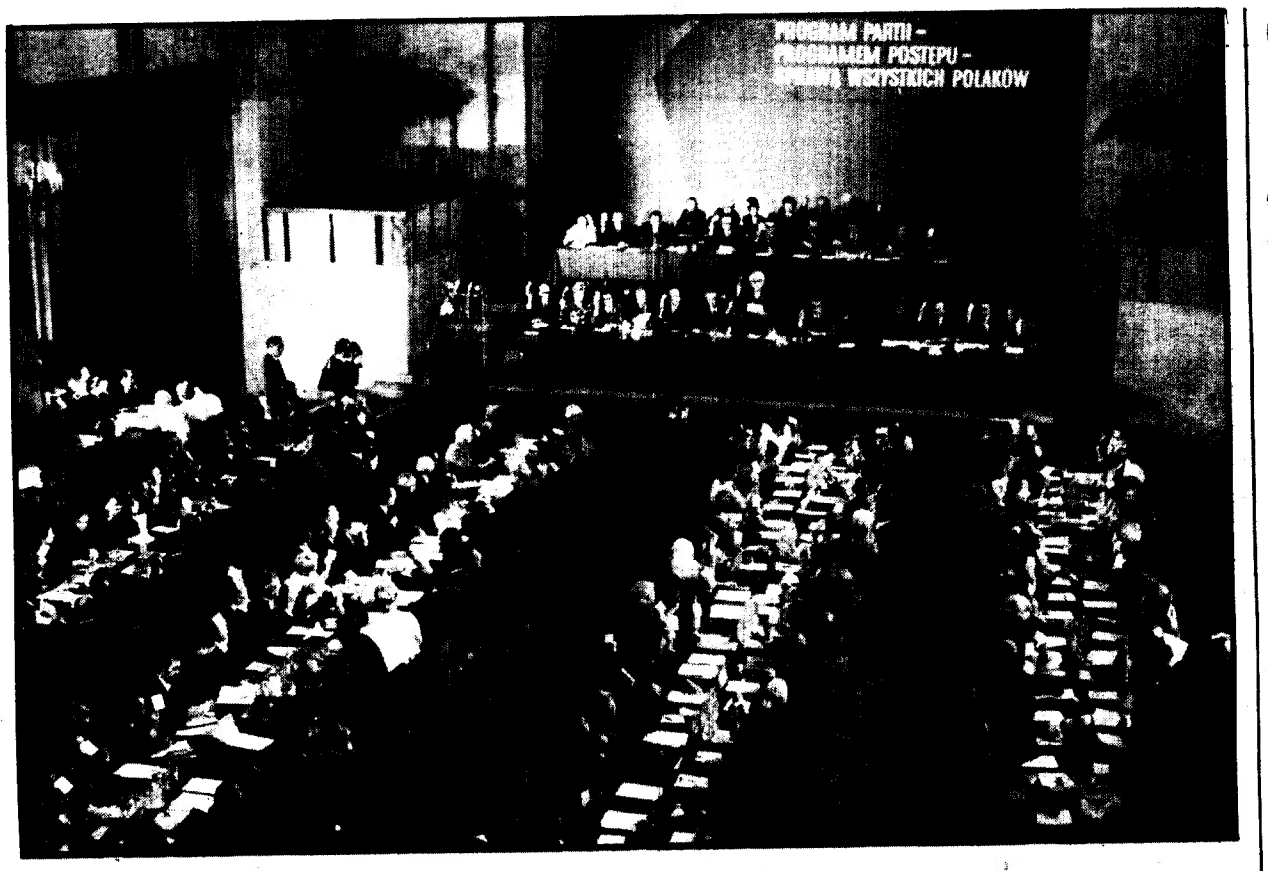
OS SERVIÇOS SECRETOS DOS EUA NA GRÃ-BRETANHA

Num longo edifício férreo, no lugarejo de Chixands, a noroeste de Londres, estão permanentemente de serviço por turnos, cerca de 200 operadores. Aí está instalada uma base da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (ligada à CIA), uma das cinco que, de acordo com os dados do semanário londrino «Time Out», estão instaladas nas Ilhas Britânicas. Segundo a imprensa britânica, a missão dessas bases consiste essencialmente em receber via rádio dados fornecidos pelos seus serviços de espionagem em diversos países.

É também a partir dessas bases que se faz a escuta de milhões de conversas telefónicas na própria Grã-Bretanha.

As informações obtidas através das escutas telefónicas, assinala-se no boletim da organização de informação «State Research», são largamente utilizadas pela CIA para a ingerência na vida política da Grã-Bretanha. Semelhante tipo de actividade dos serviços especiais americanos, sublinha a revista, constitui uma violação das leis inglesas.

A revelação das actividades da agência americana na base de Chixands valeu um processo judicial aos jornalistas ingleses D. Campbell e C. Obry, e ao ex-militar J. Barey, colaboradores da «Time Out».



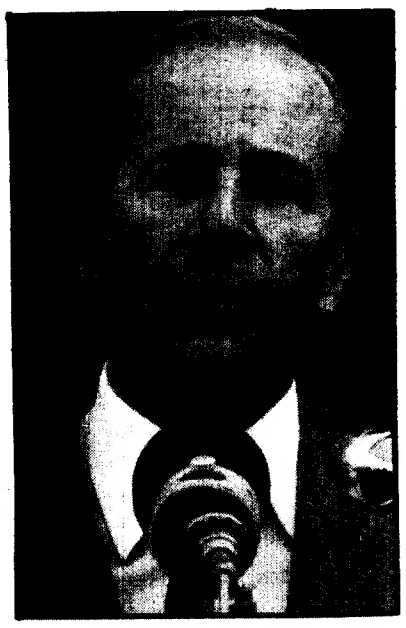
TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DO POUP

O Partido Operário Unificado da Polónia comemora este mês o 30.º aniversário da sua fundação. Nascido num Congresso de Unificação em Dezembro de 1948, o POUP resultou da fusão dos partidos operários existentes na altura naquele país. O primeiro partido revolucionário da Polónia, «Proletariado», surgira há cem anos, ao qual se sucederam o Partido Social-Democrata do Reino da Polónia e da Lituânia, o Partido Socialista Polaco de Esquerda, o Partido Comunista Polaco e o Partido Socialista Polaco. No congresso de unificação de 1948, o POUP definiu a direcção da construção do Estado Polaco, saído das devastações humanas e materiais da Segunda Guerra Mundial. . Essas linhas de orientação serviram de base às modificações e transformações revolucionárias da Polónia. Na foto: aspecto dos trabalhos preparatórios do VIII Congresso do POUP.

"EURÁFRICA 78"

Leopold Senghor, presidente da República do Senegal (à esquerda) e Gaston Thorn, presidente do Governo do Luxemburgo, receberam em Paris o prémio «Euráfrica 78», que se destina a render homenagem conjuntamente a uma personalidade africana e a outra europeia, pela sua acção em prol da cooperação euro-africana. Eles lá sabem porque os escolheram. (Foto Keystone).

O NOVO MINISTRO



Jean-François Poncet (na foto da Keystone) é o novo ministro dos Negócios Estrangeiros da França. A sua nomeação ocorre depois de Louis de Guiringaud ter pedido a demissão desse cargo. Oficialmente, tratou-se de uma simples mudança de titular na pasta do NE, sem qualquer significado especial. Contudo os observadores consideram que Guiringaud ficou «marcado» desde que declarou que as milícias cristãs libanesas eram responsáveis pela situação perigosíssima que se vive naquela antiga colónia francesa. Facto singular: a sua saída do ministério deu-se quando o presidente libanês, Elias Sarkis, se encontra em visita a França.

A COMUNIDADE ARMÉNIA

5 ▶

procurando preservar a sua cultura e tradições. Não admira, pois, que se sintam alheios a esta guerra que desvasta inexoravelmente a sua terra de asilo. Indiferentes? Não. Neutros? Nem sequer isso, a avaliar pelas declarações dos seus dirigentes.

Nós temos, explicam, **uma posição clara. Opomo-nos aos dois protagonistas, convictos de que nada pode ser resolvido pela força das armas e estamos empenhados na construção de um Líbano unido, certos de que a guerra só poderá conduzir à intervenção estrangeira.**

Há muitos arménios nas milícias de direita e alguns – poucos – entre as forças de esquerda. Mesmo entre os palestinianos, é possível encontrar combatentes arménios. Contudo, a maioria permaneceu à margem do conflito: são apenas arménios. Será por isso que os que gritam alto e bom som o **seu libanismo** intransigente os criticam tão asperamente? **Mas quem são os verdadeiros libaneses?** pergunta um estudante do bairro de Borj-Hammoud. **Onde se encontra o verdadeiro libanismo? Frangié, os Morabitinos, os Kataëbs, Joumblatte, todos pretendem defender o Líbano. Por que deveríamos escolher?**

Há muito que os arménios de Beirute escolheram: ontem como hoje, estão – querem estar – do lado do poder, sob a capa protectora da legalidade. Mas como é isso possível, se a legalidade já não tem poder? ●

Um coelhinho e muita torpeza

Aliciou-o para práticas imorais, chamando-lhe **coelhinho** e assumindo falsos ares protectores. Conduziu-o para um solar de aldeia e abusou da ingenuidade dele.

Transportou-o de automóvel para sítios escuros e exigiu-lhe o que ele não queria dar. Por fim, mandou matar o cãozinho que era a sua grande companhia. Não contente com isso, conspirou com vários outros indivíduos da alta roda para o matar. Eis, em síntese, o depoimento esmagador que Norman Scott, modelo e «jockey», prestou no tribunal contra Jeremy Thorpe, antigo dirigente do Partido Liberal. Fértil em escândalos de alta roda, a Grã-Bretanha vê-se, neste momento, defrontada com um caso que parece ultrapassar tudo quanto até hoje ali se passou. Nomes famosos da política e do «jet set» são envolvidos num lamaçal de torpezas sem paralelo. Na foto: duas personagens – chave do julgamento – Jeremy Thorpe, passeando nos jardins da sua residência de Devon, num momento de libertação do pântano judicial em que está envolvido; sorridente, uma testemunha esmagadora, o milionário das Bahamas, Jack Hayward, que em tempos financiou as campanhas do Partido Liberal, e cujo depoimento poderá ser altamente desfavorável para Thorpe.

EXCLUSIVO

N.º 50/78